Francisco Antonio de Castro Lacaz

SAÚDE NO TRABALHO

Dissertação de Mestrado, Área de Medicina Preventiva do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

**São Paulo
1983**

FRANCISCO ANTONIO DE CASTRO LACAZ

SAÚDE NO TRABALHO

Dissertação de Mestrado, Área de
Medicina Preventiva do Curso de Pós-
Graduação da Faculdade de Medicina
da Universidade de São Paulo.

Orientador:
Prof. Dr. Wanderley Nogueira da Silva

São Paulo
1983

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Lacaz, Francisco Antonio de Castro
Saúde no trabalho / Francisco Antonio de
Castro Lacaz. — São Paulo, 1983.
Dissertação (mestrado)--Faculdade de Medi-
cina da Universidade de São Paulo. Departamen-
to de Medicina Preventiva.
Área de concentração: Medicina Preventiva.
Orientador: Wanderley Nogueira da Silva.
Unitermos: 1.Medicina ocupacional 2.Medi-
cina preventiva 3.Medicina social 4.Saúde
5.Trabalho

USP/FM-B-72/83

A meus pais
e minha irmã

À Christina e Luiz Eduardo

A saúda memôria da Profa. Maria Cecília
F. Donangelo, mestra e conselheira.

"... dos banhos também são desprendidos gases venenosos que por insuficiência de exaustão ficam perdidos pelo ar ambiente do setor ao bel prazer de algumas narinas perfuradas ou ainda por perfurar pelas dōceis partículas de cromo, ácidos e cianetos ..."

(extraído de relatório dos trabalhadores reclamantes de processo-insalubridade do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo)

"... o não uso dos EPIs (protetores auriculares), deve-se à negligência ou talvez indisciplina da parte dos trabalhadores, que não cumprem a obrigatoriedade do uso dos protetores ..."

(opinião de um perito sobre o comportamento dos trabalhadores obrigados a usar os protetores)

"Quem deixa a saúde no trabalho está arrumando trabalho para a saúde".

(Jornal Visão Trabalhista, órgão oficial do Sindicato de Metalúrgicos de Osasco, ano 5, nº 35.)

APRESENTAÇÃO

A preocupação que originou o presente trabalho surgiu da nossa atuação junto ao Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT). O acompanhamento da trajetória do movimento sindical no seu envolvimento com a questão da Saúde no Trabalho desde a realização da I e II Semanas de Saúde do Trabalhador (SEMSATs), realizadas em 1979 e organizadas pela Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador (CISAT), despertou nosso interesse pelo assunto e, com a evolução e progressão do movimento que desembocou na criação do DIESAT em 1980, este interesse se cristalizou.

Procuramos com este estudo poder contribuir para a análise da importância que assumiu a questão em dois sindicatos representativos do setor metalúrgico de São Paulo, o Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema e o de Osasco e adjacências. Ao lado disso, procuramos levantar os limites que a prática sindical nesta área encontra para o seu avanço e os caminhos para a sua superação, caminhos estes já apontados pelo próprio movimento sindical nas suas lutas mais significativas.

É, pois, como um instrumento e um subsídio para o entendimento da luta pela defesa da saúde nos locais de trabalho, que pretendemos que este estudo seja entendido.

AGRADECIMENTOS

É com prazer que registramos nossos agradecimentos aos funcionários do Departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Cláudio, Neide e aos advogados Dr. Maurício Soares e Dr. João Domingos. No Sindicato de Osasco tivemos a valiosa colaboração de Antonio Félix dos Santos, funcionário do Departamento Jurídico e Carlos Aparício Clemente, Tesoureiro do Sindicato e incansável batalhador na luta pela melhoria das condições de trabalho, que nos possibilitou a pesquisa dos dados.

Agradecemos ainda ao Dr. Primo Brandimiller, médico do DIESAT que trabalha no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, pelas sugestões e informações que nos forneceu e ao Oswaldo Bargas, secretário do Sindicato afastado arbitrariamente da função, juntamente com toda a diretoria do Sindicato.

Aos amigos-professores do Departamento de Medicina Preventiva da USP, nossos agradecimentos: à professora Amélia Cohn, pela paciência e dedicação com que nos acompanhou nas horas mais difíceis do trabalho, trazendo sempre a orientação esclarecedora e dando-nos todo o incentivo, à professora Marcília Medrado Faria pelas sugestões e idéias e ao professor Euclides Castilho pela serenidade com que nos acolheu em momentos difíceis da caminhada.

Finalmente, agradecemos ao prof. Wanderley Nogueira da Silva pelo companheirismo e compreensão que sempre soube dar a seus orientandos.

À Nair Shibassaki de Figueiredo, ao Vicente Ferreira de Alexandria, ao Lucas Echimenco e à Eliane Correia Lage do Sindicato de Osasco, nossa profunda gratidão pela solidariedade que demonstraram, num momento difícil.

Ao Dr. Berman pela orientação no texto do "Summary".

À Christina pela ajuda na elaboração final do trabalho e pelo carinho e amor com que solidariamente nos acompanhou nessa caminhada.

Aos companheiros do DIESAT que contribuíram para que nossas inquietações dessem origem a esta pesquisa, também fazemos nosso agradecimento, bem como ao Helinho do DIEESE pela ajuda na coleta do material bibliográfico consultado.

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a melhoria das condições de trabalho em geral e da saúde no trabalho especificamente, só assume aspectos positivos quando o protagonista do processo de produção, isto é, o trabalhador organizadamente prioriza a luta nesta área, procurou-se analisar as práticas de dois sindicatos de trabalhadores metalúrgicos paulistas, o Sindicato de São Bernardo do Campo e o de Osasco mediante o estudo dos processos -insalubridade encaminhados através do Departamento Jurídico de ambos os sindicatos. Tais processos dizem respeito ao período de 1.973 a 1.981, e deles foi avaliado o grau de detalhamento das informações dos operários sobre sua condição de trabalho in salubre, a atuação do sindicato na instrução do processo e o próprio comportamento da Justiça do Trabalho no encaminhamento dado aos processos.

Além disso, procurou-se analisar a evolução histórica da legislação brasileira e da política do Estado Brasileiro relativa à promoção, manutenção, recuperação da saúde da força de trabalho e, finalmente, os limites da prática centrada nos processos dessa natureza. Abordou-se, ainda, a tendência que uma nova prática está assumindo dentro das prioridades de luta dos dois sindicatos, bem como os limites impostos ao avanço desta recente prática que procura ir além da simples reivindicação do direito do trabalhador - no caso o adicional de insalubridade - para adquirir foros de defesa da saúde no trabalho, passando da fase de "monetização do risco" à fase da consciência sanitária no trabalho, processo que começa a ser gestado.

SUMMARY

The author begins with the presupposition that a betterment of working conditions and, more specifically, of health at work, will only come about when the workers themselves decide to act in an organized fashion in this area of social policy. The struggles over working conditions of two metalworkers' unions - of São Bernardo do Campo and Osasco - both in the greater São Paulo area - are examined, through a study of processos - insalubridade - legal actions carried out to determine if workers in a given shop should be granted a higher rate of pay in return for working under unhealthy conditions.

The supporting data amassed by each union's judicial department was evaluated according to the degree of detail supplied by the workers about the "unhealthy" working conditions, about the degree of involvement of the union in the whole process, and on the response of the labor courts.

In addition the historical evolution of Brazilian legislation is examined, as it relates to the preservation and recovery of his labor power, and the political limits of such legal cases as a means of struggle.

In addition a newer fashion of unions' practice was examined as well as its political limits. This newer practice is concerning to the improvement of working conditions, defense the health of the workers and intend to get ahead of the simple "risk-compensation".

Í N D I C E

1.	<u>INTRODUÇÃO</u>	
1.1.	Breve comentário sobre o escopo do estudo	1
1.2.	Os estudos existentes no campo da saúde e condições de trabalho: a abordagem de um aspecto pouco discutido da questão	3
1.3.	Objetivos	15
2.	<u>METODOLOGIA</u>	16
3.	<u>ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA REGULAMENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO/ E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO</u>	
3.1.	Política do Trabalho	20
3.2.	Mudanças do Capítulo V, título II da CLT, que trata das normas relativas à Segurança, Higiene e / Medicina do Trabalho	38
3.2.1.	As condições insalubres de trabalho	39
3.2.1.1	Avaliação crítica da questão da insalubridade	44
3.2.2.	Serviços Especializados em Segurança, (Higiene) e Medicina do Trabalho (SESMTs)	59
3.2.3.	Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs)	67
3.3	Mudanças da Legislação Acidentária	78
4.	<u>PRÁTICAS SINDICAIS EM HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: Relato de duas experiências</u>	101
4.1.	Relato das experiências	105
5.	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	128
6.	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	132
7.	<u>ANEXOS</u>	142

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Breve comentário sobre o escopo do estudo.

Os estudos que entre nós tratam da questão da saúde referida ao trabalho, sobretudo o trabalho industrial, abordam o problema a partir das estatísticas oficiais de acidentes de trabalho - detendo-se geralmente na análise dos acidentes chamados típicos - e da atuação normatizadora do Estado, através de Leis e Decretos relativos às medidas de segurança, prevenção e reparação dos danos e seus efeitos. (1)

Outra linha de investigação científica, refere-se a situações específicas das condições de trabalho e preocupa-se em analisar riscos e efeitos para a saúde do trabalhador, relacionados com determinados agentes nocivos. (2)

Entendemos a preocupação mais marcada com os acidentes típicos pelo fato de terem assumido, no Brasil, um caráter de extrema gravidade, conforme as estatísticas oficiais apontavam até 1.975, o que colocava o País como um dos recordistas mundiais. Existe no entanto, um outro tipo de agravo à saúde, também previsto na legislação brasileira, a doença profissional, que merece ser destacada. Mas contrariamente ao caso anterior, pela razão de que as estatísticas oficiais apontam para a sua pouca incidência no setor industrial brasileiro, o que estaria em contradição com os elevados índices de acidentes típicos. Tal situação começa a ser motivo de indagações entre nós, sobretudo a partir da publicação, em 1.975, dos livros de Stellman & Daum (3), que alertaram para as doenças provocadas pela grande quantidade de produtos manipulados na indústria, cujos efeitos para a saúde ainda são em muitos casos desconsiderados. (4)

(1) Ver a respeito: Possas, C.A. - Saúde e Trabalho: a crise da Previdência Social. Ed. Graal, 1.981, Rio de Janeiro; Costa, M.R. - As vítimas do Capital: os acidentados do trabalho, Ed. Achiamé, 1.981, Rio de Janeiro; Sato, A.K. - Estudos sobre acidentes do trabalho no Brasil, relatório final, IPEA, 1.980 Brasília, Mendes, R. - A importância das pequenas e médias empresas industriais no problema dos acidentados do trabalho em São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1.976, mimeo.

(2) Ver a respeito: Gomes, J.R. - Condições de higiene do trabalho e incidência de cromergopatias em trabalhadores de galvanoplastias sindicalizados do Estado de São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1.970, mimeo, Pereira, A.C. - Surdez profissional em trabalhadores metalúrgi

Todavia, um aspecto que até hoje está afastado das preocupações dos estudos realizados no Brasil nesta área, é o da atuação dos sindicatos de trabalhadores no campo da higiene, segurança e saúde no trabalho. Elemento relativamente novo da nossa realidade social, data de aproximadamente cinco anos, coincidindo, não por acaso, com o ressurgimento sindical no cenário político.

Com este trabalho, procuramos trazer à luz como vem evoluindo no campo da higiene, segurança e saúde no trabalho a prática de dois importantes sindicatos de trabalhadores do setor metalúrgico paulista, seus avanços e limites.

Acreditamos ser pertinente e de fundamental importância a introdução desse elemento na análise das questões relativas às condições de trabalho e processo de saúde/doença porque, conforme mostram experiências de outros países (5), a melhoria das condições de trabalho apresenta estreitos vínculos com a atuação do movimento sindical operário. Isto porque a execução do trabalho na indústria capitalista, regida pelo pressuposto do aumento da produção e da produtividade, em última instância, do lucro, "cria uma contradição básica entre exploração do trabalho como mercadoria pelo capital e a segurança no trabalho". (6).

cos: estudo epidemiológico em uma indústria da Grande São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1.975, mimeo; Wakamatsu, G.T. - Contribuição ao estudo da exposição profissional ao benzeno em trabalhadores de indústrias de calçados em São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1.976, mimeo; Colacioppo, S. - Avaliação do risco de intoxicação industrial por vapores de mercúrio, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1.976, mimeo.

- (3) Stellman, J.M. & Daum, S.M. - Trabalho e Saúde na Indústria, 3 vols., EDUSP, 1.975, São Paulo.
- (4) Ver a respeito: I Semana de Saúde do Trabalhador (I SEMSAT): silicose e doenças pulmonares provocadas por poeiras, 14 a 19/05/1.979, documento final São Paulo, monografia; Mendes, R. - Trabalho e Saúde no Brasil: esboço histórico e panorama atual, 1.982, monografia; Possas, C.A. - op.cit., especialmente o capítulo II.
- (5) Ver a respeito: Berlinguer, G. - Medicina e Política, coleção Saúde em Debate, ed. HUCITEC, 1.978, São Paulo e A Saúde nas Fábricas, Ed. CEBES-HUCITEC, 1.983, São Paulo; Berman, M.D. - Death on the Job, Baywood Publishing Co.Inc., 1.978, especialmente capítulos V e VI; Les conditions de travail, col. Point par Point, Centre Confederal d'Études Economiques et Sociales & Centre Confederal d'Éducation Ouvrière de la CGT, 1.982, monografia.
- (6) Costa, M.R. - op. cit., p.2.

- 1.2. Os estudos existentes no campo da saúde e condições de trabalho: a abordagem de um aspecto pouco discutido da questão.

Os estudos mais conhecidos que procuram discutir a problemática da saúde referida às condições de trabalho, o fazem de um prisma que avalia o problema, considerando os acidentes de trabalho, segundo vários ângulos sendo que alguns deles interessa abordar para situar nossa preocupação.

Trata-se de pesquisas que privilegiam a discussão do problema do consumo da força de trabalho através da análise de dados estatísticos de acidentes de trabalho referidos a determinadas condições concretas de trabalho ou mesmo às estatísticas gerais. Outras se preocupam em avaliar a questão, a partir de uma visão das políticas do Estado na área da higiene, segurança e medicina do trabalho e das medidas adotadas pela Previdência Social na recuperação e reparação dos danos à saúde provocados pelo processo produtivo, sendo que uma delas agrega a isso a análise concreta dos efeitos deste processo sobre as condições de vida e de trabalho de um grupo de operários acidentados. Finalmente, referimo-nos a um estudo que se realiza em região aitamente industrializada de São Paulo, e que discute a situação de vida e trabalho tendo por referência o processo de trabalho e a própria organização do trabalho. Passemos então a uma abordagem mais detida sobre eles.

Um dos trabalhos pioneiros foi de Mendes (7) em que o autor, utilizando o modelo epidemiológico clássico da história natural das doenças, baseado na tríade agente-hospedeiro-ambiente, discute a ocorrência de acidentes de trabalho graves, registrados na Previdência Social, segundo sua distribuição pelas empresas conforme o tamanho. Conclui que as pequenas empresas (abaixo de 100 trabalhadores) apresentam maiores índices de acidentes de trabalho graves, em função da menor incorporação de tecnologia, da pouca preocupação empresarial com a higiene e segurança no trabalho e do despreparo da mão de obra empregada, dentre outros fatores. Deixa explícita sua preocupação de convencer os tecnocratas e os órgãos de governo, "de que os agravos à saúde e particularmente os acidentes de trabalho e as doenças profissionais pesam na economia da nação, da sociedade,

(7) Mendes, R. - op.cit., 1.976.

dos empresários (além da dos empregados) senão o setor saúde continuará marginalizado no processo de desenvolvimento econômico do país", (8) (grifo nosso) e propugna em suas conclusões medidas de ordem técnico-institucional, ou seja, a criação de serviços de higiene, segurança e medicina do trabalho nas empresas de pequeno porte. Tal proposta encontra relação com o modelo epidemiológico utilizado pelo autor e a lógica da conclusão e da medida sugerida ratificam o ponto de vista parcial e a-histórico do modelo de análise usado.

Outra linha de trabalhos refere-se à crítica das estatísticas oficiais de acidentes e doenças do trabalho. Nesse sentido dois interessantes textos devem ser mencionados. No primeiro deles, Abreu (9) constatando a precariedade das estatísticas existentes, numa preocupação de tornar os dados estatísticos mais próximos da realidade e passíveis de permitir melhor avaliação dos resultados de políticas preventivas, sugere medidas ao órgão da Previdência Social que apura e centraliza estes dados, no sentido de torná-los mais fidedignos, principalmente no que diz respeito à discriminação dos eventos por tipo de atividade quanto a sua distribuição, consequências e grau de incapacidade. Chama a atenção para a "importância das organizações sindicais no processo de tomada de consciência por parte da massa de trabalhadores quanto à inclusão de reclamações relativas à saúde no trabalho associada aos seus programas de reivindicações salariais". (10)

No segundo, Sato (11), em seu "Estudo dos acidentes do trabalho no Brasil" em que uma de suas preocupações centrais gira em torno das práticas preventivas adotadas pelo Estado, consubstanciadas no aparato legal referente as medidas de higiene, segurança e medicina do trabalho, afirma a exemplo de Abreu - que com os dados do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) nem uma crítica ou teste de consistência podem ser tentados. E, preocupado em sugerir medidas concretas que contribuam para o aperfeiçoamento do sistema de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, o autor procura desmistificar colocações am

(8) Mendes, R. - op.cit., 1.976, p. 15.

(9) Abreu, M.P. - op.cit., 1.978.

(10) Abreu, M.P. - op.cit., pp. 370-371.

(11) Sato, A.K. - op.cit., 1.980.

plamente difundidas como causadoras de acidentes: atos inseguros por parte do trabalhador e condições inseguras de trabalho - com predominância dos primeiros - corolário dos pronunciamentos oficiais de que os acidentes do trabalho são inerentes ao próprio processo de trabalho e "uma fatalidade presente nas sociedades industrializadas como uma decorrência inevitável do progresso econômico". Assim, discute o autor a causação dos acidentes do trabalho além da aparência dos dados, pois conforme declara, o "risco de acidentes está menos relacionado com a condição subjetiva do trabalhador, isto é, sua aptidão ou capacidade de trabalho e mais com as condições objetivas de trabalho, peculiares a cada atividade e caracterizadas pela matéria sobre a qual age o trabalho e pelos meios de trabalho (máquinas e ferramentas)". (12) (grifo nosso)

Quando se refere à comparação internacional das políticas preventivistas, o autor destaca que elas "confiam às representações trabalhistas o direito de intervir na determinação das condições de trabalho", tendendo "a suprimir a transformação das condições nocivas de trabalho em compensações monetárias e procurando a eliminação total dos riscos ambientais". (13) (grifo nosso). Quanto à prática preventivista no Brasil, coloca que uma das formas de sanar a ineficiência do sistema de fiscalização "seria a fiscalização sistemática das condições de trabalho pelos próprios trabalhadores que não é devidamente ativada por falta de consciência e de informação técnico-científica dos riscos" (14) (grifo nosso)

Para o autor, a regulamentação pelo Estado da obrigatoriedade dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMTs), apenas explicita "a consciência que já existe, especialmente nas grandes empresas, de que a prevenção de acidentes é um investimento com retorno ...

"Entretanto, o mesmo princípio do investimento com retorno tem sido responsável pela ineficiência das medidas preventivas nas pequenas e médias empresas (...) em vista das taxas relativamente baixas de multas e dos critérios (...) subjetivos da

(12) Sato, A.K. - op.cit., pp. 20-22 e 47.

(13) Sato, A.K. - op.cit., p. 48.

(14) Sato, A.K. - op.cit., p. 120.

fiscalização (...)." (15) (grifo nosso)

Portanto, ao discutir os acidentes de trabalho a partir do aparelho jurídico de Estado, Sato mostra a incongruência das teorias que consideram o acidente como consequência da imperícia, do despreparo, de traços psicológicos e de personalidade do trabalhador, caracterizando ainda a eficácia relativa das políticas de prevenção e dos órgãos nela envolvidos, na solução do problema dos acidentes do trabalho.

Outro estudo também importante, divulgado recentemente em livro, é o de Possas (16), em que a autora discute no capítulo II "Saúde e Produção", as relações entre saúde e trabalho, tendo por referência o problema da reparação dos danos provocados pelos acidentes e doenças do trabalho, ao comparar os benefícios previstos nas duas últimas leis acidentárias - as de número 5316/67 e 6367/76 - (17), mostrando a involução em termos sociais dos critérios para a definição dos benefícios que ocorreu na lei de 1.976. Aponta também críticas às estatísticas oficiais de acidentes e doenças profissionais quanto à real possibilidade da diminuição desses agravos, a partir de 1.976 (Ver tabela 1) diante do agravamento das condições de vida e trabalho nos últimos anos. E, diante disso afirma: "no Brasil, além das dificuldades comuns aos trabalhadores de todo o mundo, enfrenta-se (...) as limitações impostas pelo retrocesso que vem sofrendo a legislação acidentária, sem mencionar evidentemente o reduzido poder de reivindicações da classe trabalhadora". (18) (grifo nosso)

Costa (19) aborda alguns aspectos que também foram motivo da preocupação de Sato, ao retomar a teoria do "risco profissional" enfatizando o caráter ideológico das interpretações veiculadas por ela, segundo às quais ao trabalhar o "operário poderá contrair determinadas doenças e sofrer acidentes independentemente da sua vontade e (...) do próprio empregador", o que se reflete na doutrina legal vigente. Chama atenção para o papel mistificador que cabe ao Estado de regular e distribuir os "benefícios sociais (...) encontrar meios de mitigar as consequen-

(15) Sato, A.K. - op.cit., p. 119.

(16) Possas, C.A. - op.cit., 1.981.

(17) Leis nº 5316 de 14/09/67 e nº 6367 de 24/12/76.

(18) Possas, C.A. - op.cit., p. 94.

(19) Costa, M.R. - op.cit., 1.981.

cias do processo de desenvolvimento das relações de produção capitalista (...) o acidente de trabalho é um ônus social, para o qual todos devem contribuir igualmente para diminuir as consequências (Estado, patrão, empregado) (...)" (20) (grifo nosso)

E, através da análise dos acidentes de trabalho por meio de entrevistas em profundidade com acidentados no trabalho recupera a visão do próprio trabalhador vitimado, que, pulverizado nas filas dos serviços da Previdência Social, relata toda a cruza do seu sofrimento.

Picam bastante claras, neste estudo, tanto a forma predatória da exploração da força de trabalho bem como, pela descrição dos acidentados das condições em que ocorreram os acidentes na fábrica, de suas condições gerais de vida, a fragilidade da "teoria do ato inseguro" como fator explicativo da gênese dos acidentes de trabalho. Diante disso, a autora se detém numa análise minuciosa do papel ideológico representado pelo Estado através das medidas de reparação dos danos do trabalho pela Previdência Social, e das normas homogenizadoras de prevenção e segurança no trabalho. Aponta porém, que "há uma contradição absoluta entre segurança e produção capitalista" pois "as técnicas de segurança e prevenção são subsidiárias da produção e da produtividade, concorrendo para aumentá-las" daí afirmar que "um dado importantíssimo nessa questão é a própria classe operária, à medida que, por intermédio de lutas e reivindicações, tenta coibir a exploração a que é submetida". (21) (grifo nosso)

Nos últimos anos, além das linhas de preocupação gerais com aspectos relativos à legislação, políticas de prevenção de infortúnios, reparação de danos e da análise dos dados de acidentes e doenças do trabalho, surge uma nova vertente de investigação que procura estudar as relações entre saúde (e doença)/ condições de trabalho, enfocando o trabalhador enquanto produtor de mercadorias no processo de trabalho (22, 23), superando a análise epidemiológica clássica baseada na história natural das doenças e nas interrelações do agente-hospedeiro-ambiente, trazendo

(20) Costa, M.R. - op. cit., pp. 14-15.

(22) Laurell, A.C. - "Processo de Trabalho e Saúde", Revista Saúde de em Debate, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 12: 8-22, 1.981

(21) Costa, M.R. - op.cit., p. 15.

(23) Navarro, V. - "The labor process and health: a historical materialist interpretation". Int.J.Health Serv., 12(1):5-29, 1.982.

para o campo de estudos as determinações históricas do processo saúde/ doença, referidas às relações sociais de produção. E, este momento é apreendido em toda sua amplitude e complexidade, evidentemente, quando se trabalha a questão no momento da produção imediata, ou seja, a fábrica.

Entre nós, estudo recente que ao lado de avaliar o âmbito institucional do Estado, avança num enfoque mais centrado no trabalhador é a pesquisa de Faria & cols. (24) que analisa os acidentes de trabalho e a morbidade de uma população trabalhadora definida, tendo por referência o processo de trabalho e seus componentes (ritmo de trabalho, organização do trabalho e de vida dos trabalhadores) demonstrando a característica predadora do consumo da força de trabalho numa situação concreta e enfatizando as condições nocivas de trabalho que extrapolam o âmbiente fabril e atingem toda a comunidade circunvizinha ao polo industrial estudado (Cubatão). Considera também importante o envolvimento dos trabalhadores com a questão da saúde/ trabalho para o encaminhamento de soluções eficazes.

Como se pode depreender, quase todos os autores citados, enfatizam a importância da atuação dos trabalhadores no controle das condições do processo de trabalho, chegando mesmo alguns deles a colocar o momento das reivindicações salariais dos sindicatos, como uma oportunidade privilegiada para a inclusão de reclamações relativas à saúde no trabalho, a exemplo do que já ocorre em países do capitalismo central onde as políticas prevencionistas "confiam às representações trabalhistas o direito de intervir na determinação das condições de trabalho". (25)

Foi diante dessa abordagem, presente em quase todos os autores referidos, que procuramos estudar como entre nós, a questão da saúde e trabalho estava sendo tratada pelos trabalhadores.

É interessante salientar ainda que alguns estudos volta

(24) Faria, M.A.M. & cols. - "Saúde e Trabalho: acidentes do trabalho em Cubatão", Rev. Bras. de Saúde Oc., 11(42), abr/jun. de 1.983; "Alguns aspectos sociais relacionados à ocorrência de acidentes do trabalho em Município industrial o caso de Cubatão", Rev. Bras. de Saúde Oc. 11(43):25-35, jul/ag/set. de 1.983 e "A triste condição dos operários de Cubatão", Boletim DIESAT, nº 3: 13-18, set/out de 1.981.

(25) Sato, A.K. - op. cit., 1.980

dos para o tema realizados em países do capitalismo não periférico como Itália e EUA, recentemente passaram a ter maior divulgação no Brasil, e também contribuíram para motivar nossa preocupação.

É o caso da publicação dos dois livros de Berlinguer (26) que contam e discutem a atuação dos trabalhadores italianos na defesa da saúde, na prevenção dos riscos através de metodologia própria, baseada em registros de medidas ambientais e agravos à saúde dentro das fábricas; na participação dos "grupos homogêneos", no princípio da "não delegação" da avaliação das condições sanitárias e ambientais aos técnicos de empresa e do Estado, mas participando destas avaliações (27). Dos livros de Stellman & Daum (28) escritos sob o patrocínio dos Sindicatos de Trabalhadores das Indústrias Químicas dos EUA, trazendo uma série de informações sobre o trabalho insalubre e como preveni-lo, além de uma análise interessante da lógica da produção capitalista, que incorpora tecnologias em ritmo tal, que não existem estudos suficientes que possam acompanhar os possíveis danos à saúde das novas técnicas e métodos a cada ano incorporados pela indústria.

O livro de Berman, ainda não traduzido no Brasil, analisa principalmente a história recente (do início dos anos 70 até seu final) do movimento sindical americano no campo das reivindicações relativas a segurança e medicina do trabalho, calcada na atuação de comitês de saúde e segurança no trabalho, existentes em vários Estados e mantidos pelos Sindicatos, e seu relacionamento com centros universitários que "tratavam de questões de saúde e segurança ocupacional (...) o que trouxe o importante suporte técnico e de treinamento para Sindicatos". Isto, para o autor, "deu um incalculável suporte para as pessoas nos locais de trabalho e contribuiu para que uma nova geração de Sindicatos combativos se munissem de programas que serão uma parte permanente do movimento operário nos EUA". (29)

Estes estudos apresentam os aspectos comuns pelos quais passou a luta dos trabalhadores na proteção da saúde nos locais de trabalho e um deles, bastante marcado, que interessa mais em

(26) Berlinguer, G. - ops. cit., 1.978 e 1.983.

(27) Ver também a respeito: Ricchi, R. - La muerte obrera: investigación sobre los homicidios blancos y los accidentes de trabajo, especialmente cap. XII, Ed. Nueva Imagen. México, 1.981; Navarro, V. & Assenato, G. - "Worker's participation and control in Italy: the case of Occupational Medicine", Int. J. Health Serv., 10(2):217-232, 1.980; Bagnara, S. Bio

pecificamente sublinhar, é o da fase da "monetização do risco" em que a luta se baseava na indenização pura e simples dos danos à saúde provocados pelo trabalho e que ocorreu historicamente, nos períodos em que o movimento sindical estava em descenso. Na Itália, no período do Facismo e pós-facismo - o milagre econômico italiano - onde a palavra era "ou trabalho ou saúde" os Sindicatos enfraquecidos pelo período negro da Guerra e do Facismo, "deixaram de lado a análise dos danos psico-físicos das novas tecnologias (...) e aceitavam que os ritmos obsessivos, os gases e poeiras, as horas extras e os turnos, fossem transformados em indenizações monetárias nos contratos de trabalho" (grifo nosso) (30).

Nos EUA, conforme aponta Berman, o período desfavorável que refreou uma série de conquistas do movimento sindical pela defesa de seus direitos a ter saúde no local de trabalho, coincide com o auge da Guerra Fria no final dos anos 40, quando "o contra-ataque das Indústrias atuou pesadamente no sentido da restrição legal à organização sindical, como a lei Taft-Hartley que aboliu a sindicalização nas fábricas e incentivou os Estados a aprovarem leis anti-sindicais, de "direito ao trabalho" (semelhante a palavra de ordem italiana "ou trabalho ou saúde") (...) Como resultado, a proporção de sindicalizados que era de 1/4 da força de trabalho em 1.956, declinou lentamente". (31)

À semelhança do ocorrido na Itália e EUA, nas épocas citadas, também o movimento sindical brasileiro viveu períodos de intensas dificuldades entre os anos 1.964/66 e 1.968/78. A repressão às lideranças mais combativas, as intervenções praticadas pelo Ministério do Trabalho em centenas de Sindicatos no pós 64, a cassação de mandatos de diretorias inteiras, a perda da estabilidade no trabalho, com a implantação em 1.967 do FGTS, a política de arrocho salarial trouxeram, como refere Singer (32), perdas irreparáveis para a luta e as conquistas dos Sindicatos de trabalhadores. Foi também um período, principalmente a partir de 1.968/69, de intensa exploração da força de trabalho, com aumento institu-

ca, M. e Mazzonis, D.G. - "Trends in Occupational Health and Safety Policy in Italy, Int. J. Health Serv., 11(3):431-450, 1.981, Basaglia, F. e outros - La salud de los trabajadores; aportes para una política de la salud, Ed. Nueva Imagen, México, 1.981.

- (28) Stellman, J.M. & Daum, S.M. - op.cit., 1975, especialmente volume primeiro.
 (29) Berman, M.D. - op.cit., pp.111-112.
 (30) Berlinguer, G. - op. cit., 1.983, p.15
 (31) Berman, M.D. - op.cit., p. 112.

cionalizada da jornada de trabalho, a intensificação do ritmo de trabalho e o grande aumento da produtividade. Os reflexos dessa situação, quanto à deterioração das condições de saúde pública na área metropolitana de São Paulo, foram muito bem apontados por Leser (33); e no nível específico das condições de trabalho eles podem ser avaliados pelo número de acidentes do trabalho crescentes até 1.975. (ver tabela 1). Contudo, o movimento sindical, apesar da extrema dificuldade para atuar nesse período, mantinha-se presente conforme relatam vários autores (34): nas fábricas havia movimentações - operações tartaruga, produção de peças defeituosas e até greves - que se contrapunham àquele nível de exploração; e os Congressos de trabalhadores, especialmente de metalúrgicos (ver quadro 1) no que se refere as condições de trabalho mantinham reivindicações importantes, no início dos anos 70.

No que diz respeito especificamente às condições de segurança e higiene do trabalho, conforme denunciavam representantes de Federações de trabalhadores de São Paulo, em 1.977 XVI CONPAT: "a participação das entidades sindicais nos programas de prevenção de acidentes do trabalho, por ora, limita-se a sua atuação em Congressos, Cursos, Conferências e Simpósios nos últimos anos" (35) E à luta pela "monetização do risco".

Mas, no final dos anos 70, o movimento sindical ressurgiu na cena política através de grandes manifestações grevistas desencadeadas no setor sindical que representa os trabalhadores das chamadas indústrias de tecnologia de ponta: o setor automobilístico - tendo se iniciado pelas grandes greves de 1.978/79 no ABC paulista e posteriormente se alastrado pela Grande São Paulo (36).

É a partir desse momento, que o movimento readquire maior peso específico na Sociedade e na opinião pública, trazendo à luz toda uma gama de reivindicações, dentre as quais começam a assumir relevância aquelas relacionadas com a saúde nos locais de trabalho.

-
- (32) Singer, P.I. - A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira, especialmente cap. II, Ed. Paz e Terra, 1.976.
- (33) Leser, W.P. "Problemas de Saúde em Áreas Metropolitanas", Anais do Seminário sobre situação de saúde nas áreas metropolitanas brasileiras, pp. 31-51, ag. de 1.975, São Paulo.
- (34) Ver a respeito: Rainho, L.F. - Os peões do Grande ABC, Ed. Vozes, 1.980, Rio de Janeiro; Humphrey, J. - Fazendo o "Mi-

QUADRO 1

TEMA	VI Cong Est, SP 1970	VII Cong Brasil 1973	I Cong SBC 1974	VIII Cong Est, SP 1974	IX Cong Brasil 1975	II Cong SBC 1976	III Cong SBC 1978	IX Cong Est, SP 1979	X Cong Brasil 1979	I Cong Osasco 1979
1. Estabilidade no emprego	X	X	-	X	X	X	-	X	X	X
2. Estabilidade do emprego recorrente	-	X	X	X	-	-	-	-	-	-
3. Estabilidade para o acidentado	X	X	X	-	-	-	-	X	-	X
4. Estabilidade à gestante	-	X	-	X	-	-	-	X	-	-
5. Estabilidade ao menor às vésperas do serviço militar	-	-	-	X	X	-	-	-	-	X
6. Cumprimento da legislação que estabelece o limite relativo de 2 horas diárias para a prestação de hora-extra	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
7. Supressão da hora extra, exceto por motivo de força maior	X	X	-	-	-	X	-	X	-	-
8. Extinção completa da hora-extra	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
9. Redução do horário de trabalho em locais insalubres de 8 para 6 horas	-	-	-	X	X	-	-	X	X	X
10. Redução da jornada de trabalho noturno para 6 horas	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
11. Redução da jornada de trabalho em regime de turno para 6 horas	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-
12. Eliminação dos turnos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
13. Férias de 30 dias	-	X	-	-	-	X	-	X	-	-
14. Rejeição da legislação referente à não de obra temporária	-	-	-	X	X	-	-	X	X	-
15. Rejeição do contrato de experiência	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
16. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais	-	-	-	-	X	X	-	X	X	X
17. Fixação do ritmo de trabalho por comissão paritária	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
18. Uso recorrente do poder disciplinar do empregador	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-

Extraído de Leite, M.P. - "Reivindicações dos Metalúrgicos", 1.983, p.32.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO E TOTAL DOS DIFERENTES TIPOS DE ACIDENTES DO TRABALHO SEGUNDO A CARACTERIZAÇÃO/ BRASIL, 1.971-1.981 *

ANO	ACIDENTE TÍPICO	ACIDENTE TRAJETO	DOENÇA TRABALHO	TOTAL	MORTES
1.971	1.308.335 (98,33%)	18.138 (1,36%)	4.050 (0,31%)	1.330.523 (100%)	2.559
1.972	1.479.318 (98,31%)	23.016 (1,53%)	2.389 (0,16%)	1.504.723 (100%)	2.805
1.973	1.602.517 (98,15%)	28.395 (1,73%)	1.784 (0,12%)	1.632.696 (100%)	3.122
1.974	1.756.649 (97,77%)	38.273 (2,13%)	1.839 (0,10%)	1.796.761 (100%)	3.764
1.975	1.869.689 (97,57%)	44.307 (2,31%)	2.191 (0,12%)	1.916.187 (100%)	3.942
1.976	1.692.833 (97,07%)	48.394 (2,78%)	2.598 (0,15%)	1.743.825 (100%)	3.900
1.977	1.562.957 (96,79%)	48.780 (3,02%)	3.013 (0,18%)	1.614.750 (100%)	4.445
1.978	1.497.934 (96,55%)	48.551 (3,13%)	5.016 (0,32%)	1.551.501 (100%)	4.342
1.979	1.388.525 (96,12%)	52.279 (3,62%)	3.823 (0,26%)	1.444.627 (100%)	4.673
1.980	1.404.531 (96,05%)	55.967 (3,71%)	3.713 (0,24%)	1.464.211 (100%)	4.824
1.981	1.215.539 (95,65%)	51.722 (4,07%)	3.204 (0,25%)	1.270.465 (100%)	4.808
1.982	1.117.832	57.874	2.766	1.178.472	4.496

Fontes: INPS/MPAS, Secretaria de Seguros Sociais e FUNDACENTRO (1.978).

* Extraído e adaptado de: I. Possas, C.A. - Saúde e Trabalho: A Crise da Previdência Social, Edições Graal Ltda., 1.981, página 97.

2. Jornal de Prevenção de Acidentes, publicação mensal da Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes - (ABPA), nº 77, Outubro/82, página 11.

Assim, entendemos que após alguns anos do ressurgimento do movimento sindical, já existe um distanciamento temporal suficiente para se proceder a uma análise da sua atuação recente neste campo. E, é por acreditar que as condições de trabalho somente serão melhoradas quando os diretamente envolvidos no processo produtivo, isto é, os próprios trabalhadores, assumirem com empenho a luta por essa melhoria a exemplo de outros países, na medida em que a questão da segurança e higiene no trabalho é ela também reflexo da atuação das diferentes forças sociais em jogo, que entendemos ser válido um estudo que mostre o que tem sido a atividade neste campo. Para tanto, a análise foi centrada em dois importantes Sindicatos do setor metalúrgico paulista.

Justificamos a escolha de Sindicatos do setor metalúrgico pelas seguintes razões:

- a) Os Sindicatos do setor representam trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico as quais em 1.980, segundo dados da Previdência Social (37), correspondiam a 11,5% da mão-de-obra empregada na Indústria, somente abaixo do contingente de empregados na Indústria da Construção Civil que era de 15% em 1.980. (Ver tabela 2)
- b) Conforme demonstra a tabela 2, os três ramos (metalúrgico, mecânico e de reparação e construção de veículos) tiveram em 1.980 37,4% dos acidentes na Indústria no Brasil.
- c) São os trabalhadores metalúrgicos o setor mais organizado do sindicalismo brasileiro, podendo ser tomado como "parâmetro" para se inferir a evolução das lutas que os sindicatos irão travar nessa área no futuro imediato, e mesmo mediato.

lagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira, Ed. Vozes/CEBRAP, 1.982, São Paulo; Frederico, C.- Consciência Operária no Brasil, Ed. Ática, 1.979, São Paulo e A Vanguarda Operária, Ed. Símbolo, 1.979, São Paulo: "Movimento operário em ritmo de resistência", Cadernos do CEAS, nº 50:32-42, jul/ag. de 1.977, Salvador.

- (35) Anais do XVI CONPAT (Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes) - "A atuação sindical através das CIPAs", pp.315-319, FUNDACENTRO/MTB, 1.977.
- (36) Ver a respeito: Humphrey, J. - op.cit., 1.982; Maroni, A- A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78, Ed. Brasiliense, 1.982, São Paulo.
- (37) FUNDACENTRO - Brasil, 1.980; Estatísticas de Acidentes de Trabalho, 1.982, monografia.

TABELA 2
BRASIL: ÍNDICE DE ACIDENTES^(a) SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE INDUSTRIAL
1.972/75 e 1.980

Setor de Atividade	1972	1973	1974	1975	1980
Indústria de Madeira e Cortiça	37,9	35,0	30,3	35,4	27,3
Indústria do Mobiliário	31,5	29,2	25,3	24,7	20,6
Indústria Extrativa Mineral	24,6	22,8	19,7	21,9	18,7
Indústria Metalúrgica	31,5	29,2	25,2	22,1	14,2
Indústria de Bebidas	25,9	24,1	20,8	17,6	13,4
Indústria de Prod. Alimentícios	25,1	23,3	20,1	18,2	12,8
Indústria Mecânica (Mat. Elêtr)	34,4	31,8	27,5	28,5	12,7
Construção Civil	34,5	31,9	27,6	29,9	12,3
Indústria de Couro e Peles	20,1	18,5	16,0	15,7	12,1
Indústria de Prod. Minerais não Metálicos (Vidro, Cal e cimento)	21,7	20,1	17,4	15,5	12,0
Indústria de Papel e Papelão	24,2	22,4	19,3	18,9	11,7
Indústria Extrativa Vegetal	50,7	46,1	39,9	37,8	11,7
Indústria de Art. de Plástico	27,4	25,3	21,9	19,4	10,7
Indústria da Construção e Reparação de Veículos	18,1	16,8	14,5	17,4	10,5
Indústria de Art. de Borracha	21,3	20,0	17,3	18,2	9,4
Indústria de Derivados de Petróleo e Hulha	53,1	49,3	42,6	26,7	9,0
Indústria Textil, Fiação e Tecelagem	18,5	17,1	14,8	11,6	7,8
Indústria Química e Farmacêutica	18,2	16,9	14,7	12,0	6,2
Indústria do Fumo	4,6	4,2	3,6	4,9	6,2
Indústria de Calçados e Vestuário	10,5	9,7	8,4	11,0	5,8
Indústria Gráfica e Editorial	10,8	10,0	8,6	7,2	5,1

Fonte: INPS e DATAPREV (a) Índice de Acidentes = $\frac{\text{nº de acidentes} \times 100}{\text{nº de empregados}}$

Adaptado de Abreu, M.P., *op.cit.*, p. 380, 1.978 e MTb/ FUNDACENTRO: Brasil, 1.980 - Estatística de acidentes do trabalho, pp. 11/12, 1.982, São Paulo.

1.3. Objetivos:

O presente estudo pretende demonstrar que:

a) O Estado, ao assumir a posição de árbitro, como parte neutra, nos conflitos entre capital e trabalho no campo da higiene e segurança do trabalho, ou mesmo para atender necessidades criadas pela realidade concreta em que se dá o consumo da força de trabalho no processo produtivo numa dada conjuntura, lança mão de um complexo arcabouço jurídico que, a partir do início dos anos 70, privilegiou a formação de quadros técnicos em medicina, higiene e segurança do trabalho e a normatização das condições inseguras e insalubres de trabalho, cuja aplicação apresenta alcance de duvidosa eficácia no controle destas condições, ao lado de promover alterações na legislação acidentária que aboliram uma série de medidas favoráveis aos trabalhadores;

b) A prática sindical na área da segurança e salubridade das condições de trabalho, de dois sindicatos representativos do setor metalúrgico paulista, após passar por um período caracterizado pela "monetização do risco" adquire contornos de superação desta fase e assume importante papel na formação de uma consciência sanitária na prevenção de "riscos" no trabalho;

c) Finalmente, os limites impostos a esta prática estão dados, por um lado, pela estrutura sindical brasileira que, permanecendo inalterada afigura-se hoje, em função da diversidade e do grau de complexidade da vida sindical brasileira, historicamente ultrapassada. Por outro lado, os limites estão dados pela crise econômica do capitalismo, que ao penalizar de modo mais intenso a população assalariada, dificulta a ação do movimento sindical, na medida em que a ameaça de desemprego, tática largamente utilizada pelo capital nos momentos de crise, assume uma característica de ameaça ao próprio trabalho sindical de base, evidentemente com gradações relacionadas ao nível de organização e conscientização dos trabalhadores.

2. METODOLOGIA:

Estudos recentes (38) que tratam da relação saúde/ trabalho, tem chamado a atenção não só para a importância da priorização das medidas de prevenção dos acidentes e doenças do trabalho, no intuito de se modificar o atual quadro brasileiro de ocorrência desses agravos, como para o aspecto fundamental da participação dos trabalhadores nesse processo. A experiência de outros países (39) como Itália, Estados Unidos e França revela que a atuação dos sindicatos de trabalhadores na luta pela melhoria das condições de trabalho, a partir do final dos anos 60, produziu avanços importantes.

Diante dessas preocupações e observações, procuramos estudar em que medida esta problemática estava sendo vivenciada por trabalhadores de um setor da produção representativo da moderna Indústria brasileira, o setor metalúrgico, e que nos anos mais recentes assumiu destaque na luta reivindicatória que se deu com os movimentos grevistas de 78/79.

Para analisar o tipo de atuação que sindicatos desse setor vem tendo, procuramos contato com três deles da região da Grande São Paulo, que representam uma base de aproximadamente seiscentos mil trabalhadores. Devido às condições operacionais oferecidas por dois deles, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e de Osasco, iniciamos em 1.981 a coleta de informações para o estudo.

Inicialmente, consultamos os jornais sindicais - Tribuna Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Visão Trabalhista de Osasco de 1.971 a 1.982 - para apreender como a questão da saúde relacionada às condições de trabalho era vivenciada. Por esse levantamento percebemos então que a atuação dos dois sindicatos poderia ser dividida em dois momentos marcados. O primeiro deles, caracterizado pelas denúncias do elevado número de acidentes do trabalho, pelas críticas das condições de higiene e segurança do trabalho nas empresas e pela "política" de utilização do canal legal que permite questionar as condições insalubres de trabalho, ou seja, os processos de insalubridade, para pleitear o adicional de insalubridade, caracterizando-se esta

(38) Ver a respeito: Costa, M.R. - op.cit., 1.980; Abreu, M.P. - op.cit., 1.978; Sato, A.K. - op. cit., 1.980; Possas, C.A. - op.cit. 1.981.

fase pela chamada monetização do risco. Por isso, procedemos à análise pormenorizada dos processos-insalubridade iniciados através dos departamentos jurídicos dos sindicatos, mediante formulário próprio (anexo I) no período de 1.973 a 1.982, para apreender a dinâmica deste procedimento, inclusive no sentido de caracterizar que tipo de influência a via jurídica tinha na melhoria das condições de trabalho. Analisamos 31 processos de São Bernardo do Campo e 33 processos de Osasco, sendo que tais processos foram divididos em processos individuais, quando abertos pelo trabalhador individualmente e coletivos "nominal" e "sindical". O processo coletivo nominal é aquele aberto por um grupo de trabalhadores, em nome de um deles, geralmente o primeiro por ordem alfabética e o coletivo sindical é aquele aberto pelo Sindicato, em nome de grupo de associados, o que passou a ser possível após a Lei nº 6514 de 22/12/77 (40).

Foi privilegiado o estudo dos processos porque permitiram avaliar:

a) o conhecimento que o trabalhador demonstra do seu local de trabalho;

b) o tratamento dado pela justiça do trabalho aos conflitos entre capital e trabalho, quando são questionadas as condições de trabalho que teoricamente deveriam estar enquadradas em parâmetros de segurança e salubridade como define a legislação pertinente;

c) a postura do perito que avalia essas condições de trabalho, referidas a uma legislação na qual em princípio está colocado o controle dos riscos por medidas de caráter ambiental, mas que permite a grande brecha da "monetização do risco" ao possibilitar a percepção do adicional de insalubridade;

d) a efetividade da via processual na real melhoria das condições de trabalho reclamadas. Ademais, os processos de insalubridade concebidos como um reflexo da posição dos sindicatos naquele momento de sua organização frente a questão, constituem o caminho por eles trilhado, e que possibilitou a definição de novos horizontes para a provável superação do estágio

(39) Ver a respeito: Berlinguer, G. - op.cit., 1.983, Ricchi, R. op.cit., 1.981; Navarro, V. & Assenato, G. - op.cit., 1980; Berman, D.M. - op.cit., 1.978; "Les conditions de travail", col. Point par Point, Centre Confederal d'Études Économiques et Sociales & Centre Confederal d'Éducation Ouvrière de la CGT, 1.982.

da "monetização do risco".

Ao lado do levantamento dos processos, houve necessidade de se pesquisar a legislação referente à Segurança e Medicina do Trabalho para o entendimento das mudanças ocorridas a partir de 1.967 e mais acentuadamente a partir de 1.972. Com isso procurou-se apreender o papel assumido pelo Estado naquela conjuntura na regulamentação e normatização do campo, bem como da concepção que a legislação expressa no que diz respeito à melhoria e controle das condições de trabalho nocivas à saúde.

O segundo momento da atuação sindical é qualitativamente diferente do anterior. Inicia-se em 1.978/79 e está relacionado, a nível do movimento sindical, com um fato novo na história do sindicalismo, que é a criação da Comissão Intersindical da Saúde do Trabalhador (CISAT), em 09/01/1.979, cuja diretoria executiva era composta de 9 representantes de sindicatos, com 3 deles dirigentes de sindicatos de trabalhadores metalúrgicos. Mais tarde, em agosto de 1.980, a CISAT daria origem ao Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT). (41)

Percebe-se então, que a questão da saúde e segurança no trabalho passa a ter destaque dentro das preocupações dos sindicatos estudados, o que foi corroborado pelo levantamento dos Contratos Coletivos de Trabalho firmados pelos sindicatos com o patronato, das cláusulas relativas à higiene, segurança e proteção no trabalho. É a partir de 1.978/79, que elas começam a aparecer como pontos de negociação e se ampliam nos anos seguintes.

Com a CISAT e posteriormente o DIESAT, o movimento sindical promove debates, simpósios, assume a discussão da relação saúde/ condições de trabalho, leva-a para a opinião pública e passa a produzir textos próprios o que, nos dois sindicatos estudados, se reflete na constituição de um espaço para o avanço do nível de formulação sobre o problema; principalmente em Osasco, onde se organizam Ciclos de Debates e discussões entre operários e técnicos associados à produção de documentos

(40) Lei nº 6514 de 22/12/1.977, que alterou o capítulo V, título II da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

(41) Ver estatutos do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).

de análise e boletins periódicos. Esses documentos foram também por nós analisados e permitiram apreender o novo momento vivido, no qual, segundo entendemos, estaria havendo o que Berlinguer (13) denomina de "a nova consciência sanitária", que supera a fase da "monetização dos riscos" (42). Em São Bernardo, este momento não fica bem demarcado de início, devido às condições específicas por que passou a entidade sindical nos anos 79/80, quando ocorreu a intervenção do Ministério do Trabalho, que acabou por destituir a diretoria legitimamente eleita em 1.978. A intervenção viria a ser suspensa somente em fevereiro de 1.981, ano em que se deram novas eleições de diretoria.

Finalmente, para aprofundar a análise sobre a evolução das práticas dos dois sindicatos no campo da segurança e saúde no trabalho, procedemos a entrevistas, no início de 1.983, com dirigentes sindicais, advogados trabalhistas dos sindicatos e com o médico do trabalho que atua no Departamento de perícias médicas do Sindicato de São Bernardo do Campo, na tentativa de coligir elementos que nos permitissem uma prospeção do que poderá avançar a atuação dos sindicatos nessa área e quais os limites hoje dados para este avanço, conforme a ótica dos sujeitos dessas experiências.

Concomitantemente, foram colhidos dados secundários sobre a distribuição das indústrias metalúrgicas da base de atuação dos dois sindicatos, número de operários das empresas reclamadas nos processos-insalubridade e enquadramento das mesmas quanto ao tipo de processo de produção ou ramo da produção. Além disso, procurou-se obter junto aos sindicatos dados sobre sindicalização em geral e especificamente para as empresas reclamadas nos processos, que se mostraram mais completos no caso do Sindicato de Osasco.

A distribuição cronológica, por local dos processos, por qualificação dos reclamantes, faixa salarial mais frequente nas empresas, os motivos que levaram à abertura dos processos-insalubridade, o resumo do levantamento pericial das condições de trabalho reclamadas - quando existentes - as sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho até o segundo semestre de 1.982, são apresentados no corpo da tese, em seu capítulo 4, em tabelas e quadros, acompanhadas de discussão e interpretação, de acordo com os objetivos expostos.

(42) Berlinguer, G. - op.cit., 1.978.

3. Atuação do Estado Brasileiro na regulamentação e normatização das medidas da promoção, prevenção e recuperação da saúde no trabalho.

3.1. Política do Trabalho

Ao se traçar as linhas gerais das políticas de governo relacionadas ao trabalho, privilegiou-se como ponto de partida a legislação relativa às relações trabalhistas. Tal legislação pode ser resumidamente colocada, em termos cronológicos, tendo seu início quando da instituição da primeira lei de acidentes de trabalho, em 1.919.

Já na década de 20, mais precisamente em 1.923, surge a lei sobre aposentadorias e pensões dos empregados do setor industrial urbano, a lei Eloy Chaves, que deu origem e imprimiu sua marca a toda a legislação previdenciária posterior. A Previdência Social surgia, então, baseada nas Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) que se organizavam por empresa. Contudo, a concepção de Previdência Social não se dá, conforme refere Malloy, calcada na idéia de "um direito à Previdência social, inerente ao status de cidadão ou de trabalhador. Ao contrário (...) na idéia de seguro social, onde a proteção se tornara um direito contratual adquirido (...)". (grifos do autor) (1)

Após a Revolução de 30, as relações entre o Estado e classe operária se organizam em torno de três estruturas: os Sindicatos, a Justiça do Trabalho e a Previdência Social. (2) No interior deste quadro, em 1.933 é criado um novo tipo de instituição os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que criou um fundo nacional, para todos os trabalhadores ativos do setor privado". (3) É uma tentativa de estender ao conjunto dos assalariados urbanos os benefícios previdenciários.

Assim, no período de 1.930-40, em plena era de Getúlio Vargas, cristalizam-se as principais diretrizes da legislação trabalhista atual, com a lei referente à criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) em 1.930 e do Departamento Nacional do Trabalho a ele ligado; com a lei sobre organização sindical de 1.931, colocando os sindicatos sob a tutela do Estado;

(1) Malloy, J.M. - "Previdência Social e classe operária no Brasil (uma nota de pesquisa)", Estudos CEBRAP nº 15, jan. fev. de 1.976, pp. 117 a 131

(2) Ver a respeito: Almeida, M.H.T. - "Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas, Debate & Crítica, 5:49-74, julho de 1.975; Cohn, A. - Previdência Social e Processo Político no Brasil, Ed. Moderna, 1.980; Rodrigues, J.A. - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, DIFEL, 1.968; Viana, L.W. - Liberalismo e Sindicato no Brasil, Ed. Paz e Terra, 1.976.

(3) Malloy, J.M. - op. cit., p. 121.

com a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, das férias remuneradas e do salário mínimo (SM), pelo Decreto Lei nº 399 de 30/04/38, cujos valores foram fixados pela primeira vez em 1/5/40. O texto do Decreto Lei nº 399 estabelece: "O SM será determinado pela soma de despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessário à vida de um trabalhador adulto (...) a alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões necessárias a alimentação do trabalhador adulto". (4) (grifo nosso) A lista de provisões é mais conhecida pela denominação de Ração Essencial Mínima e visava atender às necessidades mensais do trabalhador quanto à alimentação segundo os padrões vigentes, tendo sido fixada na época para três regiões do país. Por outro lado, a "Constituição Federal prevê para todos os trabalhadores um SM que seja capaz de satisfazer suas necessidades normais e de sua família. Assim, pode-se definir o SM como uma remuneração do trabalho que possibilita a sobrevivência do trabalhador e sua família em condições dignas de alimentação, saúde e moradia." (5) (grifos nossos)

Finalmente, em 1.943 surge a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que congregou todas as medidas relacionadas com a normatização e a regulamentação das relações de trabalho. Segundo Ferrante estas medidas "são instrumentos utilizados pela política governamental para manter a adesão das massas e o apoio popular (...), indispensáveis para o encaminhamento da ação estatal". (6)

Para a autora, a discussão do papel da "legislação trabalhista no processo histórico de expansão capitalista, exige uma referência à aceitação ou não do caráter distributivista dos regimes políticos populistas entre 1.930-1.964". (7) (grifo nosso) Aqueles que advogam o caráter distributivista colocam que os níveis do SM foram fixados acima daquilo que se obteria com a pura negociação entre trabalhadores e empresários. Por outro lado, a análise da relação salário real/ custo de reprodução da força de trabalho mostra que "a partir de certo momento o salário não chega a cobrir o custo da reprodução (...) a urbanização aumenta (...) novas leis de mercado se impõem e o custo da reprodução (...) passa a ter componentes cada vez mais urbanos (...) transporte, ener

(4) Boletim do DIEESE, Edição Especial "Salário Mínimo", abril de 1.983, p.5.

(5) Boletim do DIEESE, Edição Especial "Salário Mínimo", abril de 1.983, p.1.

(6) Ferrante, V.L.B. - FGTS: Ideologia e Repressão, Ed. Ática, 1.978, p. 80.

(7) Ferrante, V.L.B. - op.cit., p. 94.

gia elétrica, educação, saúde, recreação". (8)

Todavia, em termos econômicos, a legislação trabalhista não prejudicou o processo histórico de acumulação capitalista: "o SM foi interpretado como salário de subsistência, não há outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador, nem há na legislação qualquer incorporação dos ganhos de produtividade de no trabalho". (9) (grifos nossos) De fato, conforme dados levantados pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio Econômicos (DIEESE):

"De dezembro de 1.943 a dezembro de 1.951, o SM esteve congelado, chegando a ter, no último ano de sua vigência, um valor igual a 37% daquele com que foi instituído em 1.940. A partir de 1.952 os reajustes passam a ser mais frequentes e, na maior parte das vezes, em porcentagens superiores ao custo de vida verificado no período. No período de 10 anos, até 1.962, portanto, o SM atingiu seus maiores valores reais, ou seja, o salário atingiu seu maior poder de compra". (10) (grifos nossos) (ver tabela 3 nas páginas 23 e 24)

Singer aponta que no período do governo Juscelino Kubitschek "houve uma intensificação deliberada do ritmo de industrialização do país, (...) mediante uma rápida substituição de importações de bens de consumo duráveis (automóveis, sobretudo) e de bens intermediários. (...) O esforço maior de acumulação teria que ter por consequência uma diminuição do consumo (...) ou uma taxa de crescimento do consumo marcadamente inferior à do produto (...) a substituição de importações de bens (...) duráveis agravava o problema o que tinha por efeito (via publicidade ...) elevar a propensão a consumir das camadas de maior poder aquisitivo". (11)

Seria necessário então reduzir ou conter o consumo dos assalariados, isto é, "limitar o salário real urbano (...) a dificuldade (...) era naturalmente política, os sindicatos estavam em ascensão (...) a única saída viável, que compatibilizava as necessidades de acumulação acelerada com as aspirações do eleito

(8) Ferrante, V.L.B. - op.cit., p. 95.

(9) Ferrante, V.L.B. - op.cit., p. 95-96.

(10) Boletim do DIEESE, Edição Especial "Salário Mínimo", abril/83, p. 12.

(11) Singer, P.I. - A crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira, Ed. Paz e Terra, 1.976, p. 51.

TABELA 3

SALÁRIOS MÍNIMOS REAIS (EM CR\$) DE MARÇO DE 1.983 - ÍNDICES DE
DE SALÁRIOS MÍNIMOS REAIS (JULHO DE 1.940 = 100)

ANOS...	SALÁRIO MÍNIMO REAL ...	ÍNDICE DE SALÁRIO MÍNIMO REAL
1.940	47.066,34	98
1.941	42.903,02	89
1.942	38.518,69	80
1.943	37.829,73	79
1.944	39.943,97	83
1.945	32.184,43	67
1.946	28.241,92	59
1.947	21.578,67	45
1.948	19.932,84	42
1.949	20.254,82	42
1.950	19.130,62	40
1.951	17.668,11	37
1.952	47.427,49	99
1.953	39.061,27	81
1.954	47.479,71	99
1.955	53.317,74	111
1.956	54.167,09	113
1.957	58.893,81	123
1.958	51.233,92	107
1.959	57.354,65	119
1.960	48.159,65	100
1.961	53.549,73	112
1.962	48.889,54	102
1.963	42.977,92	90
1.964	44.409,89	92
1.965	42.825,02	89
1.966	36.506,28	76
1.967	34.534,88	72
1.968	33.797,92	70
1.969	32.522,58	68
1.970	33.098,21	69
1.971	31.673,65	66
1.972	31.106,05	65
1.973	28.505,24	59
1.974	26.160,05	54
1.975	27.324,48	57

cont./...

1.976	27.147,57	57
1.977	28.290,14	59
1.978	29.143,93	61
1.979	29.427,60	61
1.980	29.663,67	62
1.981	30.415,37	63
1.982	31.701,72	66
Março-1983	23.568,00	49

Fonte: Boletim do DIEESE, Ed. Especial, "Salário Mínimo", abril
1.983, pp. 14-15.

rado, ao menos na aparência, era a inflação ...

"Constitui-se (...) uma relação dialética entre inflação e democracia: quando mais se acelerava a subida de preços tanto mais ampla e efetiva ia se tornando a participação popular no processo político e quanto mais se intensificava a mobilização popular tanto mais rapidamente aumentavam os preços." (12)

Com a ruptura institucional de 1.964 a participação popular foi abolida e, no mesmo ano, quando "o custo de vida subiu mais de 80% foram proibidos os reajustes salariais em intervalos menores de um ano. Os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumento de salário foram (...) proibidas e a partir de 1.965 foi adotada a política salarial uniforme para todo o país (...) as decisões sobre reajustes salariais passaram da Justiça do Trabalho para o Governo Federal (...) esta política salarial (...) resultou numa redução ponderável do SM real e, por extensão, dos salários do pessoal menos qualificado (...)" (13)

Assim, através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1.964-66 procurou-se o controle da inflação numa estratégia de "controlar salários (...) justificada pela evoluçãõ dos ganhos de trabalhadores, no período anterior a 1.964". (14) E prossegue a análise do DIEESE:

"Embora o reajuste salarial seja uma resposta a um anterior aumento de preços, objetivava-se controlar os preços, a través da contenção dos salários. Esse objetivo não foi alcançado. No período 1.965/74, embora os salários estivessem sujeitos a controles rígidos, os preços (...) após um período de comportamento decrescente voltaram novamente a subir a partir de 1.971". (15)

Se o objetivo de controlar a inflação através do controle salarial não foi conseguido, a manutenção e institucionalização da política de salários deveu-se basicamente aos interesses de controlar o custo da mão de obra, pois se eliminou qual quer pressão dos assalariados pela melhoria na sua participação na renda nacional. Como consequência da queda da participação sa

(12) Singer, P.I. - op.cit., pp.52-53.

(13) Singer, P.I. - op.cit., pp.54-55.

(14) DIEESE - "Dez anos de Política Salarial", Estudos Sócio Eco-nômicos, 03/08/1.975, p.3.

(15) DIEESE - op. cit., 1.975, p.4.

larial no custo da produção pela sua redução em termos reais, ao mesmo tempo em que a produtividade do trabalhador aumenta, amplia-se a acumulação de capital.

Ao lado da nova política salarial, outra importante medida que transformou as relações de trabalho após 64 foi a substituição do sistema de estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da Lei nº 5107 de 13/09/66. Como observa Viana "a estabilidade quando da sua instituição em 1.935, não encontra contradição com a situação real do mercado de trabalho, em fase de estabilização da mão de obra ocupada, que significa (...) carência desse fator de produção. Mas, a medida que se expande o exército industrial de reserva, existe uma pressão para a eliminação do estatuto da estabilidade e isto ocorrerá na emergência de um novo impulso do capital industrial a partir de meados dos anos 50". (16) (grifo nosso)

Singer assinala que a "política salarial (...) e as demais como a eliminação da estabilidade, provocou uma mudança qualitativa nas relações de trabalho: maior subordinação do trabalhador à disciplina da empresa, maior dependência face às autoridades patronais, sindicais e previdenciárias (...) menor atenção às necessidades, aspirações e direitos do trabalhador. É nesta perspectiva que a substituição do regime de estabilidade no emprego pelo FGTS (...) revela seu significado. Do ponto de vista da receita em moeda para o empregado, o regime do FGTS não é (...) pior que o da estabilidade. Mas - concordando com Viana (17) - a grande diferença está no fato de que a estabilidade impunha um ônus à empresa na hipótese de esta demitir o empregado, o que assegurava a este uma atitude maior de resistência às imposições patronais". Assinala ainda um aspecto muito importante na luta pela melhoria das condições de trabalho: "Nas lutas reivindicatórias dentro das empresas, os empregados estáveis (com mais de 10 anos) e os que estavam a mais tempo na firma, mesmo sem terem alcançado ainda a estabilidade, constituíam uma liderança natural, devido a sua maior experiência e sobretudo porque eram 'intocáveis' pela principal arma patronal: a demissão". (18) (grifos nossos)

(16) Viana, L.W. - op.cit., 1.976, pp. 273-274.

(17) Viana, L.W. - op.cit., pp. 278-279.

(18) Singer, P.I. - op.cit., pp.79-80.

A perda da estabilidade foi, assim, uma derrota infringida ao movimento sindical pelos empresários e o governo das mais desastrosas, pois refletiu no poder de barganha dos operários e no trabalho sindical dentro das empresas, na medida que os sindicatos tinham seus quadros mais atuantes e conscientizados nos trabalhadores que tinham a estabilidade. Associa-se, assim, à derrota política o rebaixamento do preço da força de trabalho no mercado.

Com o controle rígido implantado sobre os sindicatos, uma política salarial que exclui a barganha entre as partes e a eliminação da estabilidade o Brasil entrou num período de "paz social".

Esta "paz social" foi, como refere Singer "devidamente aproveitada pelas firmas para aumentar a produtividade do trabalho. (...) a notável disciplina imperante permitiu a muitas empresas elevar ao máximo a intensidade do trabalho (...) o trabalho em regime de horas extraordinárias generalizou-se de tal modo que a jornada de 8 horas (...) foi na prática abolida na maioria das indústrias". (19)

Os anos seguintes, do início da década de 70 até seu final, foram marcados por medidas casuísticas tais como a manipulação de índices de aumento de preços em 1.973 e "erros" do cálculo oficial de reajustes quando por ocasião dos reajustes salariais em maio/76. Também em 1.976, o cálculo da produtividade que fazia parte dos reajustes passou a sofrer umas alterações, para mais ou para menos, em decorrência das variações de trocas entre o país e o exterior e da relação de trocas no mercado interno entre os setores urbano e rural. Caso as exportações tivessem desempenho inferior ao valor dos produtos importados, haveria uma diminuição da taxa de produtividade. Tais medidas eram tomadas justamente num período em que o índice de relações de troca é desfavorável ao país. No período de janeiro a julho de 1.977 as taxas de reajustes salariais foram muito inferiores aos do custo de vida calculado pelo Ministério do Trabalho (MTb), que servia de base para compor a fórmula dos reajustes salariais.

Finalmente, em novembro de 79, entra em vigor uma nova política salarial (Lei nº 6708/79), que introduziu mudanças na sistemática da correção salarial. Os reajustes tornaram-se semestrais em consequência do crescimento inflacionário e, princi-

(19) Singer, P.I. - op.cit., pp.80-81.

palmente, da grande movimentação reivindicatória dos trabalhadores em 78/79. Poucos meses depois, em 1.981, esta forma sofreu alterações. Para os estudiosos do problema, esta modalidade de reajustes implicou apenas em redistribuição de salários no setor industrial. Frize-se que em 1.981 a crise econômica já se manifestava bastante agudamente e o desemprego já ameaçava grande contingente de trabalhadores. Com o extravasamento nos últimos dias de 1.982 das reais dimensões da crise econômica e social que se tornaram então públicas, vêm à tona as verdadeiras proporções do problema: enorme dívida externa e interna, recessão sem paralelo pelo 39 ano consecutivo, desemprego agravado pela inexistência de mecanismos de amparo social, como seguro desemprego, e a inflação atingindo níveis inimagináveis. Diante disso, aumentam as críticas à política salarial e os setores empresariais defendem a necessidade de controle salarial para garantir o nível de emprego, a saída da recessão e a contenção inflacionária. Assim, em 1.983 institui-se novamente o "arrocho salarial", através de uma avalanche de decretos relativos à mudança na legislação salarial. Em 25/01/83, o Presidente da República assina o Decreto nº 2.012 modificando radicalmente a política salarial, criando faixas salariais em que se alteram as proporções de incidência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e se elimina o acréscimo de 10% do INPC para a faixa salarial até 3 SM, da lei de 79. O Decreto nº 2012 foi parcialmente modificado pelo Decreto nº 2024 que ampliou as faixas salariais com reajuste integral do INPC, em 25/05/83. (20)

Para se ter uma idéia da perda do poder de compra do salário real percebido pelos trabalhadores é interessante reproduzir a tabela que relaciona para o trabalhador que recebe um salário mínimo, o tempo de trabalho necessário para adquirir a "ração essencial mínima". Para o trabalhador que recebia em 1.959 um salário mínimo, tinha que trabalhar 65 horas e 5 minutos para adquiri-la, enquanto que no ano de 1.982, para comprar a mesma ração, teve que trabalhar 131 horas e 30 minutos, ou seja, cerca de 2 vezes mais. (Tabela à página 29)

Durante os anos em que esteve em vigor de maneira mais incisiva a política de arrocho salarial de 1.964 a 76, vários estudos mostram uma deterioração do nível de saúde da população brasileira, associando o comportamento dos indicadores

(20) Ver para uma análise mais detalhada do problema: Boletim do DIEESE, ano 2, julho/83, pp.5-10.

TABELA 4

SALÁRIO MÍNIMO E PAÇÃO ESSENCIAL MÍNIMA
TEMPO NECESSÁRIO PARA AQUISIÇÃO -- MÉDIA ANUAL

ANO	TEMPO DE AQUISIÇÃO	ÍNDICE
1.959	65 horas e 05 minutos	100,00
1.960	81 horas e 30 minutos	125,22
1.961	71 horas e 54 minutos	110,47
1.962	94 horas e 48 minutos	145,66
1.963	98 horas e 20 minutos	151,09
1.965	88 horas e 16 minutos	135,62
1.966	109 horas e 15 minutos	167,86
1.967	105 horas e 16 minutos	161,74
1.968	101 horas e 35 minutos	156,08
1.969	110 horas e 23 minutos	169,60
1.970	105 horas e 13 minutos	161,66
1.971	111 horas e 47 minutos	171,75
1.972	119 horas e 08 minutos	183,05
1.973	147 horas e 04 minutos	225,97
1.974	163 horas e 32 minutos	251,27
1.975	149 horas e 40 minutos	229,96
1.976	157 horas e 29 minutos	241,97
1.977	141 horas e 49 minutos	217,90
1.978	137 horas e 37 minutos	211,45
1.979	153 horas e 04 minutos	235,20
1.980	157 horas e 31 minutos	242,04
1.981	149 horas e 40 minutos	229,97
1.982	131 horas e 30 minutos	202,04

Fonte: Boletim do DIEESE, Edição Especial de abril de 83, p. 7.

clássicos de saúde com o nível de renda. (21) Singer por exemplo, abordou o problema das relações entre política trabalhista pós-64, condições de vida e saúde dos trabalhadores e condições de trabalho. Assim se refere o autor a respeito das condições de trabalho no período do "Milagre Brasileiro":

"Os autores da proeza - os trabalhadores - sofreram sen sível piora em suas condições de vida, que transparece por exemplo, no avultado número de acidentes do trabalho que caracteriza nossa economia nestes últimos anos Parece não haver dúvida que a elevada frequência de acidentes do trabalho se deve principalmente à fadiga produzida pelo ritmo de trabalho demasiado in tenso e pelo grande número de horas trabalhadas (...) além da insuficiência de medidas preventivas, que as empresas, graças a reduzida capacidade de pressão dos operários deixam de adotar pa ra não onerar os custos da produção". (22) (grifos nossos)

Ao lado dessa preocupação com a política salarial e trabalhista, é necessário também analisar o que ocorreu com a política de Saúde e Previdenciária no período enfocado.

Com o fim da II Guerra e a evolução do processo de industrialização brasileiro, baseado no projeto de substituição de importações, começa a haver uma crescente urbanização dos centros industriais e o Estado, no início da década de 50, passa a priorizar a Previdência Social - e a assistência médica a ela associada - descurando das medidas preventivas e de Saúde Pública.

Conforme Possas "as doenças que incidem sobre o grosso da população - esquistossomose, tuberculose, chagas, entre outras - (...) não acometem em igual intensidade a população trabalhadora em que predominam as doenças mentais, as doenças degenerativas, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais ..." (23) E, trabalhando o conceito de exército industrial de reserva refere que nele "está implícita uma possibilidade - ainda que remota, pa ra os que são absorvidos somente no auge do ciclo econômico - de ingressar no sistema produtivo, o que não ocorre com 40 milhões

(21) Ver a respeito: Leser, W. - "Crescimento da população da cidade de São Paulo entre 1.950-70 e seu reflexo nas condições de Saúde Pública", Ciência e Cultura, 27(3):244-256; Yunes, J. e Ronchezel, V.C.S. - "Evolução da Mortalidade Infantil e Proporcional no Brasil", Revista de Saúde Pública, junho de 74; Camargo, C.P.F. e cols. - São Paulo 1.975, crescimento e pobreza, CEBRAP, Ed. Loyola, São Paulo, 1.976.

(22) Singer, P.T. - op.cit., 1.976, p.82.

(23) Possas, C.A. - op.cit., p. XVII da apresentação da obra.

de brasileiros na miséria absoluta, o chamado quarto estrato, na linguagem oficial". (24) (grifo nosso)

Assim, apesar da dificuldade em se comprovar a fidedignidade do número de pessoas que vivem na miséria absoluta, interessa ao capital dirigir para o restante da população as Políticas de Saúde, ou seja, aqueles que compõem a População Economicamente Ativa (PEA), vale dizer que estão produzindo.

Braga & Paula salientam que no final dos anos 50 e principalmente a partir da década de 60, a assistência médica tem um grande incremento, pois nessa época grandes massas de trabalhadores eram incorporadas à produção sob precárias condições de vida e saúde e a assistência médica assumia o papel de manutenção da reprodução da força de trabalho, funcionando como um complemento de sua renda e do seu consumo básico". (25)

No período 1.950-66 com a expansão da assistência médico previdenciária, "montava-se uma estrutura de atendimento hospitalar basicamente de natureza privada e apontando na direção da formação das empresas médicas" (26) que viriam a florescer após a unificação dos Institutos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1.966.

Segundo dados de 1.950 referidos por Braga & Paula, 53,9% dos leitos totais do país eram de propriedade particular; em 1.960 esse percentual havia subido para 62,1%, dos quais 14,4% tinham finalidade puramente lucrativa". (27)

O gasto com assistência médica que vai se tecnificando, caminha pari passu com o empresariamento do setor saúde, do qual "A divisão de gasto entre assistência ambulatorial e hospitalar é elucidativa. Enquanto a participação do dispêndio em assistência ambulatorial em relação ao total da Assistência Médica (AM) declina de 36,2% em 1.960 para 23% em 1.967, a participação da Assistência hospitalar eleva-se de 22% para 58,2% no mesmo período. (...) quando os dados se referem ao INPS, o que se verifica é a cristalização de um padrão que já vinha se gestando desde o fim dos anos 50 e que se acelera nos anos 60." (28) (grifo nosso)

(24) Possas, C.A. - op.cit., p.75, ver ainda estudo de Oliveira, F. - "A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. Estudos CEBRAP, 16, Ed. CEBRAP 1976, São Paulo - SP.

(25) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - Saúde e Previdência - Estudos de política social, Ed. CEBES-HUCITEC, 1.981, São Paulo, p. 70 e seguintes.

(26) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - op.cit., pp .71-72.

Ao analisar o que ocorre a nível macroeconômico no período de expansão industrial brasileiro em sua articulação com o setor saúde, assim se referem os autores:

"(...) quando se dá a entrada do Brasil na etapa de acumulação industrial, ou seja, a formação no interior da economia de um setor de produção de bens de capital interrelacionado com a diversificação do consumo, dá - se também a constituição capitalista de um setor de atenção à saúde, em que a produção privada de bens e serviços é crescente e aceleradamente financiada pelo Estado, via arrecadação previdenciária." (29) (grifos nossos) Nesta conjuntura conta também a presença política dos usuários, isto é, os trabalhadores, que reivindicam mais e melhor assistência médica.

A partir dos anos 60, o regime de capitalização da previdência torna-se inviável, dada a escassez de capital e à insuficiência de rendimentos das aplicações. "A escassez se dá pelo não recolhimento por parte da União e das empregadoras das contribuições (...) devidas ...

"Do lado da despesa (pelos) reajustamentos, abonos, majorações nos benefícios e auxílios, elevadas despesas administrativas, etc. ... "Em resumo, a crise econômico financeira do sistema previdenciário (...) do final dos anos 50, desemboca, na década da seguinte, numa crise geral da estrutura do setor saúde (...) não só se desmonta o padrão anterior como emerge o novo, presidido pelo princípio da capitalização da medicina". Assim a criação do INPS, "deve ser entendida como uma transformação institucional que amplia a escala econômica das operações e aumenta o grau de controle pelo Estado, o que não significa (...) uma ruptura com as tendências capitalistas do sistema previdenciário até então vigentes." (30)

A esta colocação deve se acrescentar que, com as mudanças institucionais havidas em 64, predomina o papel racionalizador e centralizado - autoritário do Estado brasileiro e as articulações entre interesses do capital industrial, da empresa médi

(27) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - op.cit., p.73.

(28) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - op.cit., p.74.

(29) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - op.cit., p. 76.

(30) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - op.cit., pp. 80-81 e 84-85.

(*) É importante sublinhar que com a unificação dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões no INPS se dá também o alijamento dos assalariados da gestão da Previdência Social.

ca e de equipamentos médicos e medicamentos se galvaniza sob a égide do Estado, com a criação do INPS (*). É quando se adota a política de repasse de recursos às empresas médicas (medicinas de grupo) financiando seu funcionamento e invertendo-se o foco do sistema de atenção médica antes centrado no atendimento hospitalar para o atendimento ambulatorial, mais ágil na colocação da força de trabalho no processo produtivo, o que se viabiliza com o surgimento dos medicamentos sintomáticos largamente utilizados nos ambulatórios que atendem à massa trabalhadora.

Após a criação do INPS em 1.966, os gastos em Saúde Pública se retraem cada vez mais e a assistência médica no âmbito da Previdência Social cresce a taxas elevadas até o final da década de 70, quando nova crise financeira provoca rearticulações em seu interior.

Conforme relatam Braga & Paula "em 1.967, a relação entre as despesas com saúde e o total de despesas do INPS era ... 22,4%, enquanto em 1.970 já havia crescido para 26,7%. A partir de 70 prossegue a elevação sistemática da parcela gasta pelo sistema previdenciário no atendimento à saúde dos segurados(...). Tal crescimento é resultado principalmente das taxas de expansão (...) em 1.975 e 1.976, quando se verifica um verdadeiro 'boom' a partir da implantação do Plano de Pronta Ação (Portaria nº MPAS-39, de 05/09/74) (...)destinado a tornar os serviços de saúde mais acessíveis, de imediate, aos beneficiários da Previdência Social."

"Aceleraram-se desde então os contratos de prestação de serviços de saúde com o setor privado, sob a forma de convênios com hospitais e clínicas (...) e de convênios com empresas ' no sentido de manterem serviço próprio ou contratado para o atendimento de seus empregados no caso de doença (...) os empregados da empresa perdem o direito aos serviços médicos do INPS, excepto em situações (...) de tratamento prolongado e custoso (...) considerando-se que o contrato é feito entre duas empresas e que os beneficiários dos serviços não têm poder para opinar sobre sua qualidade, conclui-se (...) que se tal sistema livra-os das filas (...) da Previdência, deixa-os (...) impotentes para reagir contra um serviço (...) de má qualidade ..." (31) e, acrescente-se voltado para o interesse de empresa industrial ou de serviços de manter a força de trabalho na produção. Ademais per

(31) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - op.cit., pp. 99-101.

siste a dissociação entre medidas preventivas e medidas curativas, e o descaso com a recuperação da saúde. Isto é particularmente observado no campo das medidas relacionadas aos acidentes de trabalho, onde se sabe que, após os números recordes atingidos pelas estatísticas de acidentes de trabalho e prevalentes até meados da década de 70, foram aprofundadas, no ano de 76, medidas legais iniciadas em 1.967, que aboliram benefícios existentes, possibilitaram a descaracterização de doenças ligadas ao trabalho e permitiram a manipulação das estatísticas de acidentes e doenças do trabalho (Lei nº 6367/76). Diante de tal fato, não se pode negar o que afirmam Kowarick e Ant:

"(...) é mais ou menos previsível a maneira pela qual serão concedidos os benefícios da Previdência Social e em que situação ficará um grande número de trabalhadores atingidos. A doença adquirida num emprego é ao mesmo tempo a razão para perdê-lo e para não conseguir outro. Frequentemente os laudos da Previdência avaliam por baixo a redução da incapacidade provocada por um acidente ou doença (...) a aposentadoria por tempo de serviço é uma meta que poucos podem atingir - 'dos 840 sócios da Associação dos Aposentados Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 530 interromperam suas atividades profissionais antes dos 50 anos, por invalidez' (Jornal O Estado de São Paulo 28/01/79) (grifo dos autores), quando ela é atingida, se constitui em mais uma forma de rebaixamento do salário". (32)

O aumento de gastos com assistência médica pelo INPS nestes 10 anos (1.968-1.978) se elevam em 437%, com intenso aumento da taxa de lucros da rede privada, sem contudo haver um atendimento satisfatório das necessidades de saúde do usuário-contribuinte. Isso provocou a "necessidade de uma nova etapa de 'racionalização' com a implantação do Sistema Nacional de Assistência Médica da Previdência e Assistência Social (SINPAS) em março de 78 em cuja estrutura o INPS passa a responder apenas pela previdência propriamente dita, criando-se o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - o INAMPS, específico para a assistência médica e outro para a arrecadação financeira - o Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS)."

"Na realidade, o que vem se colocando ao Estado é a ne

(32) Kowarick, L. e Ant, C. - "Violência: reflexões sobre a Banalidade do Cotidiano de São Paulo, Seminário de Estudos Urbanos, 20/03/81, Rio de Janeiro, pp.47-48.

cessidade de solucionar uma contradição que ele mesmo ajudou a agravar: por um lado, vem se mostrando necessário conter o gasto com a medicina previdenciária [...] e, também, porque as articulações no setor privado são extremamente onerosas, comprometendo o equilíbrio financeiro da Previdência Social". (33)

Ocorre que as despesas com assistência médico-hospitalar no interior da previdência foram declinando respectivamente, nos anos de 1.978, 80 e 81, para 29,8%, 27,3% e 25%, atingindo em torno de 20% em 1.982.

O déficit financeiro da previdência se agrava no início dos anos 80 e surgem então novas propostas racionalizadoras ao lado da penalização dos contribuintes que viram em 1.982 sua contribuição ser elevada, pelo recurso anti-democrático do decurso de prazo, de 8% para 8,5% até 10%. Ocorre porém, que persiste o não cumprimento por parte da União e das empresas na sua parcela do custeio da previdência. Assim, surgem tentativas de ampliar a cobertura das medidas sanitárias para parcelas da população que se encontram na franja da população economicamente ativa, o quarto estrato da população, como o projeto do PREV-SAÚDE, o Programa Integrado de Ações de Saúde e Saneamento (PIASS). Tais projetos a cargo do Ministério da Saúde não chegam porém a serem implementados ou, quando o são assumem limitado alcance (casos do PREV-SAÚDE e do PIASS, respectivamente). Para Braga & Paula, a inviabilização destes projetos "revela uma questão maior: o regime político vigente no país tem se mostrado basilamente incapaz de realizar mudanças que se impõem ao sistema previdenciário e de saúde, aspecto parcial de uma inoperância mais ampla frente aos problemas econômicos, sociais e políticos que se explicitam na década de 70". (34)

Com o agravamento da crise econômica no final dos anos 70 e início dos anos 80 e a política recessiva posta em prática no país, um novo dado se agrega para aumentar as dificuldades financeiras da previdência, porque como tem a fonte de receita baseada quase exclusivamente na contribuição dos assalariados, vê sua receita diminuída em função do desemprego que também provoca um aumento pela demanda de serviços de saúde. É dentro desta situação crítica que aparecem as propostas de aproximação com os serviços de assistência médica estaduais e municipais, para o fi

(34) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - op.cit., pp. 103-105.

(34) Braga, J.C.S. & Paula, S.G. - op.cit., pp. 219-220.

nanciamento de ações de saúde no setor público, como propugna o Plano de Ações Básicas de Saúde recentemente aprovado, em setembro de 1.982, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), dando aval à proposta do Conselho Consultivo da Administração da Saúde Previdenciária (CONASP).

Por outro lado procura a Previdência conter despesas ao implantar o critério de "pagamento por patologia" em substituição ao pagamento por ato médico (Unidade de Serviço - US) adotado até então junto aos hospitais contratados, que se configuraram no maior sangradouro de receita da previdência.

Tais medidas racionalizadoras, tomadas à revelia dos principais interessados no processo, isto é, os trabalhadores, são encaradas com ceticismo pelos usuários que invariavelmente têm sido prejudicados em seus interesses por medidas tecnocráticas que não contemplam suas reais necessidades. Por isso, é cada vez mais presente a posição dos trabalhadores exigindo a volta de sua participação na gestão dos rumos da Previdência Social, o que lhe foi negado após 1.966 e a ampliação dos serviços próprios da Previdência Social reivindicando que cabe ao Estado a prestação de assistência médica previdenciária sem qualquer intermediação lucrativa. Tais medidas são reclamadas com cada vez maior insistência pelas principais categorias de trabalhadores nos últimos anos, como vem ocorrendo nos principais eventos por eles promovidos como os Congressos Nacionais, a exemplo do que acontece na categoria metalúrgica desde meados da década de 70. (35)

Finalmente, impõe-se uma explicação sobre o privilegiamento dado à análise, ainda que pontual, da assistência médica no interior da previdência social, sob o ângulo da capitalização do setor, alertando para a pequena importância que assumem as medidas preventivas inclusive na área de higiene e segurança do trabalho, e de saúde pública a nível da Política de Saúde.

É que a previdência social ao deter a hegemonia da atuação no setor de atenção médica, engloba também aspectos relativos à recuperação da saúde da força de trabalho, que diz respeito diretamente à saúde ocupacional e aos acidentes de trabalho, ou seja, os benefícios acidentários pagos pela previdência social, o atendimento ao trabalhador acidentado e a sua reabilitação pro

(35) Ver a respeito: Anais do IX, X e XI Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, realizados em 1.975, 1.979 e 1.983, respectivamente.

fissional. A possibilidade de atender às necessidades do trabalhador vitimado pelo processo de produção, está intimamente ligada com o que ocorre no setor de assistência médica que se capitaliza. Assim, a preocupação em relacionar alguns momentos de evolução do processo de capitalização do setor saúde articulado com interesses da empresa industrial, comercial e de serviços, via previdência social, referenciando-se à legislação acidentária mais recente, diz respeito à própria crise financeira atual da previdência social, que se inicia no final dos anos 70 e que se reflete numa política de restrição de benefícios adotada de forma mais drástica a partir de 1.976, com a última lei acidentária, penalizando a população trabalhadora, que sofria as consequências do "Milagre Econômico" e começava a sentir os efeitos da crise sócio-econômica que se agudiza no início dos anos 80.

3.2. Mudanças do Capítulo V, título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata das normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

No final de 1.977 foi aprovada a lei nº 6.514 (36), que alterou o Capítulo V, título II da CLT, "definindo as atribuições do Estado como órgão normativo e fiscalizador; as do empregador, como executor das normas estabelecidas e as do empregado como cumpridor das ordens e instruções emanadas do empregador". (37) (grifo nosso) Conforme a lei, cabe à Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT) do Ministério do Trabalho (MTb), estabelecer normas sobre preceitos relativos à Segurança e Medicina do Trabalho. Às empresas cabe organizar os Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMTs) e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), órgão paritário, composto por representantes dos empregados e do empregador. (artigos 162 e 163)

No que se refere às condições insalubres de trabalho, que têm íntima relação com as doenças profissionais (e do trabalho), a lei dá nova redação a alguns dos artigos da CLT e prevê a possibilidade dos Sindicatos de trabalhadores requererem perícia para constatar a insalubridade do ambiente de trabalho, administrativa ou judicialmente, através de processos de insalubridade.

Em seu artigo 192 a lei estabelece:

"O exercício do trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário mínimo da região, segundo essas condições insalubres sejam de grau máximo, médio e mínimo". (grifos nossos)

Todos os aspectos da lei nº 6514/77, foram posteriormente regulamentados pela Portaria nº 3214 de 08/06/78, do MTb (38) que estabeleceu as Normas Regulamentadoras (NRs), em número de 28, dentre as quais interessa analisar três delas: a NR-4, que trata dos SESMTs; a NR-5 sobre as CIPAs e a NR-15 relativa "as atividades e operações insalubres".

(36) Lei nº 6514 de 22/12/1977, DOU de 23/12/77.

(37) I SEMSAT: "Sílicose e Doenças causadas por poeiras", Documento final, maio de 1.979, p.16, mimeo.

(38) Portaria nº 3214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, DOU de 06/07/78.

3.2.1. As Condições Insalubres de Trabalho:

NR-15- Atividades e Operações Insalubres:

Um grande número de substâncias existentes no meio ambiente natural encontra-se altamente concentrado no ambiente de trabalho.

Segundo Ribeiro (39), no trabalho industrial o trabalhador se expõe a agentes nocivos de natureza física, química e biológica. E acrescenta:

"A frequência e a intensidade de tais exposições podem ultrapassar os limites de resistência e defesa natural do organismo, levando a uma consequência patológica genericamente denominada doença profissional. (...) será lícito (...) classificar a situação prevalecente como insalubre (...) e admitir a existência da insalubridade, que outra coisa não é senão uma situação desfavorável à saúde ou com ela incondizente. (...) numa sociedade organizada (cumpre) ao Estado, através da legislação e fiscalização adequadas, proteger a saúde dos trabalhadores que exercem suas atividades em locais qualificados de insalubres. A supressão da insalubridade não apresenta, na quase totalidade das situações reais, problema insolúvel. O adiantamento técnico da Higiene do Trabalho, (...) permite o planejamento e efetivação de medidas que garantem a salubridade do local de trabalho em face da grande maioria dos agentes potenciais de agressão. (...) nenhum local se poderia supor mais potencialmente insalubre que os grandes laboratórios de investigação e centros de produção industrial relacionados à energia atômica. Não obstante sua insalubridade real reduziu-se a um valor insignificante mercê das medidas preventivas postas em execução". (40) (grifo nosso)

A despeito da abordagem epidemiológica baseada na compreensão da doença profissional conforme parâmetros usados para as doenças infecciosas ("limite de resistência, defesa natural") que, ao ser aplicada numa situação de trabalho concreta, não contempla a ação dos múltiplos "agentes" sobre a coletividade, dada a interação desses vários agentes no ambiente de trabalho e sobre o organismo humano, associada a fatores de ordem

(39) Ribeiro, B.A. - "Conceituação e caracterização de insalubridade e suas implicações legais", Arq. Fac. Hig. S. Paulo, 19 (1/2):79-90, jun./dez. de 1.965.

(40) Ribeiro, B.A. - op.cit., p. 1, 1.965-

psíquica e emocional e ao caráter eminentemente coletivo do trabalho na indústria, neste texto de 1.965, o autor sublinhava a real possibilidade de que medidas preventivas de higiene do trabalho eram eficazes no sentido de reduzir a insalubridade a "valores insignificantes" e salientava o papel do Estado em legislar e fiscalizar adequadamente para "proteger a saúde dos trabalhadores". Naquela época a atuação do Estado com respeito ao controle das condições insalubres de trabalho, era regida, em termos específicos, pela Portaria do Ministério do Trabalho de nº 491 de 16/09/65 (41) que foi posteriormente modificada por pequenas alterações introduzidas pela Portaria nº 122/67 (42).

Pela Portaria nº 491, procurava-se enquadrar as condições de trabalho insalubres segundo critérios qualitativos em função do "desaparelhamento" dos órgãos competentes em Segurança e Higiene do Trabalho para a verificação dos limites de tolerância dos agentes nocivos nos ambientes de trabalho, pela precariedade de quadros técnicos e de condições materiais, conforme dispunha o artigo 1º § 3º da Portaria: "Enquanto os órgãos competentes em Segurança e Higiene do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) não estiverem devidamente aparelhados, em material e pessoal técnico para a verificação dos limites de tolerância dos agentes nocivos nos ambientes de trabalho, admitir-se-á o critério qualitativo apenas." (grifo nosso).

No artigo 2º § 1º, eram explicitadas as formas de "eliminação da insalubridade (...) pela aplicação de medidas de proteção coletiva ou individual", sendo que as medidas coletivas de certa forma contemplavam a opinião de Ribeiro, acima colocadas, veja-se:

"Medidas de proteção coletiva, são entre outras:

- a) substituição do processo, método ou produto nocivo;
- b) isolamento de fase do processo capaz de causar doença ou intoxicação;
- c) limitação do tempo de exposição;
- d) diluição do produto nocivo por meio de ventilação ar

(41) Ministério do Trabalho e Previdência Social - Portaria nº 491 de 16/09/65, DOU de 05/10/1.965.

(42) Ministério do Trabalho e Previdência Social - Portaria nº 122 de 22/02/67, DOU de 01/03/1.967.

tificial;

e) remoção do produto nocivo por ventilação local exaustora."

Note-se que era prevista a limitação do tempo de exposição para minimizar os efeitos da insalubridade, além de medidas técnicas para eliminá-la, inclusive a nível do próprio processo de trabalho. Os limites de tolerância para os agentes físicos, químicos e biológicos, não eram definidos pela Portaria.

Em 08/06/1.978, com a Portaria do Ministério do Trabalho (MTb) de nº 3214 (43), foi introduzida a determinação quantitativa da insalubridade nos locais de trabalho, seguindo uma tendência internacional. Em que pese a revisão periódica que tem sido objeto no curso dos anos, a legislação sobre insalubridade continua em geral se baseando numa estratégia bem definida. A estratégia "obedece a idéia de 'império da lei' que prevalece no mundo ocidental industrializado. Parte da tese segundo a qual cada medida legislativa a favor dos trabalhadores equivale a um menosprezo da liberdade de empresa e deve estar, portanto, sujeita a certas restrições". (44) (grifo do autor)

Tais restrições se baseiam em pressupostos neo-liberais, ou seja, "as medidas devem revestir-se da forma de normas aplicáveis a todos por igual, pois do contrário repercutirão adversamente nas possibilidades de competição (...) deverão enunciar-se de forma tal que fique claramente estabelecido o que é ou não permitido; a fixação de um valor limite para uma substância nociva oferece um exemplo típico de uma norma aceitável." (45) (grifo nosso)

Assim, conforme determina a Norma Regulamentadora 15 (NR-15) da Portaria 3214 do MTb, sobre "Atividades e Operações insalubres", no seu item 15.1.:

"São consideradas atividades e operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1. Acima dos limites de tolerância (*) previstos nos anexos nºs 1 (ruído); 2 (ruído de impacto); 3 (calor); 5 (radiações ionizantes); 11 (agentes químicos constantes de uma

(43) Ministério do Trabalho, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT), Portaria nº 3214 de 08/06/78, DOU de

(44) Gustavsen, B. - Melhoria do meio ambiente de trabalho: Uma nova estratégia?, Rev. Int. do Trabalho, 99(2):173-188, abril-junho de 1.980, p. 174.

(45) Gustavsen, B. - op.cit., p. 175

lista de aproximadamente 150 substâncias, entre elas várias consideradas cancerígenas (**); 12 (poeiras minerais de asbestos e sílica livre) (Observe-se que a insalubridade é dada como máxima, quando as concentrações das substâncias cancerígenas no ar superam os limites de tolerância, pela NR-15)

15.1.2. Abaixo dos níveis de iluminação fixados no anexo 4 (...)

15.1.3. Nas atividades mencionadas nos anexos nºs.6 (trabalho sob pressões hiperbáricas); 13 (agentes químicos analisados segundo critérios qualitativos); 14 (agentes biológicos);

E, finalmente, àquelas atividades que são enquadradas nos diferentes graus de insalubridade, "através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos anexos nºs. 7 (radiações não ionizantes); 8 (vibrações); 9 (frio) e 10 (umidade).

Estabelece ainda a Portaria MTb nº 3214, na sua NR-15:

15.2. O exercício do trabalho em condições de insalubridade, de acordo com os subítemos do item anterior (15.1), assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a: (grifo nosso)

15.2.1. 40%, para insalubridade de grau máximo;

15.2.2. 20%, para insalubridade de grau médio;

15.2.3. 10%, para insalubridade de grau mínimo.

Mas, esclarece:

15.3. No caso da incidência de mais de um fator de insalubridade, será apenas considerado o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada a percepção cumulativa. (grifo nosso)

(*) Entende-se por limite de tolerância para os fins desta Norma a concentração ou intensidade, máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante sua vida laboral (Portaria MTb nº 3214, p. 33).

(**) Alcool isopropílico, asbestos, benzeno, cloreto de vinila, 1-1 dimetil hidrazina, etileno imina, níquel carbonila (níquel tetracarbonila), sulfato de dimetila (La prevention du Cancer professionnel, serie Sécurité et Médecine du Travail, nº 39, BIT, Genève, 1.978, pp. 29-30).

Ocorre porém, que, "os limites de tolerância não são uma garantia. Representam uma boa estimativa dos níveis de segurança de exposição a um risco baseada na experiência industrial e nas investigações com seres humanos e animais. São "médias" e se referem ao trabalhador "médio" e a jornada normal de trabalho. Mas, as pessoas não são iguais. Comem alimentos diferentes, fumam e seus estados de saúde variam. Nenhum limite de tolerância pode medir essas diferenças. O nível ótimo de exposição a uma substância perigosa é sempre o nível zero. Um limite de tolerância é um guia, não um número mágico sob o qual a saúde estará assegurada". (46) (grifo nosso)

15.4. A eliminação ou neutralização da insalubridade de terminará a cessação do pagamento do adicional respectivo. (grifo nosso)

15.4.1. A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

- a) com a adoção de medidas de ordem geral, que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
- b) com a utilização de equipamento de proteção individual. (grifo nosso)

15.4.1.1. Cabe à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), comprovada a insalubridade por laudo de Engenheiro ou Médico do Trabalho do MTb:

- a) notificar a empresa, estipulando prazo para a eliminação ou neutralização do risco, quando possível;
 - b) fixar adicional devido aos empregados expostos à insalubridade quando impraticável sua eliminação ou neutralização
- ...

15.5. É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao MTb, através das DRTs, a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou determinar atividade insalubre;

15.5.1. Nas perícias requeridas às DRTs, desde que comprovada a insalubridade, o perito do MTb indicará o adicional

(46) Neto Noman, J. - "Riscos de Doenças Profissionais no setor metalúrgico", 40 pp. maio de 1.977, Editora União Ltda., Be 10 Horizonte, monografia, pp. 9-10.

devido.

15.6. O perito descreverá no laudo a técnica e a aparelhagem utilizadas. (grifo nosso)

Note-se que a caracterização da insalubridade depende totalmente dos órgãos do MTb, não se cogitando da participação sindical ativa na sua determinação. Por outro lado, ao considerar a possibilidade de eliminação da insalubridade "quando possível", "quando praticável", a Norma não leva em conta todo o avanço tecnológico na área de Higiene do Trabalho ocorrida inclusive após 1.965. (47)

Avaliação Crítica da questão da insalubridade

Sendo introduzida pela Portaria MTb nº 3214, a determinação quantitativa da insalubridade para várias situações de trabalho, principalmente aquelas previstas nos anexos nºs. 1,2, 3,5,11,12, já citados, era de se esperar que o entrave apontado na Portaria MTPS nº 491 de 1.965, referente ao desaparelhamento de material e pessoal técnico estivesse solucionado. Mas, não foi o que ocorreu. Segundo dados citados por Bonciani & Bonciani (48) a DRT de São Paulo, contava em 1.981, com 12 cargos e a Secretaria das Relações de Trabalho do Estado, com 225 cargos de médicos do trabalho, cuja função como prescreve o subitem 15.4.1.1. é realizar perícias para a caracterização de insalubridade nos locais de trabalho em todo o Estado de São Paulo!

Mais ainda, em 31/12/1.982, o Jornal de Brasília publicava notícia intitulada "Corte de recurso ameaça fiscalização trabalhista" em que se lia:

"O corte de 12% do orçamento da União para 1.983, poderá inviabilizar atividades prioritárias do Ministério do Trabalho, como a fiscalização do cumprimento (...) das normas de medicina e segurança do trabalho, onde já existe um déficit de pessoal da ordem de 10.246, nas principais categorias do quadro profissional.

Em meados de setembro passado, o Ministro Murillo Macedo enviou relatório dramático ao Ministro Delfim Netto, do Pla-

(47) Ver a respeito: MTb/FUNDACENTRO - Introdução à Engenharia de Segurança do Trabalho (textos básicos para estudantes de engenharia), 1.981, São Paulo.

(48) Bonciani, M. & Bonciani, R.D.P. - "Situação da Medicina do Trabalho em São Paulo", Saúde Ocupacional e Segurança, XVII (6):255-260, 1.982, p. 258.

nejamento, pedindo a criação de 5.254 empregos somente para as áreas de medicina e segurança do trabalho. (...) Murillo Macedo demonstrou a "situação aflitiva" de sua pasta, dizendo que no Estado de São Paulo, 116 mil estabelecimentos são fiscalizados por apenas 10 médicos e cinco engenheiros (...) No setor de medicina e segurança do trabalhador, Murillo Macedo informa que não há também, um único médico para o atendimento de 16 Delegacias Regionais. Dos 887.370 estabelecimentos do país - dados da RAIS, 1.980 (Relação Anual de Informações Sociais)- existe uma média de um médico para nove mil estabelecimentos e de um engenheiro de segurança para 20 mil estabelecimentos ...

Em resposta, o ministro do Planejamento autorizou a criação, mediante concurso público de 2.627 empregos (metade do solicitado) (...) com cronograma de dispêndios para 1983, 1984, e 1985 (...) Os técnicos do MTb temem que essa contratação seja suspensa em razão dos cortes de despesas para 1.983 (...) (49) (grifo nosso)

O quadro acima colocado reproduz aquilo que Quijada (50) aponta como uma das limitações da ação normativa no melhoramento do ambiente de condições de trabalho. Falando sobre a realidade da Venezuela o autor afirma que:

"Os problemas sociais em Venezuela são evidentes e é impossível pensar que serão solucionados da noite para o dia (...) As atuais prioridades estatais não parecem incluir em lugar proeminente a atenção às condições e o ambiente de trabalho, e isto sem dúvida, pesa na maneira de aplicar a legislação (...) as atividades econômicas e mais ainda as empresariais, absorvem as preocupações do Estado". (51) (grifo nosso)

Outro aspecto importante a assinalar com relação à NR-15 diz respeito à eventual preocupação prevencionista que poderia encerrar. Eventual porque se alguém procurar entender o adicional de insalubridade como uma carga econômica ao empregador, que o forçaria a adotar medidas de controle da insalubridade de caráter coletivo, logo modifica seu entendimento ao analisar a forma como o adicional é calculado. Isto é, ele é calculado sobre o salário mínimo e não o salário nominal efetivamente perce

(49) Jornal de Brasília, edição de 31/12/1.982.

(50) Quijada, E.M. - "Limitações da ação normativa no melhoramento do ambiente e condições de trabalho", Rev. Int. do Trab., 97(4):455-466, out-dez. de 1.978.

(51) Quijada, E.M. op. cit., p. 461.

bido pelo trabalhador, com impedimento de ser cumulativo, caso exista mais de um fator de insalubridade no local de trabalho, o que é a regra. Deve-se salientar ainda, conforme aponta Gustavsen (52) que "os vários fatores que intervêm no meio ambiente de trabalho se combinam e produzem sobre a saúde efeitos complexos e múltiplos (...). Não se pode assinalar nenhum fator em se_u parado como a causa." (grifos do autor)

Finalmente cabe frisar a grande falha, em termos de padrões de prevenção de agravos que a Portaria nº 3214/78 encerra, quando explicita que a neutralização da insalubridade pode se dar "com a utilização do equipamento de proteção individual (EPI)" o que "determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo" (item 15.4. da Portaria). É que o uso dos EPIs é in cômodo e, paradoxalmente, pode aumentar o risco de acidentes, como no caso dos tampões auriculares, por ex., que abolem a audição, e das máscaras e óculos que dificultam a visão lateral. Por outro lado, permite ao empresário transferir ao trabalhador a culpa pelo dano à sua própria saúde, pois é acusado de displigente e indisciplinado quando não se submete ao seu uso. Além disso, a utilização do EPI se coaduna com os interesses econômico-financeiros da empresa pois seu uso é uma alternativa mais barata que as medidas de proteção coletiva ou ainda a limitação do tempo de exposição como era preconizado pela Portaria nº 491/65, anterior à atual.

No que refere à própria instituição do adicional de insalubridade, mesmo entre os juristas, sua aplicação é vista com reservas, dado o caráter anti-social que envolve. É o que diz Prunes (53) quanto à filosofia do adicional ao argumentar que: "A legislação entendeu em estabelecer um adicional, para compensar a falta de salubridade de alguns serviços. Optou pela compensação monetária, quando deveria escolher a menor exposição do operário aos agentes nefastos. Melhor teria sido, para a saúde do trabalhador, que os horários fossem reduzidos em 10%, 20% ou 40% da jornada normal de trabalho ." (54) (grifo nosso) E também Nascimento (55) ao comentar aspectos legais da insalubridade em matéria do Jornal de Prevenção de Acidentes (JPA)(56) por

(52) Gustavsen, B. - op. cit., p.177.

(53) Prunes, J.L.F. - Insalubridade e Periculosidade no Trabalho Edições LTr Ltda., 1.974, São Paulo.

(54) Prunes, J.L.F. - op. cit., p. 19.

(55) Nascimento, A.M. - "Aspectos legais da insalubridade", in

ocasião da polêmica que teve início durante o Simpósio de Saúde da Câmara Federal, realizado em novembro de 1.981 em Brasília, quando "alguns sindicalistas apresentaram moção contra a extinção do pagamento do adicional de insalubridade ventilada pelo MTb". Dizia o autor: "Quanto ao direito comparado na disciplina jurídica dos efeitos da insalubridade sobre a relação de emprego (...) a posição mais ampla é a da proibição geral do trabalho insalubre (...) Não é essa a orientação que prevalece, uma vez que é impossível uma proibição genérica sem outras medidas substitutivas, a menos que a era do robô nos ofereça alguma alternativa (...) A segunda posição consiste na adoção de rigorosas medidas destinadas à eliminação total ou parcial, dos fatores de insalubridade (...) A terceira posição caracteriza-se pela proibição de atividades insalubres para determinados empregados, em especial menores e mulheres (...)

A quarta posição está em limitar a jornada normal de trabalho para que aqueles que se vejam envolvidos em atividades insalubres, trabalhem por dia um número total de horas menor do que os demais (...)

A quinta e última medida é o pagamento de um adicional de insalubridade para que o empregado tenha uma compensação pelo possível dano a que está exposto e mesmo que não venha a sofrer dano nenhum (...)

Dos critérios acima apontados e que resumem, de modo muito simples, as orientações dos sistemas jurídicos, o Brasil adota três deles (...) não há proibição geral do trabalho insalubre, nem redução da jornada normal do empregado que exerce atividade insalubre...

"São suficientes essas providências e significam uma proteção razoável para o trabalhador?

"Não é possível responder afirmativamente. Há modificações que podem ser feitas. A começar pela principal preocupação, que deve ser a eliminação da insalubridade". Ao que se acrescenta que a lógica da lei acompanha a própria lógica da acumulação, incorporando seletivamente tecnologia à produção, incorporação essa que via de regra economiza investimentos de capital no que,

Jornal de Prevenção de Acidentes, p.12, nº 69, fev/82.

(56) Jornal de Prevenção de Acidentes, "Adicional por Insalubridade volta à Pauta", p. 12, nº 69, fev/82.

no geral, é concebido como secundário à rentabilidade, caso em que estão incluídas modificações tecnológicas referentes ao aumento de segurança no trabalho e diminuição das condições insalubres.

No que se refere à avaliação por métodos quantitativos dos ambientes de trabalho, comparando-se com os limites de tolerância, percebe-se que existe uma incongruência no seu uso para o caso, por ex., das substâncias responsáveis pelo câncer profissional.

O Bureau International du Travail (BIT) (57) advoga para a maioria das substâncias cancerígenas que a "exposição deveria ser limitada, graças à aplicação de medidas de proteção rigorosas (...) o contato ser evitado ou a exposição ser reduzida o mais possível, com a utilização de medidas de proteção as mais eficientes". (58)

Assim, no caso das substâncias cancerígenas a exposição deve ser limitada e até evitada, o que é contraditório com a determinação de limites de tolerância para elas. A situação fica mais absurda ainda, quando se estipulam graus de insalubridade para os trabalhadores expostos. É a impressão que se tem a partir dos dados da tabela comparativa, em que somente para o Brasil figura o "grau de insalubridade". (ver tabela 5 à página 49).

Nos EUA, a Direção de Segurança e Higiene do Trabalho (OSHA) propõe uma classificação por categoria das substâncias que provocam cancer profissional:

"Na categoria I se incluiriam as substâncias que se revelaram cancerígenas para seres humanos - cujo prazo de latência varia de 20 a 40 anos - em provas com animais de duas espécies de mamíferos ou em prova com uma espécie (...) Se dispõe-se de um substituto, a substância deve ser eliminada completamente. Em caso contrário, a OSHA exige que se limite a exposição ao nível mais baixo possível. Os empregadores devem utilizar controles técnicos como melhor ventilação e mudanças nos processos de manufatura e melhor manutenção afim de satisfazer a norma da OSHA." (59) (grifo nosso)

(57) BIT - "la prévention du Cancer professionnel", Serie Securité, Hygiène et Médecine du Travail, nº 39, 1.978, Geneve.

(58) BIT - op.cit., p. 29.

(59) Witt, M. - "O trabalhador dos Estados Unidos e as substâncias perigosas", Rev. Int. do Trabalho, 98(2):155-170, Abril/Junho de 1.979, p. 159.

TABELA 5

LIMITES DE TOLERÂNCIA para algumas substâncias químicas de uso comum na indústria: BRASIL (1.978);
EUA (1.982) e URSS (1.970/71)

SUBSTÂNCIA	BRASIL (1.978)			EUA (1.982)		URSS (1970/71)		+"C"
	ppm	mg/m ³	grau de in- salubridade	ppm	mg/m ³	ppm	mg/m ³	
1. Acetaldeído	78	140	Máximo	100	180	-	5	
2. Acetato metila *	-	-	-	200	610	-	-	
3. Acetona	780	1870	Mínimo	750	1780	-	200	
4. Acetenitrila	30	55	Máximo	40	70	-	-	+
5. Ácido acético	8	20	Médio	10	25	-	5	
6. Ácido cianídrico *	8	9	Máximo	-	-	-	0,3	+
7. Ácido Clorídrico *	4	5,5	Máximo	-	-	-	-	"C"
8. Ácido fórmico *	4	7	Médio	5	9	-	-	
9. Ácido nítrico *	-	-	-	2	5	-	-	
10. Ácido sulfúrico *	-	-	-	-	1	-	-	
11. Alcool atílico	780	1480	Mínimo	1000	1900	-	1000	
12. Alumínio * Metal e óxido Fumos de solda Sais solúveis	-	-	-	-	10	-	-	
	-	-	-	-	5	-	-	
	-	-	-	-	2	-	-	
13. Amoníaco *	20	14	Médio	25	18	-	20	
14. Benzeno **	8	24	Máximo	10	30	-	5	+"C"
15. Bromo	0,08	0,6	Máximo	0,1	0,7	-	-	
16. Chumbo (inorg., poeiras, fumos)	-	0,1	Máximo	-	0,15	-	0,01	
17. Cianetos *	-	-	-	-	5	-	-	+
18. Cloreto vinila **	156	398	Máximo	5	10	-	30	C"

	0,8	2,3	Máximo	1	3	-	1	"C"
19. Cloro	-	-	-	-	0,1(0,05)	-	1	-
20. Cobalto * (fumose pós)	-	-	-	-	0,1	-	0,5	-
21. Cromato Potássio *	-	-	-	-	1	-	0,01	-
22. 1,1 dimetil hidrazin **	0,4	0,8	Máximo	0,5	1	-	1	+
23. Epicloridrina *	-	-	-	2	10	-	0,02	+
24. Etilenoimina **	0,4	0,8	Máximo	0,5	1	-	0,01	+
25. Mercúrio	-	0,04	Maximo	-	0,01	-	0,01	+
26. Negro de Fumo *	-	-	-	-	3,5	-	-	-
27. Níquel carbonila **	0,04	0,28	Máximo	0,05	0,35	-	0,0005	-
28. Querosene *	-	-	-	-	-	-	300	+
29. Sulfato dimetil **	0,08	0,4	Máximo	0,1	0,5	-	-	+"C"
30. Tetracloro carbono **	8	50	Máximo	5	30	-	20	+
31. Tolueno *	78	290	Médio	100	375	-	50	+
32. Tungstênio* (soluvel) (insoluvel)	-	-	-	-	1	-	-	-
33. Xileno *	-	-	-	-	5	-	6	-
34. Poeira de Fibra de Vidro < 7 um diâmetro	78	340	Médio	100	435	-	50	+
	-	-	-	-	10	-	-	-

* substâncias que constam nas reclamações dos processos-insalubridade consultados

** substâncias consideradas cancerígenas (BIT)

Dados para o Brasil extraídos de Portaria MTb nº 3214/78 - NR-15, anexo 11

Dados para os EUA extraídos American Conference of Governmental Industrial Hygienists (ACGIH)

*Limites de Tolerância para substâncias químicas no local de trabalho adotados pelo ACGIH para 1.982:

Por outro lado, as indústrias, representadas pelo Conselho Norteamericano de Segurança e Higiene do Trabalho (AIHC) argumentam que "uma política pública deve admitir que alguns riscos são inevitáveis (...) riscos devem ser levados em conta ao mesmo tempo que os fatores econômicos tais como os custos para a empresa". (60) (grifo nosso) Aqui percebe-se como a "teoria do risco profissional" contempla os mais variados interesses do capital quando se refere à melhoria das condições de trabalho. É esta posição ideológica levada ao extremo conforme refere Navarro (61) pela classe capitalista, "que procura 'individualizar' a responsabilidade pela doença, vendo o dano criado no local de trabalho como uma falha do trabalhador ou de seus pais. O desenvolvimento do cancer entre trabalhadores é apresentado, por exemplo, como resultado não da exposição às substâncias cancerígenas, mas, mais do que isso é a existência de gens nos trabalhadores que os fazem mais sensíveis àquelas substâncias. Consequentemente, a estratégia para a resolução do problema do cancer no local de trabalho, cada vez mais envolve a trialogem genética dos trabalhadores (62) (*) (grifo nosso)

Os trabalhadores nos EUA, conforme aponta Witt apoiam em geral as posições da OSHA e argumentam que esta deveria "forçar a tecnologia isto é, obrigar as companhias a desenvolver uma melhor tecnologia de controle das substâncias tóxicas hoje existentes". (63) (grifo nosso)

Esta maior possibilidade de pressão política quanto à melhoria das condições de trabalho do movimento sindical nos países de capitalismo central tem trazido repercussões a nível da divisão internacional do trabalho, na medida em que se transferem as operações de manufaturas a países em que imperam normas de segurança e higiene menos restritivas. No caso da produção de asbestos (amianto), por exemplo, após a alteração do seu limite de tolerância nos EUA para um parâmetro bem mais rigoroso, quando passou de 2 fibras/cm³ de ar, para aproximadamente

(60) Witt, M. op. cit., p. 160.

(61) Navarro, V. - op.cit., 1.982.

(62) Navarro, V. - op.cit., 1.982, p. 26.

(*) A esse respeito é interessante citar o que falou o Diretor de Saúde e Segurança do Sindicato Internacional dos Trabalhadores Petroquímicos e de Empresas Nucleares: "I think that in the 1.980s we are going to see a lot of victim blaming. The emphasis will be not so much what you work with, it will have to do with who your mother and father were". (grifo nosso), in Navarro, V., op.cit., 1982, p.26.

0,1 fibras/cm³ de ar, além de sua substituição por materiais similares, pelo fato de provocar comprovadamente cancer de pulmão e de pleura, além da asbestose, sua produção foi deslocada para países periféricos onde os padrões de controle de higiene industrial e poluição são inferiores aos dos países do capitalismo central. (64) Ao lado disso, os países periféricos vão se tornando fornecedores destes materiais perigosos à saúde os quais são importados pelos países "desenvolvidos". Segundo Witt "depois da adoção de uma norma mais rígida para o asbestos, (...) algumas companhias estadunidenses têm construído fábricas no México, Índia e Venezuela (...) e os EUA aumentam as importações de produtos de asbestos do Brasil, Tailândia e Coréia do Sul". (65) Tal situação ocorre com vários outros tipos de substâncias usadas na indústria, cujos efeitos nocivos à saúde estão hoje comprovados: é o caso do cloreto de vinil, benzidina, carbonetos fluorados, etc., todos cancerígenos.

Frize-se que até o momento discutiu-se de forma mais específica apenas a questão da insalubridade relacionada com a toxicologia dos agentes físicos "quantificáveis".

Contudo, em países centrais como a Noruega, por ex., a lei mais recente de certa forma recoloca a avaliação qualitativa do ambiente de trabalho, quando estabelece que: "deverá prestar-se particular atenção para que se evite a contaminação em forma de pó, fumo, gás, vapor, odores desagradáveis ou radiações, a menos que se esteja seguro de que a contaminação não tem efeitos nocivos para os trabalhadores". (66) (grifo nosso) Esta observação da lei é uma forma de se tender a "transferir o ônus da prova ou obrigação de justificar a reclamação. Para se proibir o uso, por ex. de determinada substância química no local de trabalho era necessário demonstrar que a mesma tinha realmente consequências negativas. Enquanto não se conseguia a prova, em geral se permitia sua utilização". (grifo do autor) Em seguida o autor coloca uma das questões mais importantes para se prevenir e controlar os efeitos do desenfreado desenvolvimento de novas téc

(63) Witt, M. - op. cit., p. 160.

(64) Ver a respeito: Castleman, B.J. - "Duplo padrão para riscos industriais", Int.J Health Serv., 13(1):5-14, 1.983 e "A exportação de fábricas poluidoras para países em desenvolvimento", Int.J. Health Serv., 9(4):569-603, 1.979.

(65) Witt, M. - op.cit., pp.162-163.

(66) Gustavsen, B. - op.cit., p. 182.

nicas de produção no mundo capitalista: "hoje em dia, dada a enorme complexidade das situações existentes assim como o ritmo acelerado com que evoluem os sistemas de produção, é extremamente difícil levar a cabo as investigações necessárias para aclarar cada caso que se coloque (...) se achou necessário modificar os requisitos relativos à prova, com o objetivo de favorecer uma atitude mais positiva frente aos problemas ambientais (...) e condições de trabalho inéditas". (67) (grifo nosso)

Ocorre que existem além desses, uma ampla gama de fatores insalubres consequentes do trabalho que não são considerados no texto legal. Trata-se dos aspectos relativos à própria organização do trabalho na indústria capitalista moderna. É que, como observa Salinas (68), a "administração do trabalho (...) constitui sem sombra de dúvidas, uma chave para a compreensão do desgaste da força de trabalho" (...) Para lograr seus propósitos o capital organiza o trabalho de uma maneira (jornada, ritmos, descansos, divisão de tarefas, etc.); o controla, isto é, dirige sua execução, supervisão, avaliação; o reprime (disciplina o trabalhador); estabelece modalidades de pagamento à força de trabalho que lhe sejam mais convenientes e também a 'cuida' (atenção médica, seguro saúde, seguro social, etc.)" (69) (grifos do autor)

Quanto à legislação brasileira, estas questões nem sequer são cogitadas. Pode-se afirmar que a Portaria do MTb de nº 3214 em sua NR-15, e a lei acidentária 6367/76 se atêm apenas ao "risco" de doenças profissionais que aparecem pela exposição a substâncias químicas manipuladas em determinadas ocupações, por exemplo, o saturnismo dos pintores, a intoxicação pelo mercúrio dos operários da douragem à fogo, próprias da manufatura (tal como a apresentado no quadro de doenças profissionais típicas previstas na lei atual).

Para Garcia "este tipo de doença profissional é difícil de diferenciar de outros produzidos pela economia de capital constante que abarca a todos que trabalham em um determinado local e não estão exclusivamente concentradas em uma determinada ocupação" (grifo nosso) E prossegue: "Com a passagem da manufatura à grande

(67) Gustavsen, B. - op. cit., p. 183.

(68) Salinas, J.S. - "Bases metodológicas para um estudo integral dos problemas de saúde dos trabalhadores e de um modelo de seguro social a seu serviço", Rev.C.A.Ciências da Saúde, 20: 161-173, set-out. de 1.981.

(69) Salinas, J.S. op.cit., pp. 163-164.

indústria, ocorre também uma mudança na patologia que agora se caracteriza como doença industrial (grifos do autor) é quando na grande indústria se substitui (...) o motor muscular por outras formas de força motriz (...) o operário, ao contrário do que ocorria na manufatura, deve agora seguir os movimentos da máquina". (70) e se dá uma mudança fundamental na forma de organização do trabalho a qual, conforme acentua Marx, "agríde de maneira mais intensa ao sistema nervoso, e, por sua vez reprime o jogo multilateral dos músculos e confisca toda atividade livre, física e intelectual do operário (71).

E, com "a divisão científica do trabalho se nivelam ou equiparam os trabalhos e se estabelece como divisão essencial, a do operário principal e uns poucos ajudantes, pondo fim à divisão por ofícios; o trabalho monótono, fragmentado, sem conteúdo originalina uma patologia generalizada, que se manifesta em uma variedade de sintomas psicossomáticos. (...) aparecem como dominantes as desordens mentais com alterações funcionais de difícil definição". (72)

Existe assim uma diversa gama de fatores e situações insalubres, consequentes dessa nova forma de organização do trabalho não considerada pela legislação, mas que os autores estrangeiros vem estudando (73) e importantes entidades sindicais tem enfrentado em meio às suas lutas pela melhoria das condições de trabalho. Conforme relata Roustang (74) com a nova lei sobre segurança e higiene do trabalho (a lei Auroux, de 23/12/82), ampliou-se o conceito de segurança e de participação através de organismos de empresa, das entidades sindicais na questão das condições de trabalho e segurança.

"A Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) e a Confederação Geral do Trabalho (CGT), afirma o autor, aprovam

-
- (70) Garcia, J.C. - "A categoria trabalho na medicina", Cadernos Médico Sociais, Centro de Estudos Sanitários e Sociais, : 5-17, março de 1.983, p. 8.
- (71) Marx, K. - O Capital, tomo I, vol.2, Siglo XXI, 1.975, p.516.
- (72) Garcia, J.C. - op.cit., p. 9.
- (73) Ver a respeito: Ricchi, R. - La muerte obrera, Editorial Nueva Imagen, pp. 307-355; 1.981. Polleta, G.; Lusiano, F.; Tomasetta, L., in La Salud de los trabajadores, Basaglia, F., org. Editorial Nueva Imagen, 1.981, 3a. edição.
- (74) Roustang, G. - "Os trabalhadores e a higiene e segurança na França", Rev.Int. do Trabalho, 102(2):247-261, abr-jun. de 1.983.

estas disposições, enquanto consideravam que a expressão dos assalariados ficava falseada (...) nos grupos formados por iniciativa dos empregadores (...) a CFDT parece ser a organização sindical que com maior clareza definiu uma nova estratégia que consiste em assumir a responsabilidade pelas condições de trabalho e segurança. Seu objetivo (...) é evitar que maior número de trabalhadores vivam negativamente sua atividade profissional" (75)

(*)

O reforço à importância da atuação organizada dos trabalhadores no controle da organização do trabalho é reafirmado por Roustang, quando em relação à CGT diz: "é a central sindical que atribui com maior insistência a responsabilidade dos acidentes ao sistema de produção capitalista (...) abordam os problemas de segurança com uma nova ótica. Trata-se de lograr que os operários consagrem o mesmo interesse aos problemas de segurança que às reivindicações salariais; que se multipliquem as Comissões de Higiene e Segurança (semelhantes às CIPAs) com o objetivo de favorecer a participação de todos; (...) que se garanta aos filiados e aos trabalhadores em geral uma formação em matéria de segurança, que se vincule a segurança à organização do trabalho (...)" (76) (grifo nosso)

Já para o movimento sindical italiano, os fatores de insalubridade, se enquadram em 4 grupos. Além dos fatores físicos, químicos (biológicos) e dos consequentes da fadiga e cansaço devido a atividade muscular e trabalho físico, agregam-se "todas as condições que podem determinar cansaço e que geram 'stress' psíquico, nervoso e alteram o equilíbrio e o bem estar psicofísico dos trabalhadores. Monotonia, repetição, ritmos excessivos, saturação de tempos, responsabilidade (...). Com efeito, as condições ambientais insalubres não se limitam a produzir um dano físico; determinam também um dano psíquico produzindo no trabalhador estados neuróticos e ansiosos". (77)

(75) Roustang, G. - óp.cit., p. 257.

(*) Esta preocupação que permeia o texto de Roustang, parece estar relacionada com o que Marx chamou de "trabalho concreto"; ou seja, o crescimento das potencialidades do homem no ato de criar durante o trabalho, na produção do valor de uso, o que foi abolido com a expropriação dos meios de produção pelo capital e pela organização do trabalho daí originada. (ver Marx, K., O Capital, livro 1, vol.1, pp.44-45, Editora Civ. Brasileira, 6a. edição, 1.980).

(76) Roustang, G. - op.cit., p. 258.

(77) Ricchi, R. - op. cit., p. 310.

Contudo, como observa Polletta (78) a luta e também a consciência sobre a insalubridade causada pelo cansaço físico e mental, isto é, procedente do trabalho repetitivo, pouco criativo que separa o trabalho manual do mental, é menor pois sua "importância está confiada à consciência operária feita de sintomas não objetiváveis e desligados, aparentemente, do processo de produção". (79) A questão se torna mais clara em seus aspectos políticos quando se consideram as colocações de Lusciano (80) (...) "quando se fala de ambiente de insalubridade, deve-se falar de organização do trabalho, deve-se analisar a linha de conduta do empresariado (...) que tem procurado separar o problema da insalubridade do problema da organização do trabalho (...) esta luta pelo re-saneamento do ambiente de trabalho está intimamente ligada àquela contra a organização do trabalho que concerne à redução do horário, a negativa de dar horas extras (...) aumento de empregos, etc. e ambas assinalam o retorno da consciência e da autonomia operárias como verdadeiros centros de decisões (...)" "Como disseram os trabalhadores da MIRA LANZA, a luta pelo ambiente, pela saúde é uma luta contra a organização do trabalho e, portanto, deveríamos combater a organização do trabalho que provoca as intoxicações a insalubridade das secções, o ruído, o calor excessivo, etc. (81) (grifo nosso)

Tal fato, porém, não é exclusivo das preocupações do movimento italiano; no documento "As condições de Trabalho", a CGT francesa aponta o mesmo caminho ao afirmar que (...) "as avaliações patronais isolam dentre as condições de trabalho, os fatores específicos de esforço e de nocividade. A postura no trabalho, o esforço, por ex., são entendidos como elementos constitutivos da carga física, enquanto as operações mentais, o esforço de atenção, constituem a carga mental. Em realidade, o trabalhador reage à totalidade da situação e não a cada fator tomado isoladamente (é assim por ex., que o trabalho na aparência puramente físico dos trabalhadores especializados os "OS", comporta na verdade uma enorme carga mental). Uma dada situação de trabalho exige reações físicas, intelectuais e psíquicas que são totalmente interdependentes. É então a carga global de trabalho que é ne

(78) Polletta, G. - "Um balanço da luta pela saúde, in Basaglia, F., op.cit., 1.981, pp. 129-146.

(79) Polletta, G. - op.cit., 133.

(80) Lusciano, F. - "São os operários que definem a insalubridade", in Basaglia, F. - op.cit., pp. 147-152.

(81) Lusciano, F. - op.cit., p. 150.

cessário considerar. A avaliação das condições de trabalho não deve se limitar a uma concepção negativa da saúde. As avaliações patronais só colocam como consequências do trabalho sobre a saúde os acidentes ou as doenças, mas saúde não é somente ausência de moléstias. 'Saúde é vida', isto é, a capacidade de usar plenamente todas suas faculdades. A avaliação das condições de trabalho deve então levar em conta todos os fatores que serão obstáculo a este estado de bem estar". (82) (grifo nosso)

Estes fatores de insalubridade provocados pela forma de organização científica do trabalho levam a reações por parte dos trabalhadores que se expressam no absenteísmo, maior rotatividade por posto de trabalho, repercutindo na produtividade. Diante disso, o processo de produção implementa novas técnicas de organização do trabalho. É o caso de medidas como a de "enriquecimento de cargos", apresentados como uma "ampliação do trabalho de tal forma que traga maiores oportunidades para os trabalhadores desenvolverem um trabalho que os levem a atingir as características de personalidade de pessoas maduras"; como a implantação dos "grupos semi-autônomos" onde uma "equipe de trabalhadores (...) executa, cooperativamente as tarefas que são designadas ao grupo, sem que haja uma pré definição de funções para seus membros." Em ambos os casos as justificativas (...) contemplam tanto o aspecto social como o aspecto técnico do trabalho" e os esquemas "participativos", cujo exemplo mais utilizado no Brasil é o "Círculo de Controle de Qualidade" (CCQ), em que se procura "integrar o trabalhador na estrutura organizacional da produção, possibilitando que, do esforço coletivo, na fábrica se supere os próprios limites da capacidade do equipamento e se atinja novos padrões de qualidade sem prejuízos sensíveis de quantidade". (83) (grifo nosso) E mais, "com os objetivos de fazer os trabalhadores colaborarem com os aumentos dos lucros dos empresários, de maneira que imaginem que estavam participando também da gestão da empresa". "Há alguns anos, as empresas brasileiras, principalmente as filiais das multinacionais, introduziram o sistema de CCQ no Brasil criando a mesma ilusão para milhares de trabalhadores" (84). Ocorre porém, que essas "tentativas de desparcelização do trabalho (...) mais além de sua in

(82) CGT- Les conditions du travail, (...) pp. 31-32.

(83) Fleury, C.C.A. - Geração de Tecnologia e Processo de Trabalho, pp. 2 e 4 out., 1.983, monografia. (citando Argeyrs) e Fleury, C.C.A. & Vargas, N. - Organização do Trabalho, principalmente capítulo 19, Ed. Atlas, 1.983, p. 34.

(84) Jornal Tribuna Metalúrgica - órgão oficial do Sindicato dos

certa função recuperadora da produtividade total e de uma re-novada afeição ao trabalho, tem o significado político de limitar (...) os conflitos que se vão generalizando. A mesma re-estruturação da qualificação em torno de novos parâmetros de adaptabilidade (...) em combinação com mais tarefas repetitivas é o último expediente que recorre o capital para reconstruir artificialmente uma estratificação social na fábrica em que, ao contrário, o progresso tecnológico impulsiona para uma nivelção absoluta das posições" (85) (grifo nosso)

Entre nós, as manifestações dos trabalhadores paulistas, e dos metalúrgicos em particular, principalmente a partir dos grandes movimentos grevistas de 78/79, tinham como fenômeno importante as lutas por maior controle e interferência na organização do processo de trabalho. Estudo recente como o de Maroni (86) que analisa as greves de 78, chega a afirmar que estas foram "forjadas basicamente na prática das lutas operárias que ainda que tenham como reivindicações explícitas aumentos salariais e ou melhores condições de trabalho, são obrigadas, enquanto práxis, a defrontar-se com a organização capitalista do processo de trabalho e, nesse momento, a questionam." (grifo nosso) E acrescenta:

"Esta dinâmica requer, para se efetivar, a organização interna e algum controle sobre o processo de trabalho. (...) após a experimentação do controle operário sobre o processo de produção - quanto ao ritmo, reações das chefias - parte-se, em um segundo momento, para a luta aberta, (...), por ex., a greve (...) por toda a fábrica." (87) (grifo nosso)

Já Humphrey faz uma analogia dos movimentos operários no ABC paulista do final dos anos 70 e início dos 80, quando ao analisá-los afirma que a "nível do movimento de março de 79, as pressões por melhores salários e condições de trabalho chocaram-se com as restrições impostas pelo sistema de organização do trabalho, destinado a contê-lo e controlá-lo" (88) e, em 1.980, "o confronto (...) era em primeiro lugar um conflito político em torno das negociações sobre salários e condições de tra-

trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, ano XIII, nº 66, p. 11, jan. de 1.983.

(85) Tomasetta, G. - op.cit., p. 238.

(86) Maroni, A. - A estratégia da recusa: análise das greves de 78, Ed. Brasiliense, 1.982.

(87) Maroni, A. - op.cit., p. 52.

(88) Humphrey, J. - Controle capitalista e luta operária na In-

balho, eram uma reprise de março de 79 (...)." (89) A preocupação com a nocividade da organização do trabalho está também presente nos Congressos e pautas de negociação das Campanhas salariais dos Sindicatos estudados, como se verá.

Com estas observações a respeito das lutas operárias contra a organização do trabalho nas fábricas, que origina uma série de fatores de insalubridade não contemplados pela legislação atual sobre o tema, procurou-se introduzir a idéia de que a proporção que o movimento social encetado pelos trabalhadores avance e aumente seus apoios na opinião pública, chamando a atenção para as reais condições de trabalho no interior da planta industrial, o plano institucional será pressionado, para que as leis (e dentre elas a de proteção à saúde no trabalho em particular) reflitam mais fielmente essa realidade e adquiram um grau de abrangência que contemple estas complexas relações entre condições de trabalho/ condições de insalubridade e organização do trabalho, disciplinando-as por referência à maior prevenção dos riscos e promoção da saúde dos trabalhadores.

dústria Automobilística Brasileira, Ed. Vozes/ CEBRAP, 1982.

(89) Humphrey, J. - op.cit., p. 205.

3.2.2. Os Serviços Especializados em Segurança (Higiene) e Medicina do Trabalho (SESHMTs), já haviam sido previstos no Decreto-Lei nº 229, que modificara o Capítulo V da CLT em 28/02/67, em seu artigo 164. Ocorre porém, que até o início da década de 70, não fora regulamentada sua criação e funcionamento. Isto ocorre provavelmente porque no período de instalação das maiores indústrias no país, nas décadas de 50 e 60, as questões de saúde relacionadas com o trabalho, são atribuição dos departamentos médicos fabris os quais ao lado de atuarem no atendimento médico clínico, também assumiam atividades relacionadas à medicina do trabalho, tendo importante papel no estudo das causas do absenteísmo, na seleção de pessoal, na análise de doenças ocupacionais, como referem Oliveira & Teixeira (90). Com o desenvolvimento industrial crescente, a instalação de grandes empresas de capital estrangeiro que já mantinham uma tradição em seus países de origem de contar com serviços médicos que atuam na área de Higiene e Medicina Industrial (91) e, diante do agravamento das estatísticas de acidentes do trabalho na indústria, que vinham crescendo desde 1.968 e atingiram o índice (*) recorde de 18,47% em 1.972 (ver tabela na página 60), o Estado procura tomar medidas que atendam, conforme sua ótica, as necessidades colocadas pela situação. Assim, em 27/07/72, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) edita a Portaria nº 3237, obrigando as empresas a criarem os Serviços de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

Nas considerações iniciais que justificavam a Portaria, o Ministério usava argumentos técnicos como: "definir as características de pessoal especializado em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, quanto às atribuições, qualificação e a proporção relacionada ao número de empregados; (...) ao determinar a proporção entre pessoal especializado e o número de empregados (...) é necessário ter em vista a exposição aos riscos e (...) que se tornava necessário estimular o interesse pela especialização em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho". (92) (grifos nossos)

(90) Oliveira, J.A.A. & Teixeira, S.M.F. - "Medicina de Grupo: a Medicina e a Fábrica", in Saúde e Medicina no Brasil contribuição para um debate, org. Reinaldo Guimarães, Ed. Graal, 1.978, Rio de Janeiro, pp. 182-184.

(91) Oliveira, J.A.A. e Teixeira, S.M.F. - op.cit., pp.184-185.

(*) Índice de acidentes de trabalho é a porcentagem da relação entre o número de acidentes registrados e a massa segurada.

(92) Portaria nº 3237, de 27/07/72, do MTPS, DOU de 02/08/72, "considerandos".

TABELA 6 - ESTATÍSTICAS DE ACIDENTES DO TRABALHO - BRASIL

ANO	MASSA SEGURADA	ACIDENTES REGIS- TRADOS	INDICE
1968	3.520.061	488.697	13,88
1.969	7.057.895	1.059.296	15,01
1.970	7.284.022	1.220.111	16,75
1.971	7.649.848	1.330.525	17,14
1.972	8.148.987	1.540.546	18,47
1.973	10.956.956	1.632.696	14,90
1.974	11.537.024	1.796.761	15,57
1.975	12.996.796	1.916.187	14,74
1.976	14.945.489	1.743.825	11,66
1.977	16.589.605	1.614.750	9,73
1.978	18.500.000	1.564.380	8,45
1.979	20.332.500	1.444.627	7,11
1.980	22.761.200	1.464.211	6,50

Fonte: INPS

Tais considerações de certo modo correspondiam às recomendações do "I Seminário Latino Americano de Saúde Ocupacional", realizado em São Paulo de 21 a 24/03/64, com a participação pelo Brasil, de técnicos ligados aos organismos oficiais, promovido pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). Dentre os vários temas debatidos dois deles interessa mencionar: "Organização e funções dos serviços públicos e privados de saúde ocupacional" e "Avaliação dos resultados dos programas e atividades de saúde ocupacional", em que se propunha como resolução:

"Promover o desenvolvimento dos serviços de saúde ocupacional nas empresas privadas, nos países onde não existam". (93)

"Incrementar o pessoal especializado dos serviços de saúde ocupacional de todos os países da América Latina e ampliar seus programas de atividade mediante a utilização de pessoal técnico auxiliar devidamente treinado (...) com a devida estabilidade de (...) "

"Fomentar ao máximo a implantação de serviços de saúde ocupacional nas empresas privadas (...) como meio de alcançar um nível suficiente de aplicação das técnicas de prevenção de riscos". (94) (grifos nossos)

É interessante salientar que uma das conclusões do tema "Organização e funções dos serviços públicos e privados ..." foi que nos "Governos de muitos países não existe ainda uma consciência bem formada da importância dos programas de saúde ocupacional, os quais constituem um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e social". (95) (grifos nossos) Percebe-se aqui bem claramente, as articulações entre o nível de formulação ideológico e político e a estrutura econômica numa dada conjuntura social.

Note-se que nas recomendações acima citadas, aparentemente de caráter eminentemente técnico, no caso do Brasil, quando da sua implantação, assumiram aspectos políticos evidentes, quando o Estado normatiza a criação dos órgãos de empresa na área da higiene, segurança e medicina do trabalho, em 1.972, pois naquela conjuntura havia:

(93) OPAS - Relatório final do "I Seminário Latino Americano de Saúde Ocupacional", 21-24/03/64, São Paulo, 1.965, p.4.

(94) OPAS - op.cit., pp.6-7.

(95) OPAS - op.cit., p.3.

a) a nível do mercado de trabalho médico uma perspectiva de plethora de profissionais recém formados principalmente nos grandes centros industriais e, a organização de serviços nas empresas era uma alternativa de mercado que inclusive se afigurava altamente compensadora, dado o padrão salarial desses profissionais, que passaram a se constituir numa espécie de elite. Assim, imitando o "boom" de formação de médicos no período de 1.968-73, houve também o "boom" de formação de médicos do trabalho fomentado pelo Ministério do Trabalho. Segundo dados de Bonciani & Bonciani (96) após o início dos cursos para médicos do trabalho em 1.973, havia em São Paulo 2506 médicos do trabalho em 1.975, 4829 em 1.978 e 7238 em 1.981, tendo sido formados de 1.973 a 81 em São Paulo, 7964 médicos do trabalho e 16605 no Brasil no mesmo período;

b) a nível da função política "centralizadora e racionalizadora" do Estado brasileiro, no ciclo de acumulação capitalista conhecido como o "Milagre Brasileiro", a necessidade de definir normas nessa área que tornassem homogêneos critérios de mercado que diziam respeito às empresas estratégicas dentro do ciclo, daí porque as empresas pequenas, de menor incorporação de capital e tecnologia (abaixo de 100 trabalhadores) não terem sido obrigadas a manter profissionais especializados nesta área e as médias empresas (acima de 100) somente quando fossem de maior "risco". Tal política de governo se chocou com o que mostraram estudos posteriores: eram nas pequenas empresas que ocorriam os acidentes de maior gravidade. (97)

Estes objetivos políticos eram ratificados pelo que estabelece os artigos 9 e 10 da Portaria nº 3237/72 ao estabelecer que "os serviços de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, tem por finalidade principal preservar a integridade do trabalhador e do equipamento, face à agressividade do ambiente de trabalho (...) devendo atuar junto às atividades físi, visando (...) a continuidade operacional e o aumento da produtividade". (grifos nossos)

Aqui estaria colocada de forma explícita a necessidade dos Serviços Especializados em Segurança, Higiene e Medicina do

(96) Bonciani, M&Bonciani, R.D.F.- "Situação da Medicina do Trabalho em São Paulo, Saúde Ocupacional e Segurança, XVII(6):255-260, 1.982.

(97) Ver a respeito: Mendes, R. - Importância das pequenas e médias empresas industriais no problema de acidentes de trabalho em São Paulo, tese mestrado, Faculdade de Saúde Públi

Trabalho (SESHMT). Naquela conjuntura, todo esforço devia ser dirigido para fomentar o aumento da produtividade (e da produção), principalmente nas empresas cujos produtos eram colocados no mercado de exportação de manufaturados, especialmente as empresas subsidiárias das multinacionais, que produzem bens de consumo duráveis e intermediários, que passaram a ser cada vez mais importantes dentro da política de exportação traçada pelo Governo Federal, a partir de meados da década de 70.

Conforme apontam estudos recentes, com alterações nas categorias de risco das empresas e exigências atenuadas "por influência das empresas" (98), esta portaria foi revogada em 1.975 pela Portaria nº 3460 de 31/12/75 do Ministério do Trabalho (MTb) (99). Tal portaria, além das considerações técnicas explicitadas na Portaria anterior, deixava clara a preocupação governamental com o nível atingido pelos acidentes de trabalho ao colocar: "(...) é preocupação básica do governo, uma imediata atuação no sentido de minimizar os índices de acidentes e aprimorar as condições de salubridade dos ambientes de trabalho". (100) (grifos nossos)

Ou seja, a minimização dos danos provocados à força de trabalho pelo processo de produção se daria pela adoção de medidas "técnicas" delegadas às empresas para prevenir acidentes e aprimorar as condições de salubridade, sem prever a participação dos trabalhadores, neste nível.

Na Portaria nº 3460/75, também aplicável às empresas "com mais de 100 empregados", permanece explícito o objetivo de que os SEHSMTs atuam na "preservação da integridade do trabalhador, do equipamento e das instalações (...) e junto às atividades fins da empresa, visando também, à continuidade operacional e o aumento da produtividade". (grifos nossos) Estas preocupações talvez expliquem a íntima relação que existe entre os Departamentos de Produção e Administração das empresas e os SESMT chegando mesmo até à subordinação a estes Departamentos.

ca, USP, São Paulo, 1.976, mimeo; Sato, A.K., "Estudo sobre Acidentes do Trabalho no Brasil", IPEA, Relatório Final, 1.980, Brasília; Osório, J.F. & Gonzalez, S.T. - "Condições de Trabalho na pequena e média empresa", Rev. CA Ciências de la Salud, 14-15:59-80, maio/ago. de 1.980.

- (98) Ver a respeito: Lopes, R.M. - Acidentes do Trabalho na Mão de Obra Volante empregada na Agricultura (Bóias-Frias), Botucatu, SP, tese de mestrado, Faculdade de Medicina da USP, Departamento de Medicina Preventiva, 1.983, São Paulo, pp. 1-8 e Franco, A.R. - Estudo preliminar das repercussões do

Na Portaria 3460/75, percebe-se uma nova preocupação que se relaciona com a realidade das indústrias de ponta capital intensivas (101), quando determina em seu artigo 4º que "no estabelecimento que operar (...) em mais de um turno de trabalho, as atividades do pessoal especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, serão fixadas de forma a assegurar cobertura efetiva a todos os turnos, com a presença de pelo menos um supervisor de segurança em cada turno com mais de 100 empregados (...) (grifos nossos). Além disso, no que se refere ao número mínimo de pessoal especializado - médicos do trabalho, engenheiros de segurança, supervisores de segurança, etc. - que compunha o quadro dos SEHSMT, em função do número de empregados e do "grau de risco" da empresa, foi ampliada a gradação da portaria de 1972, que consistia em "risco grande, médio e pequeno", subdividindo-se o grau de "risco grande", em "graus 3 e 4". No "grau 3" se enquadram agora as indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico-eletrônico, as automobilísticas e químicas e outras, em que se passou a exigir um menor número de profissionais tanto na área de engenharia como de medicina. Este é o caso, por exemplo, de uma empresa de 501 a 1000 empregados, classificada na Portaria nº 3237/72 no "risco grande", que precisava manter "1 auxiliar de enfermagem e 1 médico do trabalho em tempo integral". Com a portaria nº 3460/75, ao ser classificada no "grau de risco 3", somente necessitava manter "1 médico do trabalho em tempo parcial". (ver quadros comparativos na página 65).

Outro aspecto importante é que a Portaria 3460/75, estratifica as empresas acima de 2.000 empregados em 3 faixas, enquanto a Portaria 3237/72 o fazia em 1 faixa apenas: "2001 e mais". A jornada de "tempo parcial" na portaria de 72 era de 4 horas para qualquer profissional e na portaria de 75 passa a ser de 3 horas.

Quanto à competência dos SESHMTs prevista nas duas portarias, elas se equivalem e relacionam-se com:

processo de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores de um hospital geral de Ribeirão Preto, capítulo I, Tese de Doutorado, Departamento de Medicina Social, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 1.982.

(99) Portaria nº 3460/75 de 31/12/75, M.Tb.

(100) Portaria nº 3460/75, artigo 15.

(101) Ver a respeito Boletim DIESAT, nº 3: "Os efeitos das horas extras, turnos e ritmo sobre os trabalhadores, set-out. de 1.981, pp.10-11.

QUADROS COMPARATIVOS - NÚMERO MÍNIMO DE PESSOAL ESPECIALIZADO

PORTARIA 3237/72

N. de Empregados	101 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 e mais
Risco				
Pequeno			1 Aux. Enf. Trab.	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho (*)
Médio		1 Aux. Enf. Trab.	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho (*)	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho
Grande	1 Médico do Trabalho (*)	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho	2 Aux. Enf. Trab. 2 Médicos do Trabalho

(*) Regime de tempo parcial de 4 (quatro) horas diárias.

PORTARIA 3460/75

N. de Empregados	101 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 3.500	3.501 a 5.000	Para cada grupo de 3.500 acima de 5.000
Risco						
1			1 Médico do Trabalho (*)	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho (*)	1 Aux. Enf. Trab. 1 Enf. Trab. (*) 1 Méd. Trab. (*)	1 Aux. Enf. Trab. 1 Méd. Trab. (*) 1 Méd. Trab. (*)
2			1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho (*)	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho	1 Aux. Enf. Trab. 1 Enf. Trab. 1 Méd. Trab.	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho (*)
3		1 Médico do Trabalho (*)	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho	2 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho	1 Aux. Enf. Trab. 1 Enf. Trab. 2 Méd. Trab.	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho
4	1 Médico do Trabalho (*)	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho	2 Aux. Enf. Trab. 2 Médico do Trabalho	1 Aux. Enf. Trab. 1 Enf. Trab. 3 Méd. Trab.	1 Aux. Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho

(*) Tempo Parcial - 3 horas de trabalho.

Observação: Hospitais, Ambulatórios, Maternidades, Casas de Saúde e Repouso, Hospícios, Clínicas e estabelecimentos similares com mais de 500 (quinhentos) empregados, deverão contratar um Enfermeiro do Trabalho em tempo integral.

"a análise de acidentes e doenças do trabalho; proposta de medidas de prevenção desses agravos; proposição de normas e regulamentos de Segurança do Trabalho; exames de trabalhadores expostos a maior risco; trabalho educativo quanto a medidas de proteção; atenção especial com trabalhadores expostos a agentes insalubres; manutenção de cadastros de dados e análise das estatísticas para orientar medidas de prevenção; estudo do fator humano no acidente; estudo das causas de absenteísmo"..., estando também explícita a tutela das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) pelo SESHMT, que deve "organizar e supervisionar as CIPAs", trata-se do "discurso da competência" técnica que tudo prevê e controla, "onde o trabalhador não fala de si e nem participa da avaliação de suas condições de saúde e trabalho". (102)

Com a Portaria nº 3214/78 do MTb, de 08/06/78 (103) todos os aspectos referentes aos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMTs) - note-se que foi abolido o termo Higiene presente nas portarias anteriores - foram agrupados em uma única Norma Regulamentadora (NR), a NR-4.

Na definição da competência e das atividades dos SESMTs, não mais se explicitavam preocupações com a produtividade, mas sim com a "integridade física e mental do trabalhador, sua segurança e o controle dos riscos profissionais, a melhoria das condições de trabalho e do ambiente, promovendo a sua saúde nos diversos setores da indústria" (104). Os SESMTs aparecem agora como um órgão técnico que visa o bem estar do trabalhador, apesar de para isso ter que controlar sua atividade dentro da fábrica, por meio de "normas e regulamentos internos de Segurança e Medicina do Trabalho (105); estudos das causas médicas do absenteísmo e proposta de medidas para o seu controle (106); manutenção de registros sistemáticos de todas as ocorrências, referentes à saúde de cada empregado (107); organização e orientação técnica à CIPA". (108)

Assim, à empresa, por delegação do Estado, compete atuar no sentido de manter a higidez da força de trabalho no seio do

(102) Rego, R.A. - "A Evolução da Legislação de Saúde Ocupacional no Brasil", trabalho curricular do Curso: Estado, Classes e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo, p.26, mimeo, 1.982.

(103) Portaria nº 3214/78, de 08/06/78, do MTb, DOU de 06/07/78.

(104) Portaria nº 3214/78, NR-4, itens 4.11 e 4.13.

(105) Portaria 3214/78, NR-4, itens 4.12.c e 4.13.r.

(106) Portaria nº 3214/78, NR-4, item 4.13.g.

processo de produção. Este subordinação aos interesses de produção, contribui para tolher uma atuação mais efetiva dos profissionais dos SESMTs na medida em que podem "ser dispensados" caso se oponham aos interesses da empresa, pois é seu assalariado e não dispõe de garantias externas que se oponham a esta condição". (109) (grifos nossos)

3.2.2. Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs)

As CIPAs tiveram sua origem na regra 244 do Capítulo XVI do Regulamento tipo da Organização Internacional do Trabalho (OIT): todo estabelecimento industrial com mais de 25 operários, deverá organizar o Comitê de Segurança".

Esta proposição deu origem aos "Comitês de Higiene e Segurança" nos países da Europa, em que um representante da empresa e os representantes do pessoal se associam para notadamente:

- . analisar os riscos profissionais;
- . avaliar a ocorrência de cada acidente ou de cada doença profissional;
- . verificar o respeito às prescrições legais relativas à higiene e segurança dos trabalhadores dentro do local de trabalho;
- . promover a formação do pessoal em matéria de higiene e segurança;
- . organizar os serviços de luta contra incêndios". (110) (grifos nossos)

No Brasil, o artigo 164 da CLT alterado pelo Decreto Lei nº 299, que modificou o título V em 1.967, já previa a obrigatoriedade de constituir as CIPAs.

O Decreto Lei nº 7036 de 10/11/1.944 (111) - a 3a. lei acidentalária do país - em seu artigo 82, estabelecia que "os empregadores, cujo número de empregados seja superior a 100, deverão providenciar a organização (...) de comissões internas, com representantes dos empregados, para o fim de estimular o interesse pela questão da prevenção de acidentes; apresentar sugestões

(107) Portaria nº 3214/78, NR-4, item 4.13.v.

(108) Portaria nº 3214/78, NR-4, item 4.12.m.

(109) Faria, M.M. & Cols. - "Saúde e Trabalho Industrial", relatório de pesquisa apresentado à FAPESP, 1.983, p.53.

(110) Ministère du Travail - "La prévention des risques professionnels", Paris, France, 1.982, p. 21.

(111) Decreto Lei nº 7036, de 10/11/44, DOU de 13/11/44.

quanto à orientação e fiscalização das medidas de proteção ao trabalho [...]; propor a instituição de prêmios e concursos, tomar outras providências, tentando educar o empregado na prática de prevenir acidentes". (grifos nossos) Note-se que a preocupação do Decreto Lei nº 7036/44 é exclusivamente com os acidentes de trabalho, não aparecendo qualquer referência às doenças profissionais, baseando a atuação no critério "educativo".

A Portaria do Departamento Nacional do Trabalho (DNT) nº 229 de 19/06/45 (112) coloca em seu artigo 1º o objetivo da CIPA: zelar pela saúde e integridade física do trabalhador na prevenção de acidente".

Artigo 2º - Cabe à CIPA:

a) promover o cumprimento da legislação em vigor referente à segurança e higiene do trabalho;

b) realizar o estudo das condições de segurança da maquinaria e higiene dos locais de trabalho;

c) redigir normas e instruções convenientes para prevenir possíveis acidentes e doenças profissionais;

d) investigar as causas de acidentes e doenças profissionais, mantendo em dia estatísticas de acidente com seus índices de frequência e de gravidade (*);

e) observar a instalação e o funcionamento dos serviços de assistência aos acidentados;

f) promover a adaptação e a realização profissional do trabalhador;

g) desenvolver ensino, divulgação (...) por conferências, palestras, cartazes e filmes (...) acerca da prevenção de acidentes e doenças profissionais;

h) promover competições, concursos, moções honoríficas para distinguir o trabalhador ou profissional que mais se tenha feito notar na campanha de prevenção;

i) propor penalidades para o trabalhador que se recusar às instruções previstas no artigo 79 do Decreto Lei Nº 7036, sobre

(112) Decreto Lei nº 229 de 19/06/1.945, do Ministério do Trabalho.

(*)a) Índice de frequência = $\frac{\text{Número de acidentes com perda de tempo} \times 10^6}{\text{Número de homens-horas trabalhadas}}$

b) Índice de gravidade = $\frac{\text{Número de dias perdidos} \times 10^6}{\text{Número de homens-horas trabalhadas}}$

o cumprimento de "ordens de serviço" para prevenção de acidentes do trabalho, emitidos pelo empregador;

j) sugerir à gerência as medidas julgadas necessárias para o êxito dos trabalhos da Comissão;

k) reunir-se, pelo menos, uma vez por mês, redigindo ata de cada sessão realizada;

l) fornecer esclarecimentos e facilitar a atuação das Delegacias Regionais de Trabalho (DRTs).

Artigo 3º - Organização do número de componentes da CIPA: o número de membros é fixado pela empresa.

Representando o empregador são indicados e participam: o presidente, o secretário, o médico da fábrica, o engenheiro da fábrica e o gerente.

Representando os empregados participa um número de trabalhadores maior que três indicados pelo Sindicato respectivo.

É importante salientar que muitas das atribuições dos SESHMT referidos no item anterior eram de competência da CIPA na Portaria de 1.945, inclusive itens relativos ao controle de doenças profissionais, à adaptação e seleção profissional e até o controle dos serviços de assistência aos acidentados. Frize-se que "a situação de acidentes de trabalho no Distrito Federal no 1º semestre de 1.943 era crítica, com perda de 1.500.000 horas de trabalho, em 180 dias de serviço" conforme esclarecia a exposição de motivos do Decreto-Lei nº 7036 de 10/11/44. (113

Cabia assim à CIPA um papel atuante na fiscalização e promoção de medidas de higiene e segurança do trabalho.

Posteriormente, Portaria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) de nº 455, datada de 29/11/53, deu nova redação à portaria nº 229, estabelecendo o mandato de 1 ano para os membros da CIPA, e determinando que o número de representantes do empregador e dos empregados não deveria ser inferior a três (3), sendo eleitos pelos empregados (e não mais indicados pelo Sindicato). O Presidente e o Secretário da CIPA continuavam a ser indicados pelo empregador.

Quando se analisa as atribuições da CIPA definidas por essa nova portaria, percebe-se que houve uma limitação no caráter das suas atividades no que diz respeito à fiscalização, aos es

(113) Seminário sobre a nova Lei Acidentária, Revista SOS, vol. XII. (2), 1.977.

tudos das condições de trabalho, quanto à prevenção de acidentes e, principalmente, doenças profissionais; passando a uma atitude quase que passiva frente a estas questões e bastante ativa no controle dos trabalhadores. Senão, veja-se algumas das "novas" atribuições:

b) submeter ao empregador as recomendações e medidas de segurança julgadas necessárias para que os acidentes não mais se repitam;

f) propor à administração do estabelecimento a aplicação de medidas disciplinares aos operários que infringirem os regulamentos e regras de segurança;

g) fiscalizar a observação dos regulamentos e instruções de caráter oficial ou internas, organizadas pela própria administração da fábrica, relativas a segurança e higiene do trabalho;

h) providenciar para que todos os regulamentos, instruções, avisos (...) ou ilustrações de caráter oficial concernentes à segurança e higiene na fábrica sejam levados ao conhecimento dos empregados.

Com a mudança institucional que ocorreu em 1.964, várias alterações no aparelho do Estado foram introduzidas. Em 17/12/64 é editada a lei nº 4589 de 11/11/64 que alterou a estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência Social, transformando a Divisão de Segurança e Higiene do Trabalho do Departamento Nacional do Trabalho (DNT) no Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT) com o papel de dar "orientação e fiscalização da legislação e dos assuntos em geral relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como do estudo de todos os problemas e aspectos inerentes à medicina e à engenharia do trabalho". (114) (grifo nosso)

Assim, em 29/11/68 são expedidas pelo DNSHT, instruções para a organização e o funcionamento das CIPAS, através da Portaria do DNSHT nº 32. (115)

Em suas considerações iniciais colocava:

"Considerando que os prejuízos provenientes dos acidentes e das doenças do trabalho devem ser examinados não apenas sob o aspecto humano, como também no das horas de trabalho perdidas,

(114) Lei nº 4589 de 11/11/64.

(115) Portaria nº 32 do DNSHT, publicada no DOU em 25/03/69.

com reflexos sobre a produtividade;

"Considerando a necessidade de serem os acidentes e as doenças do trabalho evitadas, pelo que se deve proporcionar meios adequados; resolve expedir as instruções para a organização e o funcionamento das CIPAs. (grifos nossos)

Artigo 1º - As empresas (...) que possuam 100 ou mais empregados, ficam obrigadas a organizar Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA - com a finalidade de cuidar da prevenção de acidentes, segurança e higiene do trabalho.

Artigo 2º - A CIPA será constituída, em número igual de representantes de empregados e empregador;

Artigo 3º - Os representantes dos empregadores serão designados pela administração da empresa, em número não inferior a 4, incluindo o Gerente, e, quando houver, o Médico, o Engenheiro e a Assistente Social. A administração designará um quinto membro para Presidente da CIPA e um Secretário.

Artigo 4º - Os representantes de empregados serão eleitos pelos mesmos, em número não inferior a 4, de preferência entre os pertencentes aos setores de maior risco de acidentes e que mais se destacarem pela capacidade de liderança construtiva, assiduidade ao trabalho, disciplina, inteligência, espírito prevencionista e de observação.

Artigo 8º - As CIPAs terão normalmente as seguintes atribuições:

- a) investigar as circunstâncias e causas dos acidentes;
- b) submeter ao empregador as recomendações propondo medidas de prevenção de acidentes, segurança e higiene do trabalho, julgadas necessárias;
- c) inspecionar, periodicamente, as instalações da empresa verificando o cumprimento das determinações legais e o estado de conservação dos equipamentos de proteção e dispositivos de segurança;
- d) promover o interesse do pessoal para as questões da prevenção de acidentes, segurança e higiene do trabalho, notadamente no que se refere à ação educativa, o uso de equipamentos de proteção e o emprego de dispositivos de segurança;
- f) propor a aplicação de medidas de ação disciplinar aos que infringirem regulamentos e regras de segurança;

g) cooperar para o cumprimento dos regulamentos e instruções de caráter oficial ou internas, relativos à prevenção de acidentes, segurança e higiene do trabalho;

h) promover a divulgação de regulamentos, instruções e avisos e outros meios de propaganda educativa, referentes à prevenção de acidentes, segurança e higiene (...)

i) Realizar reuniões, palestras e projeção de filmes sobre prevenção de acidentes, segurança e higiene do trabalho;

j) propor a concessão de prêmios aos que se distinguirem pelas sugestões sobre assuntos de atribuições das CIPAs;

Observe-se que os parâmetros para representantes dos empregados definidos no artigo 49 são o modelo do funcionário "ideal", disciplinado, assíduo ao trabalho, com capacidade de liderança, qualidades que, do ponto de vista da empresa, adequam-se de forma perfeita à preocupação de manter um controle e uma vigilância sobre os operários que se confunde com as funções de chefia.

Não é de se estranhar pois, que na I Convenção de CIPAs do Estado de São Paulo, promovido pelo MTB e realizado nos dias 3 e 4 de março de 1.982, na cidade de São Paulo (*), um dirigente sindical assim se refere ao fazer uma análise da atuação das CIPAs: "É do conhecimento de quantos se interessam realmente pelo assunto que a grande maioria das empresas "indica" os representantes dos trabalhadores junto à CIPA, escolhendo-os, (...) entre aqueles que exercem funções de chefia no interior do processo produtivo.

"Ora de modo algum negamos a importância da participação das chefias nas tarefas ligadas à prevenção de acidentes e doenças profissionais ...

"Mas não podemos esquecer que as funções desempenhadas por estas chefias, no cotidiano, estão imediatamente e muito ligadas às exigências de produção e de produtividade cada vez maior por parte das empresas ... (grifos nossos)

E acrescentava:

"Defendemos mecanismos democráticos para a eleição das CIPAs e, para tanto, consideramos absolutamente indispensável a

(*) Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Ministério do Trabalho (FUNDACENTRO): I Convenção de CIPAs do Estado de São Paulo - Documentos, SP,

a participação dos sindicatos no processo de escolha e na preparação técnica dos cipeiros". (116) (grifou nossa)

Nota-se que, observações de Faria sobre as CIPAs ratificam a posição acima, pois para o autor elas "pouco expressam as lutas e reivindicações concretas dos trabalhadores brasileiros. A sua prática tem sido vinculada desde a sua origem aos interesses dos empresários e desvinculada dos interesses dos trabalhadores e sindicatos. Com a 'abertura democrática', espera-se que (...) mudanças ocorram (...)". (117)

1) analisar os acidentes ocorridos e as estatísticas que deverão constar de atas de reunião.

Artigo 109 - Compete ao empregador:

- a) dar integral apoio à CIPA, concedendo a seus representantes facilidades para o desempenho das respectivas atribuições;
- b) dar imediato cumprimento às reivindicações aprovadas pela CIPA.

Artigo 119 - Compete aos empregados:

- a) obedecer as normas, ordens, regras e regulamentos de prevenção de acidentes, segurança e higiene do Trabalho;
- b) Usar, obrigatoriamente, o equipamento de proteção individual (EPI);
- c) apresentar sugestões para a melhoria das condições de segurança e higiene dos locais de Trabalho, visando à prevenção de acidentes ...

Artigo 149 - Em caso de acidente grave, a CIPA se reunirá extraordinariamente, com a presença do mestre ou encarregado do setor de ocorrência ...

Artigo 229 - Nas empresas que possuem Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho, as CIPAs funcionarão como órgão colaborador daquele serviço.

Analisando-se as atribuições das CIPAs percebe-se que mais uma vez, toda ênfase do papel da CIPA se coloca como órgão "auxiliar", que "sugere", "propõe", "submete" ao empregador, a rea

1.983 - 03 a 04/03/82.

(116) FUNDACENTRO - I Convenção de CIPA do Estado de São Paulo, 03 a 04/03/82 - documentos, SP, 1.983, pp. 140-141-142.

(117) Faria, M.M. - Relatório de pesquisa, Saúde e Trabalho Industrial, pp. 51-52, 1.983.

lização de atividades ligadas à Higiene e Segurança do Trabalho, só tendo papel ativo e executivo naquilo que se refere à "educação" do trabalhador, a quem compete "obedecer normas, ordens, regras e regulamentos e 'agir' ao usar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Existe pois, uma perda de autonomia da CIPA e uma maior restrição quanto às atribuições que lhe cabiam na Portaria 229 de 19/06/45.

Por exemplo, pela Portaria de 1.945, os representantes dos empregados eram indicados pelo Sindicato respectivo; devia atuar investigando as causas de acidentes e doenças profissionais, re digir normas e instruções para preveni-los, fiscalizar os serviços médicos de assistência aos acidentados, fazer a seleção profissional do trabalhador. Algumas atividades que passaram progressivamente para a tutela dos empresários, enquanto outras se quer eram cogitadas como a fiscalização da assistência aos acidentados.

Estas características caudatárias do papel da CIPA que se delineiam na Portaria 155 da MTIC de 27/11/53, acentuam-se com a Portaria do DNSHT nº 32 de 29/11/68, persistem e se agravam com a Portaria do Ministério do Trabalho nº 3214 de 08/06/78, que na NR-5 trata das CIPAs. Por esta portaria adaptada à realidade do parque industrial brasileiro moderno, o número de representantes varia de acordo com o número de empregados, indo de 2 nas empresas de 50-100 empregados, até 12 nas empresas com mais de 5.000 empregados (item 5.2.)

A eleição dos representantes dos empregados será em escrutínio secreto (...) durante o expediente normal da empresa, dentre elementos preferencialmente sindicalizados, pertencentes aos setores expostos ao maior risco de acidentes (item 5.11). Devem fazer um curso de treinamento em prevenção de acidentes, com duração de 12 horas (!) cujo currículo inclui 10 temas:

"1. introdução à Segurança do Trabalho; 2. Inspeção de Segurança; 3. Investigação dos Acidentes; 4. Análise dos Acidentes; 5. Campanhas de Segurança; 6. Equipamentos de Prevenção de Acidentes; 7. Princípios básicos da prevenção de incêndios; 8. Estudos da NR-5 da Portaria 3214; 9. Reunião da CIPA; 10. Primeiros Socorros. Não está previsto no curso, qualquer discussão sobre riscos ambientais e doenças profissionais. Este curso conforme estabelece o item 5.19, poderá ser realizado pelo SESMT da empresa, quando houver, pelas entidades sindicais, para seus associados, fundações, centros, entidades especializadas, registradas

para esse fim no Órgão do Ministério do Trabalho".

O item 5.20 da NR-5 prevê as atribuições da CIPA. Nos seus 13 sub-ítem existe bastante semelhança ao que era proposto pela Portaria 32/68 do DNSHT.

Como atribuições novas incluem-se:

e) comunicar ao encarregado do setor da empresa, para as providências necessárias, a existência de risco imediato de acidente;

f) promover anualmente a Semana de Prevenção de Acidentes (SPAT), comunicando à Delegacia Regional do Trabalho (...)

Em relação aos ítem que já constavam da Portaria nº 32/68 do DNSHT, dez (10) se repetem na NR-5 sendo que 2 deles:

j) propor a realização de inspeções nas instalações (...) da empresa, verificando as situações de risco de acidente;

l) sugerir a realização de cursos e treinamento que julgue necessários para melhorar o desempenho dos empregados quanto à segurança e medicina do trabalho; comparados com os ítem c e i respectivamente da anterior, assumem uma característica até mesmo passiva de "propor", "sugerir" medidas ao empregador ao invés de "realizar a inspeção" ... ou "realizar reuniões, palestras ..."

Outro dado que chama a atenção quanto à dependência da CIPA aos SESMT é que no item 5.20 da NR-5, da Portaria 32/68, os sub-ítem j, l (acima transcritos), "m" - medidas contra incêndio e "n" - manutenção do registro das ocorrências de acidentes do trabalho e das doenças profissionais", passam a ser atribuição do SESMT da empresa, o que sugere menor autonomia ainda às CIPAs.

No que diz respeito à estabilidade dos membros titulares da CIPA, representantes dos empregados, o item 5.31 estabelece que "não poderão sofrer despedida arbitrária, entenda-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro" e acrescenta no item 5.32. "Ocorrendo a despedida, caberá ao empregador, em caso de reclamação à Justiça do Trabalho, comprovar a existência de qualquer dos motivos mencionados no item 5.31 sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado" (grifo nosso) - Ou seja, "além da vasta gama de motivos que justificam a despedida do "cipeiro", quando se comprovar que a demissão foi arbitrária, o empregador terá como "pena" dar emprego ao demitido, que muitas vezes pode ser um combativo mi-

litante sindical, cuja atuação poderia estar exigindo melhorias das condições de trabalho que não interessem ao empresário.

A este respeito é interessante citar o que declarou o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco durante a I Convenção de CIPAs já citada.

"A CIPA que propomos é aquela que:

1) possua 'cipeiros' com estabilidade (...) para que (...) possam desempenhar sem medo de demissão a sua função ...

2) possua 'cipeiros' que passem pelo crivo da vontade dos empregados da empresa e que sejam realmente eleitos (...) sem distinção ...

3) possua autonomia para acompanhar o médico do trabalho que hoje (...) funciona como clínico (...) na maioria dos casos, possa fiscalizar o cumprimento da função do engenheiro (...) e do supervisor (...) que (...) só existe no registro legal (...)

4) Possa reunir-se livremente e fiscalizar o cumprimento das suas recomendações; possa fazer um bom curso de treinamento que dê ênfase às medidas de proteção coletiva, possa promover a melhoria dos ambientes de trabalho, através de mudanças (...) que serão indicadas pelos empregados." (118) (grifos nossos)

Finalmente é necessário levantar um aspecto que torna ainda mais frágil a atuação efetiva das CIPAs. Trata-se das chamadas "CIPAs fantasmas" em que seus membros são todos indicados pelo empresário, através da cooptação ou da indicação de representantes ligados à direção da empresa ou das "CIPAs no papel" que simplesmente não existem. Assim é importante citar o recente estudo realizado por Clemente (119) em São Paulo, que constou de análise completa de 3216 "anexos I" que são os formulários preenchidos trimestralmente pelas CIPAs, de informações sobre número de reuniões, inspeções realizadas, número de acidentes, com mortes, dias perdidos, dias debitados, número de doenças profissionais, acidentes de trajeto, recebidos pela DRT em São Paulo, no primeiro trimestre de 1.980; das visitas realizadas pelo autor a mais de 2.000 locais de trabalho, que apontou as

(118) I Convenção de CIPA do Estado de São Paulo, Documentos, p. 173, SP.

(119) Clemente, D.S. - "O Retrato das CIPAs, em São Paulo", Revista de Saúde Ocupacional e Segurança, XVII(4): 177-184, 1.982.

irregularidades que se seguem:

"A (...) mais frequente e mais grave é a ausência de qualquer arremedo de CIPAs em empresas legalmente obrigadas a tê-las!"

"Dadas as deficiências da fiscalização, os empresários despreocupam-se do atendimento (...) da CLT e da NR correspondente pois sabem que o agente Federal da Inspeção do Trabalho não os punirá (...) e, sim, lhes dará prazo para atender à Lei, e que, findo (...) pela simples exibição de uma ata de instalação ou de qualquer outro documento (...) evitará a multa".

"Havia, no Estado de São Paulo, em 1.977, 11.227 estabelecimentos com mais de 50 empregados, conforme dados do SEADE. (...) em 1.980 o número desses locais de trabalho podia ser estimado em 12.753. E no primeiro trimestre desse ano apenas 3.116 CIPAs atenderam às exigências legais. Em outras palavras, cerca de 75% das empresas com mais de 50 empregados não atendiam à lei, nem sequer formalmente" (120) (grifos nossos)

Para reverter esse quadro, é fundamental a participação dos sindicatos na fiscalização do funcionamento das CIPAs, tornando-as órgãos mais ativos inclusive além dos limites que a legislação permite, e são esses aspectos que serão tratados a seguir.

Com estas citações e comentários sobre a atuação e o papel dos SESHMT e CIPAs, pretende-se chamar a atenção sobre a perda da autonomia das CIPAs com o passar dos anos, desde sua definição legal em 1.944-45. Além disso, é importante frisar seu papel cada vez mais marcado no controle da força de trabalho através de "ordens de Serviço", "punições". Quanto aos SESHMTs ressalta sua atuação com relação a atividade de controle diferencial do trabalho que assumem, dependendo do tamanho, do tipo de empresa e da posição estratégica que ela ocupa em relação à política econômica adotada no país nos últimos anos.

(120) Clemente, D.S. - "O Retrato das CIPAs, em São Paulo", Revista de Saúde Ocupacional e Segurança, XVII (4): p. 181, 1.982.

3.3. Mudanças da Legislação Acidentária

Dentro dos limites do liberalismo ortodoxo, "em que só se reconhecia indivíduos", não cogitando das associações de indivíduos como os sindicatos, por ex., à sociedade e suas instituições apresenta-se, no início do século, a necessidade de se amoldar às novas condições consequentes do processo de industrialização, do crescimento do contingente operário e do avanço das lutas sindicais operárias da primeira década do século. O abandono do preceito que proibia qualquer tipo de associação, "se faz igualmente em nome do liberalismo: a liberdade do indivíduo é também liberdade de se associar." (121) (grifo nosso)

Este espírito se impõe e, "em 1.907, o Decreto nº 1637 regulamenta a criação de sindicatos profissionais (...) a criação e o funcionamento dos sindicatos pertencem ao domínio do Direito privado e não ao de nenhuma legislação especial." (122) (grifo nosso) Ocorre porém, que a lei sindical "antecedida pela agitação operária desde o começo do século, não virá, pois, criar (...) algo ainda não existente na vida. Simplesmente institucionalizava organizações nascidas da própria prática sindical, cuja base (...) consistia nas lutas econômicas". (123)

Com o aumento da população operária - segundo dados citados por Aziz Simão (124), no Estado de São Paulo havia 22.355 operários em 1.907 e no Brasil 149.140 e, em 1.920 estes números subiram para 83.998 e 275.512, respectivamente - e a maior organização e mobilização sindical-operária, que se refletia nas greves frequentes, "os patrões, na prática, deparam-se cada vez mais com o que não está previsto na teoria liberal: a ação coletiva dos operários e a pressão dos sindicatos buscando controlar o mercado e as condições de trabalho". (125) (grifo nosso) "A reivindicação operária não reconhece mediação política e institucional para a obtenção de seus objetivos, a empresa consiste no interlocutor imediato e direto, tanto que no Congresso Operário de 1.906, o tema 8 que trata dos acidentes de trabalho situa e propõe (...) a resolução do problema (...) ao considerar que o responsável dos acidentes no trabalho é sempre o patrão (...) que as leis decreta

(121) Munakata, K. - A Legislação trabalhista no Brasil, Ed. Brasiliense, 1.981, p. 24.

(122) Munakata, K. op.cit., p. 25.

(123) Viana, L.W. - Liberalismo e Sindicato no Brasil, Ed. Paz e Terra, 1.976, p. 51.

(124) Simão, A., Sindicato e Estado, Ed. Ática, 1.981, p.39.

(125) Munakata, K. - op.cit., p. 27.

das (...) sobre esta matéria não tem nunca execução (...) o I Congresso Operário (...) aconselha aos sindicatos que a qualquer desastre (...) eles arbitrem a indenização que o patrão tem de pagar, forçando-o a isso pela ação direta. Mas persiste uma ambiguidade de fundo entre teoria e prática política (...) no que se refere à jornada de trabalho, apesar de não explicitamente, toma-se o Estado com interlocutor (...)" (126) (grifo nosso).

Devido a tensa situação social, principalmente a partir de meados da década de 1.910, que culminaria com as greves de 1.917-19 no Rio e em São Paulo, "onde em 1.917 ocorreram 14 greves (1 geral) e em 1.919, 37 greves (2 generalizadas), assumindo caráter de conflito generalizado. A intensificação da experiência social do proletariado em suas manifestações ocasionadas pelas condições de trabalho e de vida sócio-econômica de modo geral" (127), surgem a nível do Poder Legislativo grupos de deputados que se voltam para a questão trabalhista, procurando canalizar as reivindicações operárias através de estatutos legais. Os deputados apontam "a ausência de uma legislação protetora dos trabalhadores como causa das agitações operárias. Para evitar tais agitações e até mesmo uma eventual revolução social, o Estado deve intervir positivamente, buscando conciliar como árbitro, os interesses conflitantes". (128) (grifo nosso)

No que se refere às condições de trabalho, Mendes (129), citando Gualberto, fala da ocorrência frequente de acidentes de trabalho no Rio de Janeiro e em São Paulo, conforme descreve Deane, "as condições de trabalho eram duríssimas (...) os acidentes se amiudavam porque os trabalhadores, cansados, trabalhavam além do horário, sem receber aumento de salário (...)" (130). A nível internacional, com o fim da I Guerra Mundial, em 1.919 era assinado o Tratado de Versailles, do qual o Brasil fora signatário, o que obrigava o Governo a cumprir determinadas recomendações em favor dos operários.

Surge, assim, a preocupação de tratar a questão social não mais como "um caso de polícia" e procura-se legislar sobre o trabalho, ainda sob a vigência da Constituição de 1.891. A atuação parlamentar em relação ao problema ganha intensidade "e o

(126) Viana, L.W. - op. cit., pp.55-53.

(127) Simão, A. - op.cit., pp. 101 e 130.

(128) Munakata, K. - op. cit., p. 30.

(129) Mendes, R. - Medicina do Trabalho & Doenças Profissionais, Ed. Sarvier, 1.980, São Paulo, p. 14.

(130) Deane, W. - A industrialização de São Paulo, Ed.Difel, 3a. edição, s.d., p. 164.

primeiro fruto disso é a lei acidentária de 15/01/1.919, o Decreto Legislativo nº 3724, estabelecendo a responsabilidade patronal em casos de acidentes no trabalho". (131) (grifo nosso)

Esta lei é promulgada "após a greve geral operária de 1.917, quando 45 mil operários de diferentes categorias paralisaram a cidade de São Paulo, principal centro industrial do país". (132)

Contudo, o patronato se mobiliza afim de interferir no regulamento da lei "para retirar da questão do acidente de trabalho qualquer conotação que desabone os patrões: se os acidentes ocorrem, isto não se deve à negligência dos patrões, mas ao "risco profissional", inerente a qualquer trabalho". Além disso, "trata-se de impedir a participação operária na fiscalização e controle dos acidentes, o que fortaleceria o poder de barganha dos sindicatos, além de permitir-lhes o acesso ao interior das empresas". (133)

De fato, a teoria do risco profissional que irá fundamentar juridicamente toda a legislação acidentária posterior, envolve objetivos ideológicos marcados e merece alguns comentários.

Ela mascara a forma de consumo da força de trabalho sob o capital, pautada na apropriação do trabalho excedente, na preocupação com a produtividade crescente e no lucro; consequentemente, possibilita ser imputada ao trabalhador a maior parcela da culpa na ocorrência dos acidentes de trabalho, através do conceito de "ato inseguro", tão difundido pelos órgãos oficiais que tratam da segurança no trabalho.

Veja-se o que afirmam Opitz & Opitz:

"Quando procuramos investigar (...) as causas desde risco profissional (...) deparamos com gênese vária, onde se encontram estas principais determinantes: a imprudência do operário que se acostuma à tarefa e se descuida torna-se afoito e é vitimado (...), a fadiga, promovendo é óbvio, o cansaço da atenção e condicionando o momento do acidente; o hábito, facilitando as operações que se repetem e se automatizam (...) livres cada vez mais das peias da crítica, não passando já pelo crivo da inteli-

(131) Munakata, K. op.cit., p. 34.

(132) DIESAT, Documento final da I Semana de Saúde do Trabalhador (SEMSAT), p. 11, monografia, maio de 1.979.

(133) Munakata, K. - op. cit., pp. 35-36.

gência (...) a falta de aprendizagem (...) a falta de exame prévio (...) no que diz respeito à saúde física e no que tange à aptidão psíquica (...)" (134) (grifo nosso) Ou seja, não é a forma de organização do trabalho objetivado, com sua divisão técnica alienante, que separa a atividade manual da mental e cujo ritmo é ditado pela máquina, repetitivo, monótono, baseado na produção do valor de troca, que esmaga o trabalhador dentro da indústria capitalista moderna, o responsável pelos acidentes de trabalho; mas o próprio operário a quem não é dada sequer a oportunidade de usar seu tempo livre numa formação profissional conveniente para no futuro poder exercer a profissão, dentre outros fatores, devido à tenra idade em que entra no mercado de trabalho.

E mais, (...) "existe, sim, esse risco profissional. E se assim é, uma consequência disso deveria advir para a sua aplicação à justiça que promove a indenização pelos danos sofridos no exercício do trabalho (...) Reclama-se, justamente, a instituição da doutrina do risco profissional em lei nela apoiada sem o que seria inoperante toda tentativa legítima de indenização (...) todos sentindo a necessidade de um sistema que traduzisse um pensamento de justiça de proteção indispensável às classes operárias". (135) Ocorre que, em "uma sociedade capitalista (...), os acidentes do trabalho não são sofridos e suportados do mesmo modo por todas as pessoas. As maiores vítimas do processo são (...) os operários, que sofrem o desgaste de sua força de trabalho (...) e, cabe ao Estado, mistificado em um papel de regulador e distribuidor de benefícios sociais, encontrar meios para mitigar as consequências do processo de desenvolvimento das relações de produção capitalista". (136) (grifo nosso)

Esta primeira lei acidentária instituía uma proteção "bastante reduzida, porque não previa a indenização das doenças relacionadas às condições de trabalho (as doenças profissionais atípicas) mas, somente, das moléstias resultantes exclusivamente das características (...) de certas funções (...) e havia a exigência de que o acidente de trabalho representasse a causa única da incapacidade (...) não estabelecia a obrigatoriedade do seguro que garantisse o pagamento, cabendo a responsabilidade inden

(134) Opitz, O. & Opitz, S. - Medicina Social e do Trabalho, principalmente cap. XIX, pp. 249-250, 1.977.

(135) Opitz, O. & Opitz, S. - op.cit., pp. 250-251.

(136) Costa, M.R. - As vítimas do capital, p. 13-14, Ed. Achiamê, 1.980.

zatória aos patrões." (137) o que tornava incertas as liquidações dos danos, principalmente no caso das pequenas empresas, "que eram a maioria nesta época" (138).

A lei acidentária seguinte, o Decreto nº 24637 de 10/7/34, é sancionada após a Revolução de 30, surge num período de aceleração da industrialização, com a decadência dos negócios da agro-exportação do café, que a crise do capitalismo acelerara em 1.929 e numa conjuntura em que o "Estado (...) sem ser capitaneado por um empresariado economicamente forte, terminou por promover os interesses industriais e assumiu características específicas (...) destacam-se seu papel central como agente produtor direto e como regulador do jogo econômico, e sua posição de árbitro das disputas (...) que concebia o interesse geral em termos amorfos, quanto a seus contornos de classe, acentuando o caráter nacional, 'popular', autônomo e autoritário da gestão estatal", (139) Neste momento os conflitos entre a burguesia industrial e o Estado tendem a se resolver pois "há a franca identificação com o chamado direito social quando a estrutura corporativa sindical se constitui no projeto consensual das classes dominantes (...) Em apenas 10 anos, verifica-se um deslocamento do ultra-liberalismo ao corporativismo (...)". (140) (grifo nosso)

Como assinala Munakata, "já não mais interessava à classe dominante a organização da sociedade nos marcos do liberalismo (...) a indústria não pode ser abandonada ao jogo da livre concorrência (...) deve ser defendida"; pelo Estado, mas não um Estado liberal, "que age sob pressão do livre jogo da correlação de forças políticas (...) e acaba criando leis, que, além de frearem o desenvolvimento industrial, abrem brechas para a agitação da ordem e até mesmo a revolução. Deve ser um Estado racional e racionalizador (...) dirigido por técnicos especializados, (...) competentes, objetivos, neutros, que defendam o interesse geral da Nação, no caso a própria industrialização (...) era preciso neutralizar o crescimento da pressão da classe operária, através de uma solução institucional à questão social". (141) (grifo nosso)

(137) DIESAT-Documento final do Forum de Debates:Acidentes de Trabalho, uma questão política, econômica e social, fev.81,p. 6, monografia.

(138) Simão, A. - op. cit., p. 43, tabela 7.

(139) Almeida, M.H.T. - "O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", Debate e Crítica, 6:49-74, julho de 1975 p. 52.

(140) Viana, L.W. - op.cit., p. 63.

(141) Munakata, K. - op.cit., pp. 63-64.

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1.930, está definido aquilo que seria "o aparelho estatal munido de instrumentos teóricos, técnicos e racionais, neutros e objetivos, capazes de operar a redefinição do lugar das leis trabalhistas. Para isso o (novo) Ministério conta com um séquito de teóricos do corporativismo." (142)

Em 1.931 surge o Decreto de sindicalização segundo o qual sô poderia haver um sindicato por categoria, devendo ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho. A Constituição de 34 restabelece o pluralismo e autonomia sindicais, logo depois limitados por Decreto do Poder Executivo.

Para a teoria corporativista os conflitos de classe no interior do processo de produção capitalista se devem "à ausência de leis que regulem a vida econômica (...) para se processar uma reordenação da sociedade, de modo a que não haja mais a luta de classes. (...) a classe é agora a corporação e patrões e trabalhadores formam um sô grupo (...) de defesa da profissão, criam se (...) laços de solidariedade, harmonia e colaboração (...) patrões e trabalhadores passam a se chamar, respectivamente empregadores e empregados; o contrato (...) torna-se convenção". (143) (grifos do autor).

Com isso, na nova lei acidentária, não se fala mais em patrão e operário mas em "empregadores" e "empregados" - domésticos, aprendizes, que trabalham sem remuneração e empregados em empresas de serviços públicos". (144)

De acordo com os postulados relativos aos laços de "solidarietàade", "harmonia" e "colaboração", a referida lei "obrigou os empregadores a manter o contrato de seguro ou, facultativamente, efetuar depósito caucionário no Banco do Brasil ou nas Caixas Econômicas da União, aboliu a exigência do acidente ser a causa única da incapacidade e amparou também as doenças das condições de trabalho, ampliando o conceito de acidentes do trabalho, incluindo entre estes, qualquer doença produzida pelo exercício do trabalho ou em consequência dele." (145) Permitia à vítima do acidente reclamar judicialmente se não estivesse satisfeita com a assistência médica prestada, exigindo substituição.

(142) Munakata, K. - op.cit., p. 66.

(143) Munakata, K. - op.cit., p. 67.69.

(144) DIESAT - Fórum de Debates: Acidentes de Trabalho - uma questão social, política e econômica - fev. de 1.981, p. 6, monografia.

(145) DIESAT - op.cit., p. 11; 1.981.

A 3a. Lei Acidentária é decretada em 10/11/44 e nela os acidentes no trabalho passaram a ser acidentes do trabalho. Naquela conjuntura em que a sociedade estava mobilizada pela participação do Brasil na II guerra, contra o nazi-facismo e pela derrubada do Estado Novo buscando-se os instrumentos para a destituição de Vargas pelas forças armadas. Conforme Viana, " a crise político-institucional do regime tendia a se agravar pelo fato do descumprimento de disposições essenciais da Carta de 1.937 (...) que dispunha sobre o período presidencial de Vargas (...) valendo a renovação de seu mandato até a realização do plebiscito (...) em 1.942. Com a suspensão das eleições plebiscitárias, em razão do Estado de Emergência provocado pela Guerra, as pressões redemocrátizantes se operam num quadro de indefinição institucional (...) " (146)

Diante da situação desfavorável, Vargas procura obter apoio político nas classes subalternas, "já que em 1.944(...) com o progressivo abandono do Regime corporativo autoritário pelas facções das classes dominantes(...) proporá um novo sentido para a mobilização das classes subalternas (...) perceberá no movimento operário Sindical o melhor aliado para a defesa de suas posições. Daí a permissão tácita para a organização do MOVIMENTO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES (MUT) (que rompe com o verticalismo da organização Sindical) em 30/04/44 e a celebração, em novembro de 44 de um CONGRESSO SINDICAL unitário em Minas Gerais. O interlocutor do chefe do Estado não é mais o sindicalismo organizado, mas a massa dos assalariados em geral (...) atacado pelas classes dominantes, procura estabelecer uma ponte direta de comunicação com as classes subalternas(...) O populismo de 1.944, radicalmente diverso daquele do início da década (...) teve sua principal característica no fato de representar uma aliança do Estado com as classes subalternas contra determinados setores das classes dominantes ". (147) (grifo nosso)

Nessa busca de aproximação com a "massa de assalariados", inclui-se a aprovação do Decreto Lei 7036 de novembro de 1.944, considerada até hoje a Lei relativa aos Acidentes de Trabalho mais completa quanto à proteção dos trabalhadores e seus dependentes

(146) Viana, L.W. - op.cit, pp.243-244.

(147) Viana, L.W. - op.cit., pp.248-250.

tes. Este dispositivo legal alargou o âmbito das indenizações, consagrando a teoria da CONCAUSA de modo expresso e bem claro, isto é, " deixou patente o cabimento das reparações nos casos em que o acidente ou as condições de trabalho, não fossem a causa única da incapacidade, bastando que concorressem para o resultado lesivo. Portanto representassem causa concorrente. Impôs a celebração de seguro, por parte dos empregadores, ainda que as seguradoras contratadas efetuassem a destinação de importâncias em dinheiro (...) para a garantia do pagamento de cada processo acidentário (...) Previu penalização das seguradoras, através de multa (...) caso não oferecessem, em juízo, o pagamento (...) aos acidentados (...) dentro do prazo máximo de 60 dias. Ampliou a abrangência da cobertura para empregados domésticos, presidiários e rurais. Exigiu a comunicação, pelos empregadores de todos os acidentes e doenças profissionais diretamente à autoridade judiciária (...)". (148)

No capítulo XII cuidou de forma explícita, "Da prevenção de acidentes e da higiene do trabalho", obrigando em seu artigo 77 ao empregador proporcionar a seus empregados a máxima segurança e higiene no trabalho (...) protegendo-os especialmente, contra as imprudências que possam resultar do exercício habitual da profissão. Percebe-se aqui também a ênfase na imprudência, "no ato inseguro", desconsiderando-se a questão da organização do trabalho e das condições de trabalho na gênese do acidente. No artigo 79 já previa a expedição de instruções especiais dos empregadores aos seus empregados, como "ordens de serviço", às quais compete aos trabalhadores cumprir rigorosamente sob pena de punição, dando assim ao empregador a autonomia para propor unilateralmente medidas de prevenção de acidentes. No artigo 80 previa penalidades ao empregador caso resultasse de "transgressão por parte do empregador dos preceitos relativos à prevenção de acidentes e à higiene do trabalho". No artigo 82 estabelecia que nas empresas com mais de 100 empregados deveria ser providenciada a organização de "comissões internas, paritárias, para atuar nas questões de prevenção de acidentes, apresentar sugestões sobre orientação e fiscalização das medidas de proteção ao trabalho, realizar palestras, propor prêmios e concursos e tomar providências para educar o empregado na prática de prevenir acidentes", preceitos que posteriormente seriam cristalizados nas atividades das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs).

(148) DIESAT, op.cit., pp.10-11. 1.981

Sobre a reabilitação para o trabalho após acidentes, tratava no capítulo XIV, "Da readaptação profissional e do reaproveitamento do empregado acidentado", conforme estabelecia o artigo 90: "A readaptação profissional que é devida a todo incapacitado do trabalho, tem por objetivo restituir-lhe, no todo ou em parte, a capacidade na primitiva profissão ou em outra compatível com suas novas condições físicas". Permitiu, ainda, a "reclamação à autoridade judiciária, pelo acidentado, contra a forma porque lhe estivesse sendo prestada a assistência médica, farmacêutica e hospitalar", possibilitando assim que o trabalhador pudesse interferir na assistência que lhe era prestada. Houve também uma ampliação de benefícios, sendo que a maior indenização era calculada com base no salário de 4 anos de trabalho e não 3 anos como na anterior. Explicitava, ainda, que os direitos decorrentes do acidente não excluam os direitos previdenciários.

O acidente passa a ser indenizável mesmo que decorra de sabotagem, imprudência ou negligência de terceiros e mesmo que seja decorrente de desabamento, inundação ou incêndios e é indenizável quando acontecer em período destinado ao descanso, à alimentação ou à satisfação das necessidades fisiológicas, no local de trabalho. É também considerado acidente do trabalho o que ocorre em viagem a serviço do empregador. Percebe-se pois que assim, "o Estado chamou a si o papel de garantir certos direitos (...) dos assalariados quanto a condições de trabalho, forçando as empresas a ceder aos trabalhadores o que, em outras circunstâncias, deveria ser obtido pela pressão direta". (49)

Quanto às chamadas doenças profissionais típicas-inerentes ou peculiares a determinados ramos de atividades - cuja relação seria organizada e publicada pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) e revista trienalmente (art. 2º § único da Lei) sua relação somente é atualizada pela Portaria nº 10 de 23/11/64, revogando Portaria nº 9, de 30/05/47. A intenção explícita de se rever trienalmente o rol de doenças profissionais à medida em que se dava a evolução das forças produtivas, da tecnologia incorporada ao processo produtivo, em suma dos possíveis riscos, após 1.947, foi colocada em prática somente 17 anos depois, em 1.964, quando apenas 20 "agentes" foram considerados causadores de doenças profissionais típicas, entre eles o ar comprimido, as radiações ionizantes e vários "agentes" químicos tais

(49) Almeida, M.H.T. - op. cit., pp. 53-54.

como: chumbo, mercúrio, fósforo, arsênico, asbestos, monóxido de carbono, etc...

A próxima lei acidentária, a quarta, surge após a ruptura político-institucional de 1.964, com a derrubada do governo constitucional que foi acompanhada de um processo de submissão quase total dos sindicatos ao poder do Ministério do Trabalho, quando ocorreram intervenções em sindicatos, cassações de diretorias, prisões de líderes, perseguições e até mortes de muitos de les.

Surge num momento de rearticulação do aparelho de Estado e na esteira de medidas racionalizadoras e centralizadoras por parte do Governo, visando viabilizar um novo ciclo de acumulação capitalista que seria conhecido como o "Milagre Brasileiro", calçado no controle salarial, na proibição do direito de greve e na perda da estabilidade de emprego com a instituição em 1.966 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A 4a. Lei acidentária, editada na vigência do Ato Institucional nº 4, é o Decreto-Lei nº 293 de 28/02/1.967. "Extremamente lesiva aos trabalhadores, trazia em si algo muito grave que era a anulação do esforço de tirar-se o seguro de acidentes do trabalho da órbita privada e passá-la para a esfera da Previdência Social. Com isso voltava a existir a concorrência entre as seguradoras privadas e a Previdência Social, na medida em que a presentava a necessidade do empregador transferir a cobertura do seguro à entidade seguradora privada. O pagamento das indenizações do seguro não excluía os benefícios que o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) concedia aos acidentados, seus associados. Trazia uma lista de doenças profissionais suscetível de ser revista ou acrescida por Decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), ouvido o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNS P)" (150) com a evidente ingerência dos interesses das seguradoras privadas na definição de questões relacionadas aos trabalhadores, o que no mínimo era questionável dados os interesses conflitantes em pauta. Esta lista de doenças reproduzia os mesmos agentes e as mesmas atividades consideradas nocivas à saúde, já arroladas na Portaria nº 10 de 23/11/64. O Decreto-Lei nº 293 eliminou o conceito de CONCAUSA e passou a considerar o acidente de trajeto

(150) DIESAT - Documento final do Fórum de Debates, "Acidentes do Trabalho: uma questão social, política e econômica, fev. de 1.981, monografia, p. 7.

como acidente do trabalho.

Conforme o Documento final do Fórum de Debates: Acidentes de trabalho: uma questão social, política e econômica, "as normas lesivas aos trabalhadores (e, portanto, favoráveis aos interesses econômicos das seguradoras particulares que atuavam no ramo), provocaram reações enérgicas em todo o país, a ponto de não haver, sequer chegado a ser regulamentado, tendo existên-cia curta" (151) (grifo nosso)

Outro aspecto que merece ser analisado, no sentido de explicar a revogação do Decreto 293 é aquele ligado à estratégia do Estado brasileiro no período, de priorizar sua atividade empresarial em áreas de infra-estrutura, mas essenciais para o processo de crescimento econômico que duraria até 1.974. Para isso, interessava ao Estado captar poupança forçada para aplicá-la em obras várias, hidrelétricas, estradas, dentre outras, e o montante dos seguros de acidentes de trabalho era um palpável aporte de recursos financeiros, uma vez implantado o monopólio estatal do seguro de Acidentes de trabalho, o que veio a acontecer apenas 7 meses após a revogação do Decreto-Lei nº 293, pela Lei nº 5316 de 14/09/67. Não seria esta uma das razões importantes da implantação do monopólio estatal?

Assim, a 5a. lei acidentária, a Lei nº 5316 de 14/9/67, viria substituir em poucos meses o Decreto anterior.

Conforme apontam alguns estudos, a Lei nº 5316/67, "sem dúvida, revelou grandes méritos, com a estatização do seguro a cidentário, eliminando as atividades das empresas seguradoras no setor, (...) obviamente voltadas para o lucro, com o agravante de ter sucedido a liquidação por insolvência, de algumas de las, como a "Segurança Industrial" e a "Protetora". A adoção, em lugar da reparação em dinheiro, sob forma de capital, pela de prestações mensais reajustáveis, nos casos de incapacidades su periores ao Índice de 25% igualmente comporta destaque". (152) Com essa observação o órgão intersindical (DIESAT) procura le vantar o problema da não cobertura previdenciária, levando o trabalhador à insegurança, quando da sua vinculação a companhias seguradoras privadas cujo fim era sempre lucrativo, além de apontar a vantagem da incorporação do adicional ao salário para as incapacidades permanentes parciais.

(151) DIESAT - op.cit., p. 8. 1.981

(152) DIESAT - op.cit., p. 8. 1.982

Contudo, o mesmo documento coloca de forma crítica as grandes falhas apresentadas pela Lei, quando assinala:

"[...] a Lei nº 5316/67 não se preocupou tanto com o trabalhador e seus dependentes como o Decreto-Lei nº 7036/44.

"(...) tentou transferir a competência da Justiça Estadual para a Federal, para processar e julgar as demandas acidentárias, cometendo inconstitucionalidade que o Supremo Tribunal Federal declarou, em julgamento memorável (...)

"Buscou também, criar a obrigatoriedade de prévia reclamação administrativa, como condição para o procedimento judicial (...) até que com as modificações introduzidas pelo Decreto nº 71037, de 29/08/72, acabou impondo essa condição, que desestimulou a defesa de seus direitos, pelos acidentados (...)

"Procurou (...) restringir as hipóteses de proteção legal, com o estabelecimento do nexo causal direto entre o evento laboral e a incapacidade; o afastamento das doenças degenerativas e ligadas a faixas etárias, a abolição de prazos para o pagamento e, da própria multa de 25% nas hipóteses de atraso ou omissão (...) eliminação da penhora sobre os bens da Previdência Social" (...) Essas modificações para pior foram feitas através do Decreto-Lei nº 893 de 29/09/69 (...)"

"As conquistas dos acidentados, relativas à prevenção de acidentes e doenças do trabalho, a reabilitação profissional, (...) à reclamação da assistência médica-hospitalar à autoridade judiciária, ficaram preteridas". (153)

Tais retrocessos da Lei nº 5316/67 em comparação com o Decreto-Lei nº 7036/44, podem ser explicadas pela estratégia da Previdência Social naquele momento, no sentido de obter o monopólio do seguro acidentário via INPS, ao lado de procurar um "maior entrosamento entre as prestações infelizmente e as previdenciárias. Uma etapa a mais no sentido da completa integração do seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social, conforme consta dos objetivos da nova lei". (154) Em consequência disto o benefício decorrente do acidente de trabalho exclui o benefício previdenciário.

(153) DIESAT - op.cit., pp. 8-9, 1.981.

(154) Revista Saúde Ocupacional e Segurança - "Seminário sobre a nova lei de acidentes de trabalho, vol. 12(2), 1.977

A ratificar esta posição, estão as medidas de restrição do conceito de doença do trabalho, com a exclusão das doenças degenerativas e inerentes a grupos etários e, finalmente, o fundamento jurídico que embassou a lei, ou seja, "a teoria do risco profissional", ampliada pela "teoria do risco social" a qual justificava a proteção contra o acidente de trajeto, quando de corrente de risco genérico, (...) que escapa inteiramente à vigilância do empregador". (159) (grifo nosso)

Ainda segundo o documento do DIESAT, já citado "durante a vigência da Lei nº 5316/67, a proteção aos acidentados e seus dependentes foi declinando significativamente ...

"Em consequência, o número de ações propostas decresceu brutalmente. É impressionante o fato de que, na Comarca de São Paulo o número de ações propostas pelos trabalhadores caiu de 23296 em 1.966, na vigência do Decreto-Lei nº 7036/44, a 7518 em 1.972 e 6414 em 1.975, com a promulgação da Lei nº 5316/67 (...) Entre 1.972 e 1.974 apesar de haver aumentado a população operária segurada, e (...) de haver o número de acidentes atingindo cifras catastróficas" (...)

O número de feitos nos cartórios de São Paulo não acompanha as estatísticas de índices de acidentes de trabalho no período 1966 a 1975. Isto é, os resultados da lei não refletem a dinâmica social, ao contrário, a contradiz!

Quanto aos benefícios, a Lei nº 5316/67 criou dois novos benefícios: o pecúlio para os casos de incapacidade parcial e permanente de até 25%, invalidez, no caso indicado e morte; e o auxílio acidente, nas hipóteses de incapacidade parcial e permanente superior a 25%, que não impedisse o exercício do trabalho. A indenização por incapacidade parcial permanente tem como teto 60% e não mais 80% (Lei de 1.944) e 100% (Decreto-Lei nº 293/67).

Finalmente, a lei garante verbas para a implantação da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), já prevista na Lei nº 5161 de 21/10/66, ao reservar 0,5% da contribuição para custeio do seguro de acidentes, a cargo do empregador, calculada na folha de salários de contribuição da Previdência Social, observada a experiência de risco da empresa através da tarificação individual. (a contribuição era de 0,4% a 0,8%, conforme a natureza da atividade da em

(159) Revista SOS, vol. 12(2), 1.977, p. 85.

presa). Com a criação da FUNDACENTRO em São Paulo, dois anos depois, em 1.969, o Estado procurava se aparelhar para atuar no campo da segurança e da prevenção de acidentes do trabalho e doenças profissionais, como consta dos estatutos do órgão.

Nove anos depois, foi editada a atual lei acidentária, de nº 6367, em 19/10/76, que prossegue na linha de cada vez mais incorporar o seguro de acidentes na Previdência Social, agora, numa conjuntura em que se prenunciava a crise financeira do sistema previdenciário já presente de forma latente na segunda metade dos anos 70 mais especificamente a partir de 1.977, e que se agravou drasticamente nos anos 1.980/81.

O documento do DIESAT assim comenta o que representou a edição da Lei nº 6367/76:

"A Previdência Social, querendo fazer do seguro de acidentes do trabalho uma rica fonte de lucros, conseguiu a revogação da Lei nº 5316/67. Como se não bastassem as somas fantásticas auferidas, proporcionando saldos de bilhões de cruzeiros, procurou-se arrecadar mais e cada vez mais, cobrando importâncias maiores das empresas e reduzindo-se os valores dos benefícios pagos aos acidentados e, até, eliminando a maioria deles, pura e simplesmente.

"Assim, (...) a Lei nº 6367/76, (...) traduz verdadeira mutilação dos direitos sofridamente conquistados pelos trabalhadores no curso de muitos anos (...) em flagrante retrocesso, aboliu a reparação das incapacidades menores, de até 25%, que vinham sendo liquidadas mediante o pagamento de um pecúlio (...) incorporado aos salários". (156) (grifo nosso)

Frize-se que, conforme demonstra Possas (157) as reparações das incapacidades menores representavam uma grande parte dos benefícios pagos até 1.976 pela Previdência Social. É importante assinalar que outra medida trazida pela lei em seu artigo 5º § 2º "benefício por incapacidade (será devido) a contar do 16º dia do afastamento do trabalho, cabendo à empresa pagar a remuneração integral do dia do acidente e dos quinze dias seguintes" (grifo nosso) - veio se articular à abolição do pecúlio por incapacidade menor, para o sub-registro de acidentes. Explican-

(156) DIESAT - Documento final do Fórum de Debates: acidentes de trabalho: uma questão social, política e econômica, fev. de 1.981, p. 10.

(157) Possas, C.A. - Saúde e Trabalho: a Crise da Previdência Social, Ed. Graal, 1.981, pp. 112-113, R.J.

do melhor: uma vez que ao trabalhador está vedada a reparação no netária das incapacidades menores, êle não mais terá o canal legal para reclamar este direito, o que aliado à obrigatoriedade da empresa remunerá-lo nos 15 primeiros dias pês acidente, facilita sua manutenção na produção, sem notificá-lo à Previdência Social, prestando-lhe assistência nos seus próprios serviços médicos, pois os acidentes menores se resolvem geralmente em menos de 15 dias. Além disso, a Previdência, já em 1.975, através da resolução do INPS de nº 900.10 de 17/10/75, permitiu que as empresas médicas mediante convênio passassem a fazer o atendimento médico e os registros dos acidentes de trabalho, antes de exclusiva competência do INPS (158). Com isso são conjugados dois tipos de interesses: por parte da Previdência, o da diminuição do número de acidentes, e, por parte das empresas, o da manutenção do acidentado na produção, muitas vezes em atividades mais leves, mas produtivas, o que contribui também para modificar o enquadramento da empresa nas classes de risco referentes ao pagamento do seguro de acidentes. Hoje é comum a existência nas empresas do cadastro de acidentes de trabalho com duas especificações: "acidentes comunicados" e "acidentes não comunicados", pois mesmo no caso dos acidentes "não comunicados" a empresa interessa computar com a finalidade de calcular seus "custos indiretos" sobre a produção. Tal situação tem sido denunciada pelos sindicatos dos trabalhadores nos vários jornais e boletins. (159)

Se, por um lado, vem ocorrendo um sub-registro dos acidentes de trabalho como um todo, na medida em que os acidentes menos graves não são comunicados, mediante os expedientes aponta dos anteriormente, levando a uma diminuição das estatísticas de acidentes globais a partir de 1.976, uma análise mais detida dos acidentes segundo consequência, por outro lado, dará uma visão mais real de consumo da saúde da força de trabalho entre nós. Senão veja-se a tabela abaixo:

(158) DIESAT - Documento final do Fórum de Debates Acidentes de trabalho: uma questão social, política e econômica, fev./81, p.2, monografia.

(159) Ver a respeito Boletim Operário Inteiro "OI", do Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Osasco e Jornal Tribuna Metalúrgica do Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

ACIDENTES DO TRABALHO SEGUNDO CONSEQUÊNCIA
BRASIL E SÃO PAULO, 1.971 e 1.982

ANO	LOCAL	Nº TOTAL DE ACIDENTES	INCAP.PERM.	APOSEN TADORI AS	MORTES	MORTES POR 1000 ACIDENT.
1.971	Brasil	1.370.812	42.163	689	2.559	1,86
	S.Paulo	614.931	15.062	301	815	1,32
1.982	Brasil	1.218.922	31.816	5.582	4.496	3,69
	S.Paulo	535.648	7.983	1.993	1.218	2,27

Fontes: Mensário Estatístico do INPS-1.971
MTb/ FUNDACENTRO - 1.982

Em 1.971, para cada 2.000 acidentes havia 1,0 aposentado_{ria}, em 1.982, para cada 2.000 acidentes houve 9 aposentadorias, além de ter havido quase que o dobro de mortes por acidentes com parando-se os dois anos. Como refere Costa em seu estudo com tra balhadores acidentados que procuravam benefícios junto ao INPS,

"Um dos problemas específicos dos acidentados, conforme foi apresentado na pesquisa, é a volta ao mercado de trabalho". (60)

Levantamento realizado recentemente pelo DIESAT a respei_{to} do problema da reabilitação profissional mostrou que tem dimi_{nuido} através dos anos o retorno do acidentado para a mesma ati_{vidade} e, mais ainda, o retorno a atividade diversa tem aumenta_{do} "o que pode estar acontecendo devido a um agravamento das sequelas dos acidentes de trabalho" (61) e pela crise de desemprego principalmente a partir de 1.980/81. Em São Paulo em 1.971, 41,8% retornavam à mesma atividade e, em 1.982 somente 15%. Ocorre que o retorno ao trabalho é socialmente determinado como observa Costa "o objetivo implícito desses programas (de reabilitação) é o de fazer com que o segurado, ao retornar ao trabalho, deixe de receber os benefícios, passando a contribuir novamente para o INPS. (...) para evitar problemas de natureza social, facilita a readaptação sócio profissional ao maior número possível de acidentados. Mas, o que principalmente

(60) Costa, M.R. - As vítimas do capital, Ed. Achiamê, 1.980, p. 93.

(61) Boletim DIESAT nº 11 - "Incapacidades no trabalho, agosto set-out.-83, no prelo.

acaba determinando ou não o retorno ao trabalho é se, após o acidente o empregado continua a preencher as exigências das empresas, em particular, e do mercado em geral". (162) (grifo nosso)

Ao lado das restrições assinaladas, a nova lei mantém a contribuição para a FUNDACENTRO prevista na lei anterior, e introduz uma porcentagem de 1,25% da contribuição para custeio do seguro de acidentes do trabalho ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) para aplicação em prevenção de acidentes, mediante empréstimos sem juros às empresas, delegando a elas a prevenção dos riscos.

Quanto aos benefícios previstos pela lei nº 6367/76, o documento do DIESAT comenta:

"Em lugar do auxílio acidente, cujo índice variava de 30 a 60%, conforme a situação física e profissional do acidente, a lei estabeleceu o auxílio suplementar de 20% e o auxílio-acidente de 40%, isto é, reduziu a prestação mínima mensal de 30% para 20%, e a máxima por incapacidade parcial, de 60% para 40%. O cálculo dos benefícios sofreu modificação, também para pior, diminuindo-se o valor dos mesmos.

"As doenças relacionadas às condições de trabalho (tais como varizes, artroses, tuberculose, reumatismo, etc.), viram-se desprezadas, como se não existissem, voltando-se a 1.919, quando apareceu a primeira lei acidentária no Brasil". (163)

Quanto às situações de incapacidade que dão direito ao auxílio suplementar de 20%, em que a vítima pode (ria) continuar exercendo a sua função habitual, é valioso comentar dois exemplos do documento do DIESAT:

"a) o encurtamento de um dos membros inferiores em mais de 4 cm (até 4 cm nada é devido pela Previdência) (Quadro nº 7 do Decreto 79.037 de 24/12/76, que regulamentou a Lei 6.367/76);

b) continuação na função (...) (de pessoa) acometida de pneumoconiose (...) acarretando comprometimento comprovado, em grau médio, da capacidade funcional respiratória" (164) (Quadro

(162) Costa, M.R. - op.cit., p.94.

(163) DIESAT - Fórum de Debates - Acidentes do trabalho: uma questão social, política e econômica, fev. de 1.981, p.10, monografia.

(164) DIESAT - Documento final do Fórum de Debates - Acidentes do trabalho: uma questão social, política e econômica, fev. de 81, p. 10, monografia.

nº 9 , item b do Decreto 79.037/76).

Observe-se que fisiopatologicamente, as pneumoconioses são doenças que evoluem para a incapacidade respiratória total, a invalidez e a morte, na dependência do tempo de exposição às poeiras e da quantidade de poeiras aspirada. (65)

Estas situações "amparadas" legalmente refletem dois aspectos fundamentais da política adotada com a lei acidentária atual:

1) a total desconsideração de princípios científicos con sagrados e básicos em termos de prevenção de doenças e de medic na do trabalho;

2) o total descaso com que a Previdência trata os efeitos da exploração da saúde e da força de trabalho, em função da sua lógica economicista, em que o orçamento é prioritário, daí o corte de benefícios anteriormente existentes.

A mesma lógica é reproduzida no que se refere à relação admitida pela Previdência Social das chamadas doenças profissionais típicas e seus "agentes". Pela Portaria 3214/78, já comentada anteriormente, existem arrolados em torno de 150 agentes tóxi cos com os respectivos limites de tolerância. Destes 150 agentes, somente 19 são definidos em lei como causadores de doenças profissionais e assim sujeitas ao amparo com benefícios. Aos cerca de 130 agentes restantes, se propõe uma vez ultrapassados os limites de tolerância, adicionais de insalubridade em 3 graus, in clusive para uma série de substâncias comprovadamente cancerígenas. Assim, além da legislação não estar acompanhando a evolução da incorporação tecnológica na indústria brasileira de ponta e seus efeitos sobre a saúde, (a lista de agentes causadores de doenças foi acrescida de 1 (um) agente, o cádmio, comparando-se a relação de 1.964 e a de 1.976) ela possibilita que a exposição nociva a estes agentes, seja regulamentada oficialmente pela introdução dos adicionais de insalubridade somente previstos na le gislação brasileira. Outra aberração é o prazo de carência para a indenização por doença profissional, que se restringe a 5 anos, quando se sabe que o período de latência de várias doenças profissionais pode chegar a 30 anos, como é o caso das manifestações

(165) Ver a respeito Morgan, K.C. & Seaton, A. - Occupational Lung Diseases, Ed. W.B., Saunders Co., Phila, 1.975.

neoplásicas de várias substâncias. Este quadro irreal da legislação brasileira se afigura mais aberrante ainda, quando se sabe que as indústrias do moderno parque industrial do país não têm 30 anos de instalação, sendo a maioria delas como as indústrias automobilísticas, refino de petróleo, de meados da década de 50, e as petroquímicas e farmacêuticas mais recentes ainda. Tais indústrias utilizam uma gama muito grande de produtos nocivos, cujos efeitos de longo prazo não são sequer cogitados pela legislação que deveria amparar as vítimas do processo industrial que lhes expolia e consome a saúde. Acresça-se a isso o fato absurdo de que nem a hipo-acusia e a surdez profissional devida ao ruído industrial, muito menos as doenças articulares e angioneuróticas provocadas pelas vibrações mecânicas produzidas pelas máquinas, e que são extremamente comuns, são consideradas.

Na Itália, por exemplo, a relação de doenças profissionais na indústria tem 49 itens, envolvendo mais de 200 agentes causadores, inclusive prevendo-se períodos máximos para a indenização desde a cessação do trabalho que pode chegar a 30 anos, nos casos de "manifestações neoplásicas" das substâncias cancerígenas. (166) Percebe-se, pois, que o processo produtivo na indústria capitalista é expoliador e mutilante em qualquer situação concreta de trabalho, mas, em algumas sociedades o avanço e o grau de organização das forças produtivas - e principalmente do movimento operário-sindical - consegue determinar parâmetros de proteção e prevenção que são determinados historicamente em função das forças sociais.

Entre nós, a partir das duas últimas décadas as leis sociais em geral, e a acidentária em particular, sofreram progressivo retrocesso, determinado principalmente pela impossibilidade de participação dos trabalhadores na definição dos rumos da sociedade e pela articulação de interesses entre o Estado centralizador, tecnocrático, autoritário, anti-popular e as classes dominantes hegemonicamente representadas pelo capital financeiro e industrial multinacional. (167) A doutrina que embassou as leis acidentárias anteriores a 76, a "doutrina do risco profissional"

(166) Chiappino, G. & Tomasini, M. - Medicina e Igiene del Lavoro, Edizioni Libreria Contina, 1.979, Milano, pp.10-11.

(167) Ver a respeito: Oliveira, F. - A Economia da Dependência Imperfeita, Ed. Graal, 3a. edição, 1.980, principalmente caps. 3 e 4; Singer, P.I. - A Crise do "Milagre": interpretação da economia brasileira, 2a. edição, Ed. Paz e Terra, 1.976, principalmente caps. I, II, III e Prestes, A.L. - "A Formação do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades", Revista Temas de ciências Humanas, nº8:41-77, 80.

foi passando gradativamente para a "doutrina do risco social", consagrada pela lei de 1.976 em que contraditoriamente a medida que se restringe direitos, se divide o seu ônus com toda a sociedade. Veja-se a justificativa de Celso Barroso Leite, naquela época Secretário da Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS): "a teoria do risco profissional prende-se também ao entendimento de que, pertencendo à empresa as máquinas normalmente manejadas pelo empregado, ela deve responder pelo risco que sua utilização envolve (...) Essa concepção pode ter tido sua razão de ser, mas hoje está ultrapassada, não só pelo seu teor de paternalismo mas porque a mecanização das atividades é um imperativo tecnológico. Daí se ter afirmado com propriedade que o risco profissional constitui, de fato, o risco do progresso, inerente ao anseio humano por recursos técnicos mais avançados". (168) (grifo nosso)

A exposição de motivos nº 19 de 20/05/76 do MPAS, para justificar as mudanças da nova lei acidentária é ainda mais clara:

"Em verdade, o que se impõe com crescente nitidez é enquadrar cada vez mais os infortúnios profissionais e o seguro respectivo, enquanto conservem sua discutível autonomia, nos princípios, normas e critérios inerentes aos riscos sociais sem embargo das suas ultrapassadas origens no seguro privado. Na gradual transição da teoria do risco profissional para a do risco social, que vem se operando na doutrina e na realidade, um importante passo a frente foi, por conseguinte, a estatização do seguro". (169) A tendência nítida que se delinea é a de que o seguro de acidentes e doenças do trabalho deva desaparecer, dada a sua "discutível autonomia".

Trata-se pois, em nome do "desenvolvimento da sociedade" e do "progresso humano", que traz em seu bojo a inevitabilidade dos acidentes, tornar isentos o patronato e o capital da culpa e dividir então com toda a sociedade o ônus dos prejuízos sociais, para alcançar o pleno desenvolvimento.

Cabe então ao trabalhador, a maior vítima do sistema de

(168) Leite, C.B. - (conf) Seminário sobre a nova lei de Acidentes de trabalho, in Revista de Saúde Ocupacional e Segurança, XII(2) p. 140, 1.977.

(169) Revista Saúde Ocupacional e Segurança, XII(2): pp.85-86, 1.977.

produção capitalista "selvagem" instalado no país, dirigir sua reclamação à Previdência Social, pois a contribuição patronal também compõe o fundo comum para indenizações de infortúnios. Mas, esta contribuição deve ser de forma a não sobrecarregar o capital, daí eliminar-se a tarifação por empresa, que "se tem mostrado ineficaz como estímulo às medidas de prevenção" e, mais, "atribuir-se à empresa a responsabilidade pelos danos que o acidente de trabalho cause ao empregado (...) É a pré-história das relações de trabalho, quando o próprio contrato se localizava na órbita eminentemente individualista do Direito Civil". (170) (grifo nosso) Ou seja, as concepções liberais do contrato de trabalho entre dois indivíduos, o que compra e o que vende a força de trabalho no mercado, já não valem mais aos interesses da burguesia industrial pois ficaria muita clara a culpa do empresário. É preciso então, "enquadrar cada vez mais os infortúnios (...) nos princípios, normas e critérios inerentes aos riscos sociais", conforme a exposição de motivos da lei, vazada em puro linguajar corporativista consentâneo com a posição do Estado intervencionista e racionalizador, para o qual toda a sociedade harmonicamente estruturada - empregados e empregadores - se solidarizam. Mas que o ônus seja também dividido de forma racional pois "a classificação das empresas (...) nas mencionadas categorias de risco, não deve ser feita de maneira arbitrária pelo MPAS e sim de acordo com o critério de experiência de risco, no qual as empresas se rão automaticamente enquadradas (...) (art. 15º, §2º da lei)" Surpreendentemente, a tabela que acompanha o regulamento já deveria ter sido organizada conforme o aludido critério. Não foi o que sucedeu em todos os casos, como, por ex., no da indústria automobilística que, a despeito do reduzido número de acidentes, foi classificada no grau 3 (...) risco grave. Todavia esta anomalia só poderá ser corrigida depois de expirado o próximo triênio e levando-se em conta a experiência do período". (171) (grifo nosso)

Ocorre que, comparando-se os dados de acidentes numa empresa multinacional do setor automobilístico, com sede na Alemanha, em sua fábrica Matriz e os da subsidiária nacional, os índices são muito maiores no Brasil (172), o que comprova que os "graus de risco" não são dados ao acaso, pelo progresso, mas são consequência do nível de exploração da força de trabalho nas relações sociais de produção, historicamente determinadas.

(170) Leite, C.B. (conf.) - Seminário sobre a nova lei de acidentes de trabalho in Revista de Saúde Ocupacional e Segurança XII(2): p.140-41, 1977.

Neste tópico procurou-se mostrar que as leis acidentárias brasileiras principalmente nas duas últimas décadas, representaram um retrocesso em termos sociais para a massa trabalhadora tais como a perda de benefícios, a descaracterização das doenças profissionais atípicas, critérios muito rígidos para a determinação de incapacidades, impossibilidade de acumular benefícios previdenciários e acidentários.

Do ponto de vista conceitual, um aspecto que deve ser lembrado no que se refere às doutrinas jurídicas que embasam a legislação acidentária e, que sem dúvida, tem repercussões práticas, é o relativo ao conceito de segurança e acidente de trabalho e de higiene e doença profissional.

Explicando melhor: até o Decreto nº 24.637 de 10/07/34 - a segunda lei acidentária brasileira - falava-se em acidente no trabalho, ou seja, o acidente ainda era considerado um evento casual. Já no Decreto-Lei nº 7.036 de 10/11/44 - a quarta lei acidentária - surge a expressão acidente do trabalho, assumindo então o acidente o caráter de um acontecimento inerente ao processo de trabalho e, de certa forma, inevitável no sentido da possibilidade da sua eliminação ou mesmo redução a um nível mínimo. Por outro lado, a doença profissional é considerada pela legislação algo evitável e, do ponto de vista da saúde no trabalho, da prevenção, passível de ter suas causas eliminadas ou neutralizadas, conforme estabelece a NR-15 da Portaria nº 3214/78, sobre as atividades e operações insalubres, ao falar em medidas de controle gerais sobre o ambiente de trabalho e medidas individuais, isto é, o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Diante disso, as doenças profissionais estariam sujeitas a um maior grau de controle, sendo portanto evitáveis, enquanto os acidentes configuram-se como um evento do trabalho cujo campo de atuação se apresenta bastante restrito, ou seja, na medida em que o acidente do trabalho é concebido como algo a ele inerente, mesmo a inovação tecnológica teria aí um papel restrito, senão no sentido da redução de sua incidência, certamente da sua eliminação.

(171) Magano, O.B. (conf.) - "Seminário sobre a nova lei de Acidentes de trabalho", in Revista Saúde Ocupacional e Segurança, XII(2), p.150, 1.977.

(172) Ver a respeito: Mahon, J., Faria, A. & Godoy, I.F. - "Pesquisa sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais - condições de trabalho em três países industrializados, dados comparativos, novembro de 1.982, mimeo.

Os reflexos dessa formulação na própria estratégia de atuação dos trabalhadores no que diz respeito à orientação da sua prática relativa às questões da saúde no trabalho serão abordados no capítulo subsequente.

4. Práticas Sindicais em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho: Relato de Duas Experiências

A sistemática colocada em prática para se ter uma aproximação com o objeto de estudo proposto - a apreensão do nível de envolvimento dos sindicatos de trabalhadores metalúrgicos de SBC e Osasco na questão da saúde no trabalho - foi iniciada pelo levantamento dos jornais sindicais, Tribuna Metalúrgica, SBC e Visão Trabalhista de Osasco, e dos processos de insalubridade iniciados pelos Departamentos Jurídicos dos dois sindicatos.

Os processos de insalubridade foram subdivididos em 3 categorias: individual, coletivo "nominal" e coletivo "sindicato". Denominou-se processo coletivo nominal aquele que era iniciado em nome de um trabalhador (geralmente o primeiro nome por ordem alfabética dentre os reclamantes) e de coletivo sindicato aquele que, após a regulamentação da lei nº 6.514/77 possibilitou a iniciativa em nome da entidade sindical, que representa os interesses dos reclamantes, seus associados.

Os processos de insalubridade são um material rico em informações, e representam em determinado momento do estágio da luta dos sindicatos, um reflexo da organização e do aparelhamento destes órgãos no questionamento das condições de trabalho insalubres, ao lado de permitir a análise da atuação da Justiça do Trabalho na matéria que tem estreita relação com a defesa pelo trabalhador de seus direitos legais na área da higiene e segurança do trabalho.

O levantamento permitiu então que se tivesse uma idéia do tempo de tramitação dos processos da dinâmica dos processos em si, da abordagem técnica do ambiente de trabalho realizada pelos peritos judiciais. Na maioria dos casos reduz-se uma complexa situação de risco para a saúde requerida na reclamação inicial; em alguns deles, com detalhamento bastante grande das condições de insalubridade feitas pelos reclamantes; à análise de um único parâmetro (calor ou ruído por exemplo). Tal fato não parece ser aleatório, mas traduz a própria limitação que a legislação que regulamenta o assunto (portaria nº 3214/78 do MTB) impõe à avaliação do local de trabalho, quando caracteriza graus de insalubridade no sentido de definir um adicional de insalubridade com intuito indenizatório.

Por último, esta estratégia de análise permitiu apreender o comportamento da Justiça do Trabalho, que ao julgar essas ações

no âmbito das relações entre capital e trabalho representando o Estado, assume em tese uma posição de neutralidade perante as partes.

Frise-se contudo, que o estudo não se restringiu aos aspectos acima formulados, mas procurou apreender a real influência que a abertura dos processos de insalubridade tem na melhoria das condições de trabalho reclamadas e a postura do Sindicato no sentido de superar a fase de defesa dos direitos dos trabalhadores decorrentes do trabalho em condições agressivas e passar à defesa da saúde no trabalho. A preocupação reside no comportamento dos sindicatos diante da possibilidade de ser canalizada e "resolvida" uma situação prejudicial a saúde pela simples indenização do adicional de insalubridade versus uma atuação crítica e positiva em termos sanitários, procurando ir além da "monetização do risco". Consequentemente, agindo no sentido de promover a conscientização dos trabalhadores frente às condições insalubres e agressivas de trabalho, utilizando os órgãos previsto em lei dos quais as CIPAs são exemplos, e outros como as comissões de fábrica para servirem de alavancas na mudança desses condições de trabalho.

Foram examinados um total de 64 processos iniciados ao longo de 10 anos (1.973-1.982). Conforme mostra a tabela 1, 20,3% dos processos são individual, 45,3% são coletivos "nominal" e 34,3% coletivos "sindicato". Tal distribuição dos dados se explica pelo fato de essas ações trabalhistas serem onerosas e poderem motivar a demissão dos reclamantes, daí os sindicatos procurarem priorizar as ações coletivas, que inclusive possibilita uma maior organização dos trabalhadores.

No que se refere à distribuição dos processos por ano de início, percebe-se que houve uma concentração maior das reclamações dos anos de 1.978, 79 e 80 (tabela 2) período em que ressurgiu a mobilização operária principalmente na grande São Paulo, quando ocorreram inúmeras greves por antecipação e/ou aumento salarial (1) como motivação principal, com desdobramentos de reivindicações por melhores condições de trabalho. (2)

- (1) Ver a respeito: DIEESE: Divulgação 9/80 - "Balanço Anual das Greves de 79" e "Balanço anual das greves de 1.980; Maroni, A. - op.cit., pp. 128-129.
- (2) Comissões de Fábrica: uma forma de organização operária, Ed. Vozes, 1.981, Rio de Janeiro.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS CONSULTADOS, SEGUNDO TIPO E LOCAL DE ORIGEM

TIPO LOCAL	Individual		Coletivo "Nominal"		Coletivo "Sindicato"		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
São Bernar- do do Cam- po	4	12,9	19	61,3	8	25,8	31	48,4
Osasco	9	27,3	10	30,3	14	42,4	33	51,6
TOTAL	13	20,3	29	45,3	22	34,4	64	100,0

Fonte: Consulta realizada nos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos de Traba-
lhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco, no período de
1.981/ 1.982.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS SEGUNDO TIPO E ANO DE INÍCIO
SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

LOCAL	TIPO	A N O											TOTAL
		1.973	1.974	1.975	1.976	1.977	1.978	1.979	1.980	1.981			
São Bernardo do Campo	Individual	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
	"Coletivo Nominal"	-	2	1	1	5	6	3	1	-	-	-	19
	Coletivo "Sindicato"	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	8
	Sub-Total	-	5	1	1	5	6	12	1	-	-	-	31
Osasco	Individual	-	-	-	1	-	-	2	5	1	-	9	
	Coletivo "Nominal"	3	2	-	1	1	-	1	1	1	1	10	
	Coletivo "Sindicato"	-	-	-	-	-	1	6	5	2	-	14	
	Sub-Total	3	2	-	2	1	1	9	11	4	4	33	
	TOTAL	3	7	1	3	6	7	21	12	4	4	64	

Fonte: Consulta realizada nos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos de Trabalhadores Meta
lúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

A distribuição dos processos segundo o tamanho da empresa reclamada mostra que mais de 95% se referem à empresas acima de 100 operários, sendo que em SBC quase 76% é de empresas acima de 1.000 operários (Tabela 3)

Quando à situação jurídica dos processos insalubridade examinados, até dezembro/1.982, 42,1% ainda não tinham a definição da sentença, conforme mostra a tabela 4. Este percentual é devido ou a recursos impetrados juntos aos Tribunais de Justiça do Trabalho tanto a nível Regional como a nível Federal ou por estarem em fase de instrução para julgamento - perícias, esclarecimentos das partes, tentativas de conciliação, etc. Ressalte-se que em apenas 1 caso do Sindicato de Osasco, houve acordo diretamente entre empresa e o trabalhador num processo individual em que o reclamante havia sido demitido. Outro fato importante a considerar é que dos 8 processos coletivos "sindicato" de SBC, nenhum deles havia sido dado como procedente e 50% estavam "em andamento" devido à recursos feitos pelas empresas reclamadas, que nos casos das empresas multinacionais com assessoria jurídica altamente aparelhada, geralmente chegam até ao nível dos Tribunais Superiores.

Com relação às funções dos reclamantes estão envolvidos trabalhadores que são técnicos, chefes de produção (feitores, mestres, encarregados), com funções qualificadas, semi-qualificadas e não qualificadas (braçais, ajudantes) (3). Dentre os trabalhadores qualificados e semi-qualificados concentra-se a maioria dos reclamantes dos processos (90,7%) compilados em SBC sendo que os reclamantes com função de chefia compõe quase 5,5% de reclamantes o que pode indicar que mesmo os operários com posição mais privilegiada no processo de produção estão sujeitos a sofrer os mesmos riscos de saúde enfrentados pela maioria da força de trabalho, ocorrendo uma "socialização" dos efeitos das condições insalubres dentro da fábrica. No caso de Osasco, 48,8% dos reclamantes dos processos são semi-qualificados que, somados aos qualificados atingem 73,2% dos reclamantes e aos não qualificados 71,1%, enquanto os reclamantes com função de chefia correspondem a 3,9% dos reclamantes, conforme a tabela 5.

Tal distribuição poderia estar associada à própria

(3) Ver SENAI: - Dicionário de Ocupações Qualificadas, série II, Estudos Ocupacionais, nº 1, 1.977.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS SEGUNDO TAMANHO DA EMPRESA POR NÚMERO DE TRABALHADORES EMPREGADOS NO ANO DE 1.982.

SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

LOCAL	EMPRESAS COM NÚMERO DE EMPREGADOS DE:												TOTAL			
	51-100	101-500	501-1000	1001-2000	2001-3500	3501-5000	5001-10000	10001-20000	+ 20000	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
São Bernardo do Campo (a)	1	5	1	7	1	2	-	3	9	6,9	2	-	3	31,0	29	100
Osasco (b)	1(*)	13	7	-	1	1	4,3	-	-	4,3	1	-	-	-	23	100
TOTAL	2	18	8	7	2	3	-	3	9	-	3	-	3	52	100	100

Fonte: Consulta realizada nos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

(a) Para São Bernardo do Campo não se conseguiu dados para duas empresas.

(b) Para Osasco não se conseguiu dados para nove empresas.

(*) Dado de 1.981.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS SEGUNDO TIPO E SITUAÇÃO JURÍDICA EM DEZEMBRO DE 1.982.

SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

LOCAL	TIPO	SITUAÇÃO JURÍDICA												T O T A L Nº
		Precedente		Improcedente		Em andamento		Ainda não Jul.		Acordo		%		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
São Bernardo do Campo	Individual	4	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	Coletivo "Nominal"	11	58,0	-	-	4	21,0	4	21,0	-	-	-	-	19
	Coletivo "Sindicato"	-	-	3	37,5	4	50,0	1	12,5	-	-	-	-	8
	Sub-Total	15	48,4	3	9,7	8	25,8	5	16,1	-	-	-	-	31
Osasco	Individual	2	20,0	2	20,0	1	10,0	4	40,0	1	10,0	-	-	10
	Coletivo "Nominal"	7	70,0	1	10,0	-	-	2	20,0	-	-	-	-	10
	Coletivo "Sindicato"	3	23,0	2	15,5	5	38,5	3	23,0	-	-	-	-	13
	Sub-Total	12	36,4	5	15,1	6	18,1	9	27,3	1	3,1	-	-	33
T O T A L		27		8		14		14		1				64

Fonte: Consulta realizada nos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos de Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO QUALIFICAÇÃO E TIPO DE PROCESSO. SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

LOCAL	TIPO	FUNÇÃO												TOTAL	Processos sem infor mação
		Chefia		Técnico		Qualificado		Semi-Quali ficado		Não-Quali ficado		TOTAL			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
São Bernardo do Campo	Individual	-	-	-	-	1	25,0	3	75,0	-	-	-	-	4	-
	Coletivo "Nominal"	5	1,9	-	-	113	42,2	129	48,1	21	7,8	268	-		
	Coletivo "Sindicato"	74	6,3	3	0,2	311	26,6	753	64,1	33	2,8	1174	3		
	Sub-Total	79	5,4	3	0,2	425	29,5	885	61,2	54	3,7	1446	3		
Osasco	Individual	-	-	-	-	2	28,6	90	42,8	2	28,6	7	1		
	Coletivo "Nominal"	6	2,8	1	0,5	61	22,8	114	53,7	30	14,2	212	1		
	Coletivo "Sindicato"	21	4,4	3	0,6	107	22,4	223	46,6	124	26,0	478	7		
	Sub-Total	27	3,9	4	0,6	170	24,4	340	48,8	156	22,3	697	9		
TOTAL		106	5,0	7	0,3	595	27,8	1225	57,1	210	9,8	2143	12		

Fonte: Consulta realizada nos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos do Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

estrutura industrial de SBC onde predomina as indústrias de ponta com a distribuição da mão de obra mais concentrada nos estratos chamados "qualificado e semi-qualificado" (4)

Nos processos individuais, somente figuram trabalhadores que foram demitidos, antes da abertura do processo ou logo após o seu início, o que pode ser um indício da pressão que é exercida pela empresa sobre os reclamantes quando agem individualmente. Esta situação também é evidenciada pelo desistências dos reclamantes durante o andamento do processo, em alguns casos seguramente por influência direta dos prepostos da empresa reclamada como está relatado em depoimentos dos processos.

Chamam a atenção o detalhamento das informações que instruem a Inicial de 11 processos coletivos do sindicato do SBC, sendo 5 deles coletivos "nominal" e 6 coletivos "sindicato", em que os operários reclamantes mencionam os produtos químicos utilizados no processo produtivo, a deficiência dos equipamentos de proteção coletiva existentes, os agentes físicos e os sintomas que produzem nos trabalhadores expostos. Tais informações em raras ocasiões são aproveitadas pelo perito judicial e, ou as nega ou simplesmente as ignora, enfatizando os aspectos mais fáceis de serem determinados quantitativamente, como estabelece a portaria nº 3214/78 do MTb, em sua NR-15 para caracterizar ou não a existência da insalubridade. Este reducionismo porém, torna-se mais absurdo pelo fato de desprezar informações que adveem da vivência dos reclamantes no dia a dia na fábrica e que poderiam servir de subsídios para uma avaliação pormenorizada de medidas de higiene e segurança no trabalho por parte dos peritos. Não obstante estes se fiam nas medições episódicas que realizam para emitir um parecer sobre alguma coisa que é extremamente dinâmica e mutável, para que contribuiu o espírito da referida portaria que impede que o adicional seja cumulativo, mesmo que existam diversos fatores determinantes de insalubridade nos locais de trabalho. O que dizer então das ações dos diversos fatores principalmente agentes químicos que se combinam e interagem no corpo do indivíduo exposto, ao que se soma o esforço físico, o stress psicológico e a fadiga. Quanto ao comportamento da Justiça do Trabalho

(4) Humphrey, J. - op.cit., pp. 69-76.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS SEGUNDO TIPO E GRAU DE DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES.

SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

LOCAL	TIPO	CARACTERÍSTICA DAS INFORMAÇÕES										TOTAL
		SIMPLES		DETALHADA		GENÉRICA		NÃO CONSTA		%	Nº	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
São Bernardo do Campo	Individual	04	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	Coletivo "Nominal"	14	73,7	05	26,3	-	-	-	-	-	-	19
	Coletivo "Sindicato"	02	25,0	06	75,0	-	-	-	-	-	-	08
	Sub-Total	20	64,5	11	35,5	-	-	-	-	-	-	31
Osasco	Individual	05	55,5	-	-	04	44,5	-	-	-	-	09
	Coletivo "Nominal"	07	70,0	01	10,0	02	20,0	-	-	-	-	10
	Coletivo "Sindicato"	01	7,1	-	-	12	85,8	01	01	-	-	14
	Sub-Total	13	39,4	01	3,0	18	54,6	01	01	3,0	3,0	33
TOTAL		33		12		18		02			64	

Fonte: Consulta realizada nos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS SEGUNDO GRAU DE DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES E SITUAÇÃO JURÍDICA EM DEZEMBRO/1.982

SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

LOCAL	GRAU DE DETALHAMENTO	SITUAÇÃO JURÍDICA										TOTAL	
		Procedente		Improcedente		Em Andamento		Ainda não julg.		Acordo		Nº	%
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
São Bernar- do do Cam- po	Simples	12	60,0	-	-	07	35,0	01	5,0	-	-	-	20
	Detalhada	03	27,3	03	27,3	02	18,1	03	27,3	-	-	-	11
	Genérica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não Consta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Osasco	Simples	07	53,8	02	15,5	01	7,6	02	15,5	01	7,6	-	13
	Detalhada	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
	Genérica	03	16,6	02	11,1	06	33,3	07	39,0	-	-	-	18
	Não Consta	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01

Fonte: Consulta realizada nos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

no julgamento dos processos, esta raramente considera as inúmeras variáveis que envolvem o tratamento de questão tão delicada, atendo-se principalmente a letra fria da lei e às informações do perito judicial, desconsiderando as informações fornecidas pelos peritos assistentes dos reclamantes que são em alguns casos bastante elucidativas.

4.1.1. O Relato das Duas Experiências :

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de SBC e Diadema é o segundo maior Sindicato da categoria no Estado de São Paulo. O número de empregados na sua base de atuação era de 130.000 em julho de 81 e o número de sindicalizados de 34.000 operários, também em 81. Congrega os trabalhadores das indústrias de ponta do moderno parque industrial brasileiro, constituído principalmente das indústrias montadoras de automóveis, que estão concentradas em SBC. O agrupamento das fábricas automobilísticas é parte da maior concentração de indústrias dinâmicas do setor de material de transporte - montadoras - e metalúrgico do Brasil. Em SBC no ano de 1.970, 64% de todos os operários trabalhavam nestes dois setores, segundo dados do IBGE. Há uma concentração dos trabalhadores nas grandes empresas e o predomínio das 5 grandes empresas automobilísticas - Volkswagen, Mercedes Benz, Ford, Volks Caminhões (antiga Chrysler) e a SAAB - Scania - é patente, empregando cerca de 66.000 operários em 1.978, mais da metade do total de trabalhadores metalúrgicos existentes na região naquele ano, sendo que 2/3 do total de trabalhadores metalúrgicos estavam em empresas com mais de 1.000 operários e 3/4 em firmas com mais de 500. (5)

Em 1.982, conforme dados colhidos junto ao Sindicato, apesar da diminuição do número de empregos na região, somente a Volks, a Mercedes, Ford, Volks Caminhões, concentravam 46.737 operários. Assim, o sindicato concentra sua atuação nas grandes empresas o que certamente tem reflexos também na questão da luta contra a insalubridade nos locais de trabalho. Por isso, 58% dos processos são contra empresas de capital multinacional, e 91,5% dos reclamantes são empregados nas empresas

(5) Humphrey, J. - op.cit., -pp 53 a 60.

automobilísticas multinacionais o que de certa forma estaria a contrariar a observação de alguns autores. (6) Para Troyano por exemplo, são as indústrias tradicionais que apresentam a maior frequência de "conflitos trabalhistas oriundos (...) da maior insalubridade e periculosidade". (7) Para os outros autores os operários das indústrias de "ponta" como a metalúrgica, automobilística em particular, formam uma elite.

Outro aspecto em relação a SBC é que após a maior movimentação de processos no período 1977/79, quando ocorreram grandes mobilizações e greves, houve uma queda no número destas ações em 1980/81, época em que o Sindicato esteve sob intervenção do Ministério do Trabalho (MTb), em consequência da greve geral de 1980, e cujos reflexos foram sentidos até 1981, quando foi eleita nova diretoria, que se empenhou então na reorganização da vida sindical. (ver tabela 2)

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e adjacências é o quinto maior sindicato de metalúrgicos do Estado de São Paulo e apresentava em maio de 1982, 43000 trabalhadores na sua base de atuação, segundo dados do próprio sindicato, e contava com 14500 sindicalizados na mesma época.

Também Osasco é outra região de concentração industrial metalúrgica mas não há, como em SBC, o agrupamento de grandes empresas de automóveis. Diferentemente de SBC, a concentração maior é de empresas médias. Segundo dados colhidos junto ao Sindicato, em 1982, em torno de 88% das empresas era de até 200 operários. Por outro lado, 57% dos operários se concentravam em empresas de 301 a 3000 operários e 46% nas empresas com 501 a 3000 operários, sendo a média salarial de 2,5 salários mínimos para o sexo masculino e 1,5 salário mínimo para o sexo feminino.

Ao se observar a distribuição dos processos ao longo dos 10 anos em que foram analisados, vê-se que em Osasco eles se concentraram no período de 1979/80 e em menor escala em 1981. (ver tabela 2)

É interessante observar que historicamente o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco fora protagonista no ano de 1968 da última grande greve anterior a 1978. E, mais ainda, segundo Weffort o embrião das movimentações que viriam a dar origem à mobilização para a greve de 68, foi um grupo de operários que "em fins de 1962 (...) tomaram a iniciativa de formar uma comissão de 10 membros

(6) Ver a respeito: Almeida, M.H.T., op.cit., 1975; Troyano, A.A. - Estado e Sindicalismo, Ed.Símbolo, 1978, São Paulo e Rodrigues, L.M. - Industrialização e atitudes operárias, Ed.Brasiliense, 1970, S.Paulo.

para apresentar suas reivindicações (adicional de insalubridade para uma secção e medidas de segurança) diretamente à direção da empresa". (8) Isto se deu na Cobrasma, a maior empresa metalúrgica de Osasco.

A distribuição dos processos traduz a prática sindical específica de Osasco frente a priorização que as diretorias atribuíram à questão da saúde/condições de trabalho a partir de 1979/-80. Nesse período foi inclusive um dos Sindicatos mais combativos na organização e realização das Semanas de Saúde dos Trabalhadores (SEMSATs) e, no ano de 80, na criação do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambientes de Trabalho (DIESAT). Em 1981 criou um órgão interno, o Departamento de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, que passou a editar uma publicação bimestral sobre o assunto, denominado Operário Inteiro (OI). A diminuição do número de processos-insalubridade em 1981/82, após o "boom" de 1979/80, deve-se fundamentalmente a uma tendência à reavaliação da estratégia que o Sindicato vem adotando na área e não a uma reorientação das prioridades da frente de atuação, na qual as questões relativas a saúde/condições de trabalho passaram a ocupar um segundo plano, como será visto a seguir.

Feitas essas considerações, cabe lembrar que se procedeu ao estudo de 64 processos-insalubridade, sendo que 31 deles referem-se à SBC e 33 a Osasco, conforme tabela 1.

Do ponto de vista cronológico, os processos distribuíram-se, conforme mostra a tabela 2, com maior concentração nos anos de 1977 a 80, período que coincide com o ressurgimento do movimento operário no cenário político após o grande silêncio de 1968 a 78. O ano de 1977 é um marco importante porque em agosto daquele ano o Sindicato de SBC "começa a preparar-se para nova Campanha de Reposição Salarial (...). No entanto o mais importante foi que, em 77, ocorreria um fato que daria à Campanha de Reposição a expressiva dimensão que acabou adquirindo. Isto porque o Governo foi desmascarado através de dados estatísticos e ficou provado que a luta desenvolvida pelo Sindicato era correta e justa". (9) Apesar do Governo

(7) Troyano, A.A. -op.cit., p.153

(8) Weffort, F.C. - "Participação e conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968", Cadernos CEBRAP, nº5, São Paulo, 1972.

(9) Rainho, L.F. & Bargas, O.M. - As lutas operárias e sindicais dos Metalúrgicos de São Bernardo 1977/79, vol.1, 1983, SBC..

GRUPOS E SUB-GRUPOS DA INDÚSTRIA METALÚRGICA

CÓDIGO	GRUPO/Sub-Grupos	RISCO	GRAU
1001.	METALURGIA	H	3
	Sub-Grupos		
1.1.	Indústria Ferro (Siderurgia)	I	3
1.2.	Indústria Fundição	I	3
1.3.	Indústria não Ferrosos	H	3
1.4.	Indústria Forjaria	I	3
	GRUPO		
2002.	MECÂNICA		
	Sub-Grupos		
2.1.	Indústria Artefatos de Ferro e Metais em Geral	H	3
2.2.	Indústria Serralheria	J	3
2.3.	Indústria Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies (Galvanoplastia, Ni-quelação)	H	3
2.4.	Indústria Máquinas	H	3
2.5.	Indústria Cutelaria	I	3
2.6.	Indústria Balanças Pesos e Medidas	G	3
2.7.	Indústria Funelaria	H	3
2.8.	Indústria Estamparia de Metais	J	3
2.9.	Indústria Móveis de Metal		
2.10.	Indústria Geradores a Vapor		
2.11.	Indústria Porcas, Parafusos e Rebites	H	3
2.12.	Indústria de Equipamentos e Artigos Odontológicos, Médico-Hospitalares	I	
2.13.	Indústria de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar		
	GRUPO		
3003.	MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÃO		
	Sub-Grupos		
3.1.	Indústria de Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação		
3.2.	Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais não Ferrosos		
3.3.	Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares	H	3
3.4.	Indústria de Aparelhos e Equipamentos de Rádio Transmissão		
3.5.	Indústria de Aparelhos de Comunicação		
	GRUPO		
4004.	MATERIAL DE TRANSPORTE		
	Sub-Grupos		
4.1.	Indústria Automobilística	G,H *	3

CÓDIGO	GRUPO/ Sub-Grupos	RISCO	GRAU
4.2.	Indústria Peças p/ Automóveis e Similares	I	3
4.3.	Indústria Construção Naval		
4.4.	Indústria de Material e Equipamentos Rodov _{ia} ri _{os} e Ferroviários	H	3
4.5.	Indústria Aeronáutica	I	3
4.6.	Indústria Tratores e Máquinas Agrícolas	G	3
4.7.	Indústria Reparação de Veículos	G	3
	GRUPO		
5005.	DIVERSOS		
	Sub-Grupos		
5.1.	Oficinas de Reparação de Veículos	I	3
5.2.	Oficinas de Reparação de Aparelhos Elétricos		
5.3.	Oficinas de Reparação de Tornos		
5.4.	Engenharia e Instalações		
5.5.	Importação e Exportação		
5.6.	Diversos		

* Com regulação.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS SEGUNDO GRUPO DE EMPRESA RECLAMADA SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

L O C A L	GRUPO DE EMPRESA										T O T A L	
	Metalurgia		Mecânica		Material Elétrico e Comunicação		Material de trans		Material de trans		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
São Bernardo do Campo (a)	01	3,3	04	13,3	05	16,7	20	66,7			30	50,8
Osasco (b)	12	41,4	06	20,7	01	3,4	10	34,5			29	49,2
T O T A L	13	22,0	10	16,9	06	10,2	30	50,8			59	100

Fonte: Consulta realizada junto aos Sindicatos de Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

(a) De 1 empresa não foi possível definir o grupo.

(b) De 4 empresas não foi possível definir o grupo.

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS SEGUNDO GRUPO E SUB-GRUPO DAS EMPRESAS RECLAMADAS. SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

Grupo Sub-Grupo Local	METALURGIA			MECÂNICA			MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÃO			MATERIAL DE TRANSPORTE				
	Forja	Fundição	Siderurgia	Ind. máq.	Ind. serral.	Ind. Cutel.	Ind. Bal. pes. med.	Ind. Ap. Eletr. Electron.	Ind. Ele. trodomes. ticos	Ind. Lam padas e ap. ilium	Ind. pe- ças au. tomóveis	Ind. Eq. rodo fer.	Ind. auto-obl- list.	
São Bernardo do Campo (a)	-	1	-	2	-	2	-	2	2	1	5	-	15	
Osasco (b)	1	7	2	2	1	2	1	1	-	-	3	1	6	
			39,3%			21,4%			16,7%				56,7%	50,0%
														35,7%

Fonte: Consulta junto aos Sindicatos de Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO DOS RECLAMANTES SEGUNDO GRUPO E SUB-GRUPOS DAS EMPRESAS RECLAMADAS, SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

Grupo Sub-Grupo	METALURGIA			MÉCANICA			MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÃO				MATERIAL DE TRANSPORTE			
	forja ria	fundi ção	side rurgia	Não fer rosos	ind.mã quinas	ind. ser- ra- lhe ria	ind. cute la- ria	ind. bal- pes me- di- das	ind.apa relhos elétr. elettro- nicos	ind.ele trodo- mesti- cos	ind. lamp ap. ilu- mina- ção	ind.pe ças p/ automô veis	Ind.eq. rodo- ferro- viário	Ind.au tomobi- listi- oa
São Bernardo do Campo	-	20	-	-	09	-	12	-	19	22	10	30	-	1564
Osasco	24	212	71	1	161	92	100	1	232	-	-	260	1	778

Fonte: Consulta realizada nos Sindicatos de trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO DAS RECLAMAÇÕES POR TIPO DE PROCESSO E AGENTES CONSIDERADOS INSALUBRES PELO RECLAMANTES.

SÃO BERNARDO DO CAMPO E OSASCO

agente Tipo	Calor		Ruído		Poeiras		Gases, vapores, solda, fumaça		Iluminação		Exaustão e ventilação		Ritmo e esforço físico		Produtos Químicos		Reclamação inespecífica	
	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC
Individual	4	3	2	3	2	-	2	3	-	-	-	-	1	-	2	1	4	-
Coletivo "Nominal"	7	15	7	17	7	10	5	15	1	-	5	-	-	1	1	9	2	-
Coletivo "Sindicato"	1	3	1	4	1	1	1	6	-	-	4	-	-	-	-	5	12	-
TOTAL	12	21	10	24	10	11	8	24	1	-	9	-	1	1	3	15	18	-

Fonte: Consulta realizada nos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos de Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco.

negar a reposição de 34,1%, foi uma campanha de arregimentação de forças que iria contribuir para as lutas de 78/79.

Quanto à situação jurídica dos processos em dezembro/82, (tabela ¹¹), 48,8% deles foram considerados reclamações procedentes para SBC e 36,4% para Osasco. O que chama a atenção no caso de SBC é que nenhum processo coletivo "sindicato" havia sido decidido favoravelmente, enquanto 37,7% deles foram considerados improcedentes. Destes 3 processos improcedentes, 2 considerou-se instruídos por informações detalhadas, o que poderia sugerir uma dissociação entre o parecer do perito judicial e a apreensão que os trabalhadores fazem das condições de trabalho que consideram insalubres. Fri ge-se que os dois processos são contra empresas automobilísticas multinacionais. É interessante citar as informações dos trabalhadores neles contidas: "trabalho sob fumaça despreendida de produtos químicos. Contato direto com esses produtos venenosas. Exposição a gases e vapores tóxicos. Calor decorrente da falta de ventilação." Segue-se uma lista de produtos usados no setor de galvanoplastia: - "ácido nítrico, crômico, sulfúrico, cianeto de sódio, de potássio, de cobre, ácido muriático, tricloro-etileno, amoníaco, xilol, hidróxido de sódio, potássio, zinco e cobre, cromato de potássio" entre outros.

A título de exemplo, é interessante citar alguns efeitos dos produtos listados, conforme dados de Stellman & Daum: (10)

- a) "ácido nítrico - é extremamente corrosivo e ataca os olhos, a pele e as membranas mucosas. Exposição a altas concentrações pode causar grave doença pulmonar (p.81)
- b) "ácido sulfúrico - fortemente irritante do trato respiratório, sob a forma de solução, é corrosivo da pele e dos dentes ..." (p.81)
- c) "cianetos de sódio, potássio, cobre - efeito tóxico ao interferir com o uso do oxigênio pelo corpo para a produção de energia (p.11)
- d) "ácido muriático (ácido clorídrico)...é altamente corrosivo sob a forma de solução e o vapor é extremamente irritante de todas as partes do trato respiratório ... A exposição prolongada a concentrações moderadamente altas (...) pode causar erosão dos dentes, úlceras da boca, pele e gengivas, e perfuração do septo nasal(...) (p.80) (grifos nossos)
- e) "tricloroetileno - (...) depressivo do sistema nervoso central, com sintomas de tontura, fadiga, dor de cabeça, náusea (...) (p.48)

(10) Stellman, J.M. & Daum, S.M. - op.cit., 1975 (vol.2, p.p.11, 34, 48, 79, 80, 81.

f) "Xilol(xileno)- "(...) irrita a pele e pode causar dermatite tornando a pele seca, escamosa e rachada (...) - (p.34)

g) hidróxidos sódio, potássio - são os mais cáusticos dos álcalis (...) são mais corrosivos aos tecidos que a maioria dos ácidos(...) combinam-se com as proteínas e gorduras dos tecidos formando queimaduras (...) que são profundas e dolorosas. (p.79)

h) cromato de potássio - "(...) o revestimento do nariz é lesado pelo ácido crômico e por névoas e poeiras de cromato. Isto pode causar hemorragia, crostras e, ulceração, que pode progredir de modo que o septo nasal é perfurado ... O efeito mais importante dos compostos de cromo sobre a saúde é o câncer pulmonar, que pode se desenvolver 20 a 30 anos após a exposição." (p.90) (grifos nossos)

Voltando ao processo, cabe salientar que não é por acaso, pois, que os reclamantes em seu "relatório" sobre as condições de trabalho que enfrentam, se referem em certa passagem, ao despreendimento de "gases venenosos que por insuficiência de exaustão, (o local de trabalho situa-se num porão) ficam perdidos pelo ar ambiente do setor ao bel prazer de algumas narinas perfuradas ou ainda em fase de perfuração pelas dóceis partículas de chromo, ácidos e cianetos" (grifos nossos)

Em contraposição, em sua avaliação do local de trabalho, o perito assim se manifestou:

"(...) a reclamada fornece os seguintes EPIS: botas de PVC cano longo, avental de PVC ou pano couro, sapatos de segurança e idumentária... Gases e vapores não há contaminação acima dos Limites de Tolerância (LT) (...) Iluminação abaixo do LT. Conclusão: Insalubridade por deficiência de iluminamento, grau médio". Posteriormente, em nova perícia o perito constatou que a reclamante havia resolvido o problema da iluminação e considerou o local salubre, daí porque a ação foi julgada improcedente.

O que chama a atenção neste relato é a fidedignidade das informações dos trabalhadores, associando inclusive os agentes nocivos com as lesões. Ocorre que o perito reduz toda a questão ao problema da iluminação, desconsidera por exemplo a possível interação de tantas substâncias cáusticas cuja associação deveria ser medida por meio do cálculo do "L.T. de misturas" como propõe a American Conference of Governmental Industrial Hygienists (ACGIH) no seu guia, às páginas 47-49 (11). E, ao imputar a insalubridade à iluminação deficiente, descaracterizou a reclamação possibilitando que a empresa reclamada, alguns meses depois, resolvesse a questão, colocando mais algumas lâmpadas no local.

(11) ACGIH-Guia de Limites de Tolerância para Substância Química e agentes físicos no ambiente de trabalho com as mudanças pretendidas p/1982, pp47-49.

Em outro processo de SBC em que a reclamação prendia-se ao problema do ruído em setor de prensas e ao fato de "que muitos trabalhadores ficam com surdez profissional ou com problema de sistema nervoso", a atuação pericial é ainda parcial; senão, veja-se alguns dados do laudo realizado quase 2 anos após o início de ação, também contra uma empresa multinacional do setor automobilístico:

"Foi constatado ruído acima dos LTs na manutenção, ferramentaria, operação de empilhadeira, mas a insalubridade fica caracterizada porque a reclamada fornece EPI (tampão auricular), dá palestras diárias sobre o risco de exposição ao ruído, ilustra a necessidade do uso do EPI através dos feitores, mestres, líderes, através de cartazes e ordens de serviço. O não uso do EPI deve-se à negligência ou talvez indisciplina dos trabalhadores que não cumprem com a obrigatoriedade do seu uso". E prossegue: "Saliente-se que a reclamada nunca usou do direito de aplicar medidas disciplinares por contravenção ao parágrafo 1.10.2 da NR 1, da Portaria 3214/78. Não há insalubridade. A reclamada fornece os protetores auriculares aos reclamantes. Quanto à proteção coletiva, não foram adotadas medidas. Isto devido às restrições próprias das operações realizadas nos locais. Não há antecedentes de surdez profissional nos registros médicos da empresa. Medidas do ruído: 104 dB" (a guisa de informação, corresponde a um ruído maior do que aquele produzido por um martelo pneumático).

Neste processo que envolvia quase 1000 reclamantes, o sindicato procurou refutar o laudo acima - que mais parece uma defesa da empresa reclamada do que uma peça isenta que possa subsidiar a sentença - por meio de uma argumentação técnica em termos médicos, feita pelo médico do trabalho ligado ao DIESAT que passou a atuar no sindicato em maio de 1981 para assessorar o sindicato na área de higiene e segurança do trabalho. Em sua argumentação, que consta dos autos do processo, o médico do trabalho dizia que havia examinado 22 trabalhadores reclamantes do processo, já demitidos e que dos 22, 12 (doze) apresentam comprometimento da audição." Pela classificação de Astete e Kitamura: 6 com perda grande de audição; 3 com perda média e 3 com perda pequena". Além disso contesta a informação da reclamada de que "fazia audiometria periódica" e afirma que os 12 trabalhadores examinados trabalharam em média 10 anos na reclamada. Além disso o sindicato anexa ao processo cópia de relatório da própria reclamada que estima em 8000 o número de operários com indícios de dano auditivo, datado de setembro de 1979.

No que se refere à sentença exarada em primeira instância, isto é, na Junta de Conciliação e Julgamento de SBC o juiz argumentava que "...os danos auditivos não podem ser atribuídos ao trabalho

na ré, esta fornece EPI. O não uso do EPI pode decorrer do desconforto, mas os reclamantes não provaram isto. A reclamada está dentro da lei, fornece EPIs" É evidente que o sindicato recorreu da sentença e o processo está no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para julgamento em segunda instância.

Com a descrição do andamento deste processo, procurou-se demonstrar 3 aspectos importantes: a parcialidade do perito judicial, que justifica inclusive a não tomada de medidas coletivas pela reclamada devido a "restrições próprias das operações realizadas no local" ou seja, o processo de produção é que determina a viabilidade das medidas e não o contrário; a tendência marcante da solução dos problemas de insalubridade no local de trabalho através de medidas de caráter individual, dos quais o uso obrigatório dos EPIs é exemplo, assim se transfere o conceito de "ato-inseguro" para explicar também as doenças profissionais, pois como afirma o perito: "O não uso dos EPIs deve-se à negligência ou (...) indisciplina dos trabalhadores, não cumprem com a obrigatoriedade do seu uso" Finalmente, o fato da sentença judicial atribuir, via de regra, ao reclamante o ônus de provar o desconforto das medidas individuais, como se não bastasse os danos auditivos dos trabalhadores examinados e o próprio relatório da reclamada que estimava em 8000 o número de operários com indícios de danos auditivos".

No que se refere ao Sindicato de Osasco, pelo levantamento realizado, constatou-se que as informações, que instruem os processos são genéricas e bastante diluídas, sendo que ao exame da tabela 4 vê-se que somente um dos processos consultados apresentava informações detalhadas, em que os reclamantes demonstram maior consciência dos riscos provocados pelas condições de trabalho nocivas. Paradoxalmente após o momento em que o Sindicato passou a ser o autor das reclamações, conforme facultou a Lei 6514/77, as informações que instruem os processos coletivos "sindicato" são bastante genéricas e pouco objetivas, tais como: "associados direta ou reflexivamente estão expostos à ação de agentes insalubres" ou "sindicato postula em nome de grupos de associados adicional de insalubridade porque estão expostos a agentes insalubres". Ao que parece o Sindicato de Osasco, que começou a promover processos do tipo coletivo "sindicato" antes do Sindicato de SBC, em agosto de 1978, não estava devidamente preparado para assumir esta tarefa. Esta forma de instruir os processos, sem especificar os agentes insalubres, em certa medida não define parâmetros para a atuação do perito que assim ficaria mais desobrigado de se orientar pelas referências colocadas a priori. Tal postura na instrução inicial dos processos coletivos "sindicato" de Osasco persiste até 1981, quando se mudou a estratégia de atuação na área, que passou a priorizar a formação de quadros e a conscientização dos ci -

peiros para agir sobre as condições insalubres e inseguras de trabalho.

Outro determinante que poderia explicar a menor profundidade das informações que instruem os processos de Osasco estaria ligado à própria característica das empresas metalúrgicas ali localizadas, ao grau de "qualificação" da mão de obra e de informação sobre sua própria condição de trabalho.

É interessante, a respeito disso, observar o que mostram as tabelas 8 e 9.

Em Osasco, 41,4% dos processos são contra-empresas do grupo de metalurgia, enquanto em SBC, o grupo metalúrgico correspondeu a 3,3% dos processos. As empresas do grupo metalurgia englobam os sub-grupos: indústrias de ferro (siderurgia), indústrias de fundição, de não ferrosos e forjaria, que preparam a matéria prima para as indústrias do setor de ponta. Assim, pode-se dizer que a maior parte dos processos de Osasco, conforme a tabela 9, concentra-se contra as indústrias que dentro da divisão do trabalho fornecem insumos para as empresas que incorporam maior tecnologia, desse setor moderno. E, dentro do grupo metalurgia, o sub-grupo mais reclamado é o das indústrias de fundição, cujo processo de trabalho é bastante agressivo, e onde se trabalha a altas temperaturas por tratar o "minério refinado para obter o Metal Fundido, através de um processo de redução a altas temperaturas, em que os agentes físicos como o calor e o ruído, além das poeiras de material abrasivo (isolante) como a areia, são os maiores riscos à saúde. Frige-se que mesmo a fábrica existente em Osasco de uma multinacional automobilística, processa justamente a fundição do metal que será utilizado na parte mais "nobre" da empresa, que produz as unidades automotivas, fora de Osasco. Na tabela 10 está evidente que, apesar do grupo metalurgia englobar o maior número de processos para Osasco, é no grupo de material de transporte que se concentra o maior número de reclamantes, também em Osasco, onde o número de processos é um pouco menor em relação ao grupo metalurgia, mas cujo número de reclamantes é quase 3,5 vezes maior, com predominância do sub-grupo indústria automobilística com número 2,5 vezes maior.

Esta diferenciação do grupo de empresas reclamadas para os dois sindicatos também se reflete no tipo de agentes considerados insalubres pelos reclamantes, principalmente no que se refere aos agentes químicos que quase não aparecem nas reclamações de Osasco, além de conter um número significativo de reclamações onde não se especifica os agentes. Os dados relativos a esta situação encontram-se na tabela 11. Chama ainda a atenção um grau de detalhamento maior para as reclamações de SBC em que parâmetros como deficiência de exaustão

e ventilação aparecem em nove reclamações enquanto em Osasco ela não figurou.

Este tipo de reclamação teria uma qualificação maior, pois ao lado de se especificar o agente nocivo, se discrimina a condição ambiental que poderia possibilitar a sua eliminação, caso fosse adotada. O ítem iluminação deficiente apareceu somente uma vez em Osasco.

Fatores de insalubridade outros como ritmo do trabalho e esforço físico foram considerados em dois processos diferentes. Ressalte-se que, como foi discutido por ocasião da análise da NR 15, a legislação brasileira não considera os aspectos relacionados à organização do trabalho como passíveis de regulamentação, ficando sempre a cargo do capital a definição desses parâmetros, contra o que os sindicatos começam a se posicionar através da introdução de cláusulas nos contratos coletivos de trabalho que procuram refrear a ânsia do capital no consumo da força de trabalho. Este é o caso das reivindicações pela "extinção completa da hora extra, eliminação do trabalho em turnos ou em local insalubre ou noturno". (12)

Quanto à caracterização da insalubridade pelas perícias dos peritos judiciais, é patente seu direcionamento nos agentes físicos como calor e ruído, aparecendo também com certa frequência a iluminação deficiente como fator de insalubridade, em total dissonância com a caracterização dos agentes insalubres feitas pelos reclamantes. Frise-se que a deficiência de exaustão e de ventilação presente em nove reclamações de SBC foi ratificada em apenas duas oportunidades pelos laudos periciais. Os produtos químicos também raramente são apontados como causadores de insalubridade nos locais de trabalho, chegando a ocorrer situações em que o perito declara que não fez a medição dos agentes químicos porque o material a ser utilizado era muito oneroso e estava, portanto, fora das suas possibilidades. Enfim, o que é mais fácil de caracterizar, isto é, a medida do ruído, do calor e da iluminação, acabam sendo os parâmetros mais utilizados pelos peritos para desencumbrar-se de suas tarefas. Em nenhuma ocasião, dentre os 64 processos examinados, os peritos tiveram uma atitude mais positiva em relação a saúde dos trabalhadores expostos, sugerindo, por exemplo, medidas de prevenção de caráter coletivo, priorizando na maioria das vezes o uso dos EPIs no que são respaldados pela legislação existente.

(12) Leite, M.P. - op.cit. p.22

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS (*) SEGUNDO TIPO, AGENTES CONSIDERADOS INSALUBRES, PELOS PERITOS. SÃO BERNARDO

DO CAMPO E OSASCO

Agente Tipo	Calor		Ruído		Poeiras		Gases, Vapor, iluminação res, soldas deficiente fumaças		Exaustão e ventilação		Ritmo e es- forço físico		Produtos químicos acima Lts.		Não há insa- lubridade	
	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC	Osasco	SBC
Individual	-	3	1	3	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	2	-
Coletivo "Nominal"	1	7	6	7	-	4	1	3	-	2	-	-	1	2	2	4
Coletivo "Sindical"	2	-	6	2	1	-	3	-	-	-	-	-	5	1	1	4
TOTAL	3	10	13	12	2	4	5	3	4	6	2	-	7	4	5	8

Forte: Consulta realizada nos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos de Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Osasco.

(*) Para São Bernardo do Campo 6 perícias não realizadas até dezembro/82.

Para Osasco 7 perícias não consta o agente in salubre e em 3 não consta o resultado.

Finalmente, um aspecto que também é motivo de preocupação deste estudo, é saber-se em que medida os processos de insalubridade contribuíram para a melhoria nas condições de trabalho no sentido da eliminação da insalubridade ou da penalização do empregador para que tome medidas de controle das condições insalubres de trabalho. Uma idéia aproximada da questão, é dada ao se cotejar os setores de trabalho relacionados como insalubres em épocas diferentes para uma mesma empresa reclamada.

No caso de SBC, por exemplo, em que existem vários processos contra a mesma empresa reclamada, nota-se que no ano de 1974 foi movido um processo-insalubridade contra uma multinacional automobilística reclamando das condições de trabalho do setor de "prensas, ferramentaria, funilaria", que foi julgado procedente por "excesso de calor e ruído", sendo então provavelmente pago o adicional de insalubridade aos reclamantes. Cinco anos depois, em 1979 um grande número de trabalhadores (938), representados agora pelo sindicato, move um processo reclamando dos setores de "prensas, ferramentaria, manutenção elétrica, mecânica e controle de qualidade", contra a mesma empresa arrolando na Inicial do processo as seguintes informações: "Ruído acima dos Limites de Tolerância permitidos. Muitos trabalhadores ficam com surdez profissional ou com problemas de sistema nervoso". (*) Ora, as mesmas condições agressivas existentes em 1974 no que se refere ao ruído, persistiram durante esses cinco anos que separam a Ação Inicial e a de 1979. Ocorre, porém, que agora se agrega a informação da existência de muitos trabalhadores com surdez profissional. Ou seja, o simples pagamento do adicional de insalubridade não levou a qualquer mudança nas condições de trabalho com a agravante de trazer um ônus social importante aos trabalhadores, muitos deles cinco anos depois portadores de grave doença profissional que os marginalizará do mercado de trabalho e dificultará o próprio convívio social.

O mesmo exemplo pode ser citado em relação aos processos nºs 14 e 22 do anexo II, referentes à mesma empresa automobilística anterior, nos setores "montagem e teste de motores" no ano de 1979, respectivamente em fevereiro e novembro. Em ambos os casos os processos ainda não foram definidos, já se arrastando nos tribunais há três anos sendo que no processo nº 14 o laudo foi solicitado à Secretaria do Trabalho que ainda não havia

(*) - Ver Anexo II no final do texto, informações referentes aos processos com número de ordem 2 e 24.

realizado a perícia em 22/07/82. Aliás, os órgãos oficiais de fiscalização em Higiene e Segurança do Trabalho têm uma atuação bastante falha e omissa, sendo frequentes informações nos processos examinados de que "não atenderam à solicitação do Juízo" daí a necessidade de se nomear perito particular para a realização do laudo solicitado, o que inclusive contribui para tornar ainda mais morosa a tramitação dos processos-insalubridade.

O mesmo ocorre no caso dos processos de SBC n.ºs 1 e 16, do anexo III. Trata-se de processos-insalubridade movidos com intervalo de tempo de 5 anos, durante os quais condições de trabalho permaneceram as mesmas conforme apontam as reclamações feitas pelos reclamantes que usam anchas, retíficas e espelhadeiras (a óleo e querosene) que provocam calor e vapores tóxicos, além do ruído", na reclamação mais recente, de 1979, acrescenta-se a ocorrência de doenças de pele entre os operários reclamantes.

Em Osasco acontece fato semelhante com os processos n.ºs 3 e 6 do anexo II que foram iniciados em 74 e 76 e cujas condições de trabalho reclamadas não se modificaram, tendo inclusive se agravado segundo a informação que consta do processo de 1976, em que além do pó, ruído e do calor se associam agora produtos químicos como "thinner, ácidos e gás de bateria".

Conclui-se pois, que a via jurídica dos processos-insalubridade não é um instrumento eficaz na luta pela melhoria dos ambientes de trabalho. Quando muito assegura um direito do trabalhador que é o adicional de insalubridade que representa a venda da própria saúde além da força de trabalho, ao lado de deixar todo um trabalho de investigação sobre as condições de trabalho realizado pelos trabalhadores reclamantes no seu dia a dia dentro das fábricas, como ocorre no caso de SBC, ao crivo de um laudo pericial que prima pela superficialidade e pelo reducionismo' de suas conclusões, no que é perfeitamente amparado pela legislação em vigor.

Mesmo dentro destes estreitos limites de ação, pode-se dizer que o maior aparelhamento do Sindicato de SBC na formulação das reclamações, demonstrando maior grau de aprofundamento dos agentes agressivos e seus reflexos, estaria relacionado à própria forma de atuação do sindicato, que adotou como estratégia política o referencial dos problemas existentes nas fábricas, a partir de questões concretas vivenciadas pelos trabalhadores dentro de cada fábrica, como refere Almeida. (13)

(13) Almeida, M.H.T. - op.cit., 1975

Diante desse quadro pouco alentador o movimento sindical haveria de se posicionar de forma mais efetiva, no sentido de ter uma atuação positiva quanto à questão da saúde no trabalho.

Conforme nos relatou o Dr. Maurício Soares, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC, os processos-insalubridade são um expediente "politicamente desastroso, não leva a uma luta dos trabalhadores, é desgastante, demora muito tempo e o sindicato nada pode fazer, além de ter o agravante de atingir pela dispensa os trabalhadores mais dispostos, pois os trabalhadores que abrem os processos seriam os quadros mais combativos, muitas vezes a luta baseada nos processos representa uma vitória de pirro(...) pode ser até um meio de divisão dos trabalhadores dentro de fábrica (...)as vezes um grupo numa secção ganha o adicional e o outro não ganha ou não se ganha a ação e ocorrem dispensas (...) o próprio perito é parcial e comodista, não se aprofunda nas análises do ambiente de trabalho, como no caso de poeiras e gases, por exemplo".

E apontou já algumas diretrizes do trabalho desenvolvido pelo sindicato para superar esta situação:

"As condições tem melhorado a partir das comissões de fábrica, das CIPAs e da negociação com a empresa (...) com a preocupação de organizar a categoria dentro das fábricas, hoje a preocupação é organizar a categoria, a época da agitação já passou. Isto está se dando através dos cursos de formação sindical mais sistematizados, onde as questões de segurança e higiene são colocadas. A partir das grandes greves houve um marco de desafio para lutar também nesta área. Foi o fim do espontaneísmo e do não planejamento, o DIESAT já veio nessa linha. Aqui em SBC a tendência é ampliar o próprio Departamento de Higiene e Segurança com a contratação de outros técnicos, como um engenheiro, por exemplo, e inclusive com a aquisição de equipamentos. Em maio (de 1983) foi contratado um advogado para acompanhar a fiscalização das cláusulas da Convenção Coletiva, inclusive as relacionadas com Higiene e Segurança no Trabalho. Porém acho que em geral, ainda não existe uma conscientização do próprio movimento sindical nesta área. Veja, o DIESAT é pouco prestigiado, poucos sindicatos tem o seu serviço de Higiene e Segurança. O grau de organização contudo, será no sentido de melhorar as condições de trabalho. É um trabalho difícil porque a tendência do patrão é co-optar os organismos dos trabalhadores (Comissões de fábricas e CIPAs). O perigo da co-optação é muito grande em uma grande empresa multinacional automobilística a CIPA foi "comprada" pela empresa e vendeu o mandato". (grifos nossos)

Frisse-se que com a intervenção no sindicato de SBC em meados deste ano (1983) todo avanço que o trabalho vinha tendo, segundo as linhas gerais traçadas neste relato se viram prejudicadas como já ocorrera com a intervenção anterior, em maio de 1980, quando o sindicato somente veio a ter nova diretoria eleita em agosto de 1981.

No caso do Sindicato de Osasco, a estratégia de ação também se direciona na organização e conscientização dos operários sobre as questões relativas à higiene e segurança principalmente a partir de 1980/81. Veja-se o que declarou em entrevista o tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Carlos Clemente, também Secretário Geral da DIESAT, quando perguntado sobre o papel do Departamento de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho do Sindicato:

"O Departamento na verdade é uma das ações do Sindicato nesta área. Ele é bem informal. Tem esse nome assim ... "afrescalhado" para a gente poder penetrar institucionalmente em algumas fábricas e CIPAs e até mesmo no setor público. Mas é um grupo de pessoas que sempre estão juntas aqui no Sindicato, fazendo reuniões, trazendo propostas e também trabalhando em função das novas propostas de melhoria das condições de trabalho, propostas educativas, mostrando que o sindicato tem de falar nesta área, o que tem que fazer nessa área, que tipo de apoio de dados que o sindicato deve ter. São pessoas associadas do sindicato que vem aqui espontaneamente, colaboram, ajudam a fazer as publicações do sindicato e, na verdade sempre estão trazendo pra cá através dessas reuniões aquilo que é o dia a dia dentro da empresa. Então o Departamento é isso. Temos dois diretores que ficam mais próximos dele, mais com as outras atividades do sindicato, todo trabalho político e sindical que é preciso fazer na categoria... E, esse grupo vai detalhando a linha do sindicato na área. Por exemplo, nós fazemos seminários com o pessoal da base e tiramos quais os itens de segurança que vão ser discutidos. Quem levanta isso, são essas pessoas que trabalhando no Departamento, tem as idéias mais lúcidas nessa área. Nós vamos atrás do setor público, conseguimos através da briga, já por duas vezes um bloco de cursos aqui em Osasco. Em 1982, através de uma briga com o Ministério do Trabalho em Brasília, nós conseguimos trazer pra Osasco um curso e treinar 130 cipeiros em prazo inferior a 3 meses. Então, a linha do curso que veio pra cá, a tônica do discurso do sindicato nesses cursos, quem deu foi exatamente os membros do Departamento de Segurança na época. Agora, já ficou claro que os cursos vão vir pra cá inseridos com todos os itens da nossa con-

venção nos itens ligados à Segurança, Higiene e Medicina e que o Sindicato vai ter uma participação ativa dentro dos cursos. Mas, para se chegar lá, foram os membros do Departamento que mostraram para a Diretoria do Sindicato, que era importante, era uma reivindicação que o Sindicato não poderia abrir mão e nós conseguimos ".

Perguntado sobre qual seria a participação do Sindicato nos cursos, Clemente afirmou:

"O curso em si já foi discutido praticamente em todos os itens. O curso deverá vir com a tônica central das condições inseguras de trabalho e não no ato inseguro e será realizado na sede e sub-sedes do sindicato e em alguns outros locais apropriados ". Quem participa do Departamento? " As pessoas que participam do Departamento são na maioria trabalhadores das pequenas empresas porque nós temos poucas grandes empresas em Osasco, mas nós temos também pessoas das grandes empresas e que através desse trabalho do Sindicato vão ser os cipeiros. São também os cipeiros das fábricas que estão aqui no Departamento e estão totalmente sintonizados com o trabalho do sindicato nessa área. "

Percebe-se pois, que a preocupação do sindicato é, através da formação de quadros subsidiar o trabalho dos organismos da empresa como as CIPAs e além delas também, as Comissões de fábrica, apesar de ainda serem muito poucas.

Muito embora a questão das condições de trabalho e da saúde esteja marcadamente presente hoje como área prioritária da atuação sindical nos casos analisados, cabe lembrar que a afirmação dessa estratégia surgiu de um trabalho que se inicia em SBC em meados dos anos 70 com os Congressos dos Metalúrgicos de SBC, realizados em 1974, 76, 78 e em Osasco, mais recentemente, após o Ciclo de Debates sobre Acidentes do Trabalho, Doenças Profissionais e Atuação das CIPAs realizados anualmente a partir de 1980, as SEMSATs em 1979 e o primeiro Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, realizado em 1979. Ao nível da categoria metalúrgica como um todo, um marco importante foi a realização do I Seminário Nacional sobre Moléstias Profissionais no Setor Metalúrgico, nos dias 25 a 29/7/77 que concluiu pela necessidade de se ter um "diagnóstico dos problemas da categoria; pela promoção da capacitação em prevenção através da formação de recursos humanos na área e pela necessidade de se divulgar as informações colhidas dos trabalhadores e a opinião pública". (14)

(14) - ver à respeito: "relatório final do I Seminário Nacional sobre Moléstias Profissionais no Setor Metalúrgico, Brasília, 25 a 29 de julho/77".

No que se refere aos Congressos dos Metalúrgicos de SBC e DIADEMA, o I Congresso, realizado em Setembro/74, tratou da política econômica brasileira e da sua influência na política salarial como tema base. A questão da segurança do trabalho era assim colocada:

"O salário, o ritmo de trabalho, o número de horas que serão prestadas, o horário, as folgas, as férias, tudo é determinado pela empresa, sem nenhuma participação do trabalhador ou suas organizações. Quando é aceito pelo empregador, o trabalhador adere a um contrato de trabalho e a um regulamento onde estão previstas as suas obrigações ...

O ambiente em que é desempenhado o trabalho, faz parte, igualmente, de um sistema global de explorações. Uma das provas do que afirmamos está no elevadíssimo índice de acidentes e na gravidade de que se revestem. As medidas de prevenção se restringem a controles mecânicos e protetores individuais como luvas, capacetes, aventais e botas. Conquanto se dizendo empenhadas em reduzir o número de acidentes, as empresas nunca se preocuparam em realizar a correlação que sabemos existir entre baixos salários, jornadas excessivas, tensão nervosa e os infortúnios". (grifos nossos) (15)

É interessante observar que, se aqui a preocupação é maior com os acidentes de trabalho, não se cogitando das doenças do trabalho, existe uma clara formulação associando fatores da organização do trabalho, aos danos à saúde, o que ultrapassa os estreitos limites de explicações dos infortúnios como o ato inseguro e das medidas de proteção individual.

O II Congresso de SBC e DIADEMA realizou-se em setembro de 76, e discutiu os temas: política salarial, condições de trabalho, garantia de emprego e garantias sindicais.

No tema política salarial a questão da insalubridade era assim colocada:

"Quanto às condições especiais de remuneração: a caracterização e a classificação de locais insalubres deverão ser feitos por comissões paritárias, e não mais através de peritos designados pela Justiça do Trabalho.

Quanto às condições de trabalho: ... as instalações industriais serão planejadas por comissão paritária, levando-se em conta a natureza e o tipo das máquinas a serem operadas, para que se elimine todas as condições de insegurança e de insalubridade existentes no processo de produção;

(15) - ver resoluções do I, II e III Congressos dos Metalúrgicos de SBC e DIADEMA, Caderno nº1, publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e DIADEMA, maio/83, p.8

o ritmo de trabalho, particularmente nas indústrias que operam em sistema de linha de montagem, será previamente fixado por comissões paritárias, não podendo ser alterado sem o prévio consentimento do Sindicato. "

Vê-se pois, que a preocupação com o controle das condições de trabalho adversas é destacada, inclusive por meio de uma análise positiva do problema no que se refere às condições de segurança e salubridade ao se assumir que não são inerentes ao trabalho mas passíveis de serem totalmente eliminados.

Quanto às CIPAs, era colocada a necessidade da participação do Sindicato, através de representantes livremente indicados pela entidade.

O III Congresso, realizado em outubro/78, após as intensas mobilizações das greves daquele ano, discutiu a questão da estrutura sindical brasileira.

No ano de 1983, nos primeiros dias de julho, iniciou-se o IV Congresso dos Metalúrgicos de SBC, antecedido de amplos debates nas empresas e no sindicato. O temário do IV Congresso estava marcado pela preocupação em se debater a crise econômica e seus reflexos na vida nacional. Dentre outros itens de discussão, é interessante ressaltar aquele relacionado ao plano de ação da categoria, plano de organização dentro das fábricas em que a atuação das CIPAs era enfatizada, através de uma extensa análise das possibilidades da sua intervenção sobre as condições de trabalho e os seus limites, vivenciados na prática sindical desses anos. (16) Contudo, após a realização da primeira fase do Congresso nos dias 1, 2 e 3 de julho, ocorreu a intervenção no sindicato e o Congresso não se encerrou. A intervenção mais uma vez veio truncar o trabalho realizado na área prejudicando assim seu avanço.

Em relação ao sindicato dos metalúrgicos de Osasco, a atuação mais efetiva quanto à questão da saúde e trabalho, assume maior destaque a partir da realização das SEMSATS em 79, quando houve reuniões no sindicato, reunindo centenas de associados para discutir os problemas das doenças profissionais causadas por poeiras e por agentes físicos.

A partir daí o sindicato passa a priorizar a luta na área da higiene, segurança e saúde no trabalho promovendo ciclos de debates, seminários e a criação do Departamento de Higiene, Se

(16) - IV Congresso dos Metalúrgicos de SBC e DIADEMA: Texto básico para o debate, Caderno nº 3, maio/83, pp.23/30.

gurança e Medicina do Trabalho no final de 1981. No I Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, em setembro/1979, uma das resoluções referia-se à "Conscientização dos trabalhadores quanto a necessidade de se ter mais segurança no trabalho, higiene e saúde".

No I Ciclo de Debates, realizado em julho/80, sobre o tema Acidentes do Trabalho: Repercussões sociais e econômicas (co mo fazer das CIPAs um instrumento de melhoria das condições de trabalho), já se apontava a estratégia de luta que iria assumir a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco nesta área. Trata -se da transformação das CIPAs em órgãos atuantes, mediante a participação do Sindicato nas eleições, contribuindo para que tra balhadores combativos se elejam; da organização de cursos de formação de cipeiros e da participação nas Semanas Internas de Pre -venção de Acidentes (SIPATs) dentro das empresas. Posteriormente, com a criação do Departamento de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, o Sindicato assume importante papel na conscientização dos trabalhadores na luta pela necessidade da melhoria das condi ções de trabalho e de saúde, veiculando através do seu boletim bi mensal o "Operário Inteiro" (OI) orientações e informações. Hoje o OI tem tiragem de mais de 10000 números e apresenta a caracterís tica de ser uma publicação periódica e que inclusive chega à resi dência de 7300 associados. Com a priorização do trabalho e com as CIPAs o sindicato reverteu um quadro que era desalentador - 41,0% das empresas obrigadas a ter CIPA em Osasco, em 1979, não tinham para uma situação bem mais favorável, com somente 7% das empresas obrigadas a ter CIPA não cumprindo essa obrigação atualmente, con forme relatou Carlos Clemente em entrevista.

Com os Ciclos de Debates se procura ampliar para toda a base de atuação do sindicato a discussão dos temas relacionados a Higiene e Segurança do Trabalho, havendo com isso, uma homogenei zação das informações e uma participação mais massiva dos traba -lhadores de base. O Departamento de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho do Sindicato mantém um grupo permanente de associados discutindo questões ligadas à higiene e segurança, subsidiando a diretoria sindical no seu trabalho do dia a dia com os trabalhado res nas fábricas. O Departamento representa também um organismo institucional que assessora o Sindicato nas discussões com as em presas. (17)

(17) - ver "Operário Inteiro" (OI) e documentos finais do I e II Ciclos de Debates do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

Percebe-se pois, que o objetivo mais importante da política do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco na área, é a conscientização sobre a necessidade de se melhorar as condições de trabalho, sendo que neste contexto, os processos de insalubridade passam a ter um caráter secundário como instrumento de atuação. Com a priorização da formação de quadros e do fortalecimento das CIPAs, procura-se desmistificar as teorias que explicam os acidentes pelo ato inseguro, e avançar numa posição crítica que coloca a defesa da saúde e do papel do próprio trabalhador nesta conquista.

Através da realização anual dos Ciclos de Debates, Seminários, Cursos de Cípeiros, o Sindicato de Osasco cria condições para que um número cada vez maior de trabalhadores tome consciência dos problemas de saúde relacionados com o trabalho e passe a reivindicar melhoria das condições dos ambientes do trabalho.

É interessante salientar que nesse tipo de prática o Sindicato tem se aproximado da população trabalhadora em geral, - ao procurar ampliar essa discussão para os bairros operários, realizando atividades nas sociedades amigos de bairros.

Quanto à divulgação do problema relacionado à insalubridade e à agressividade dos ambientes de trabalho à saúde nos jornais dos 2 sindicatos, pode-se dizer que apresenta dois marcados aspectos.

Já no início dos anos 70 os jornais Tribuna Metalúrgica de SBC e Visão Trabalhista de Osasco denunciavam a gravidade das condições insalubres e perigosas dos ambientes de trabalho chamando atenção para o problema dos acidentes de trabalho.

Frisa-se que, nesta época, o País vivia o "milagre brasileiro", e apenas eventualmente apareciam informações sobre a violenta exploração da força de trabalho refletida no número de acidentes no trabalho na imprensa alternativa, dada a censura imposta à grande imprensa pelo regime militar, o que dificultava a divulgação do problema à opinião pública.

Além dos acidentes de trabalho a imprensa sindical tratava a questão da insalubridade denunciando as condições insalubres de trabalho nas empresas e dava destaque às ações legais via processos-insalubridade, quando se conseguia obter ganho das causas na Justiça do Trabalho, o que era considerado uma vitória para os sindicatos.

A Tribuna Metalúrgica nº 2, de agosto/71 denunciava em matéria assinada pelo advogado trabalhista do Sindicato Dr. Antonio Possidonio Sampaio, sob o título "Acidentes e Doenças do Tra-

balho ameaçam trabalhador metalúrgico":

"... apesar do progresso material que o País tem alcançado, graças à contribuição dos trabalhadores, o número dos acidentes aumenta assustadoramente (...) pois as empresas não atendem às exigências mínimas de Segurança e Higiene do Trabalho. Os números de acidentes e doenças do trabalho dão bem a idéia do problema (...) e constituem uma séria alerta às autoridades responsáveis pela saúde e segurança dos trabalhadores...

"No setor metalúrgico(...) o problema está se agravando de ano para ano, quer por falta de prevenção de acidentes, quer por falta de esclarecimentos aos trabalhadores quanto à utilização dos instrumentos de trabalho, quer ainda pelos baixos salários que obrigam a realizar horas extras, o que concorre para o aumento de acidentes e doenças em virtude da fadiga e da debilitação orgânica. Parece mentira, mas a moderna tecnologia está contribuindo para o crescente aumento de acidentes e doenças com máquinas mais vibráteis e velozes e o emprego de novos agentes químicos, os riscos no trabalho são muito maiores, o que enseja o surgimento de novas doenças".

Em Osasco o Jornal Visão Trabalhista também abordava a questão das doenças profissionais conforme artigo publicado no nº 6 de setembro/outubro de 73:

"Doença Profissional é o problema mais crucial do trabalhador brasileiro. Infelizmente os médicos que prestam esse tipo de atendimento em medicina do trabalho dão pouca atenção aos riscos por que passam os trabalhadores, as vezes nem sabem em que ambiente aquele assalariado presta o seu precioso trabalho. (...) Sabemos que as empresas com uma ou duas exceções, mantêm nos locais de trabalho somente um inspetor de segurança, assim mesmo que se preocupa em exigir que os trabalhadores usem óculos esquecendo-se de outras atribuições importantes. Se verificarmos as estatísticas veremos que tanto as empresas como os inspetores, não dão atenção devida à melindrosa obrigação que está sobre seus ombros, que é preservar a saúde dos trabalhadores..."

As denúncias e alertas se repetem constantemente nos dois jornais sindicais, sendo que a insalubridade no início da década de 70 era enfrentada através dos processos de insalubridade que, quando obtinham êxito na Justiça Trabalhista mereciam destaque como na notícia veiculada pelo nº 13 da Tribuna Metalúrgica, de Novembro/72:

"(...) a reclamada é uma empresa rica também em insalubridade. Em consequência, seus empregados devagarinho, vão se tornando pobres em saúde. Como a empresa não quis solucionar o pro -

blema amigavelmente com o sindicato, ajuizamos um processo na Justiça do Trabalho (...) Na primeira audiência, a empresa "abriu o bico" e disse reconhecer que realmente o ambiente de trabalho na galvanoplastia é ruim demais, comprometendo-se a pagar o adicional de insalubridade em grau máximo, 40% do salário mínimo ...

Mais uma vez, ficou demonstrado que a união, no sindicato, faz a força.

Se na fábrica onde trabalha o companheiro leitor, tiver insalubridade, convide os colegas do setor e compareça ao sindicato que brigaremos pela solução do problema ".

É interessante salientar que nessa época, o recebimento do adicional de insalubridade era visto provavelmente em função do estágio da mobilização em torno da melhoria das condições de trabalho, como uma espécie de solução do problema. Em outras ocasiões o acordo com a empresa para o pagamento do adicional de insalubridade é priorizado como mostra a notícia do jornal Visão Trabalhista, de janeiro/fevereiro/74:

" Quando há compreensão entre as partes e diálogo resolve-se problemas. Dando prosseguimento ao diálogo entre a empresa e o sindicato resolveu-se mais um caso sem ser preciso a intervenção da Justiça do Trabalho. Houve acordo (...) as partes tomaram conhecimento da existência da insalubridade e acordaram que a firma pagará o adicional de 20% do salário mínimo, até extinguir a causa (...)" .

Um aspecto comum aos dois jornais sindicais, é a denúncia através de uma secção especial - o "Martelo" no jornal Visão Trabalhista e "Notícias das Empresas" no jornal Tribuna Metalúrgica das condições de trabalho agressivas e insalubres.

A partir de 79/80, o teor das notícias passa a adquirir uma característica positiva em termos da preocupação de que os sindicatos atuem para alterar as condições de trabalho como estratégia política.

Nesta época, em janeiro de 1979 havia sido criada a Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador (CISAT) que iria dar origem ao Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT) em 1980 e se realizaram as duas primeiras SEMSATs.

O número 50 do Jornal Tribuna Metalúrgica de Fevereiro de 79, assim se referia quando da realização da I SEMSAT:

"Um Congresso sobre doenças profissionais"

No Brasil tem se dado pouca importância às doenças profissionais. Não há (...) uma campanha preventiva, com vistas a

evitá-las sequer, em muitos casos, chegam a ser reconhecidas como tais. em razão disso, os trabalhadores continuam sujeitos aos mais variados riscos de saúde (...) quando adoecem, vão sobrecarregar o INPS com pedidos de auxílio-doença e aposentadoria por in_{va}lidez. SÓ o trabalhador e o INPS arcam com o ônus das molé_s - tias apanhadas em serviço: o patrão simplesmente substitue o doent_e por trabalhador sadio (...)

Esses aspectos do problema serão objeto de análise da Semana Sobre Doenças Profissionais e Acidentes de Trabalho marcada para 7 a 12/5/79 e que tratará da silicose e doenças do pulmão (...)

No Brasil, esses tipos de problemas de trabalho até ago ra eram tratados por iniciativa das autoridades. com isso, os trabalhadores não tinham muita vez e as resoluções destes atendiam (...) apenas os interesses dos patrões. Agora, a iniciativa de reunir todos os sindicatos para discutir doenças profissionais, terá um caráter diferente: com base nos estudos dos médicos e es_{pe}cialistas (...) podemos situar livres de pressões, os responsáveis por tais ocorrências do ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo, podemos tomar em plena liberdade, as decisões que se fizerem necessárias para se obrigarem os patrões a respeitar as leis de segurança e higiene do trabalho. Por ser, pois, um Congresso nosso, e diferente de todos até agora realizados devemos apoiá-lo plenamente. E, participar, é evidente."

No mesmo sentido eram as afirmações do jornal Visão Tra balhista nº34, sobre a I SEMSAT:

I SEMSAT: O TRABALHADOR NA DEFESA DA SUA SAÚDE.

"Pela primeira vez na história do sindicalismo brasileiro, trabalhadores de diversas categorias se juntaram para realizar um seminário independente de estudos e debates sobre doenças profissionais (...)

A primeira SEMSAT, foi organizada por 50 sindicatos, 4 Federações e a União dos Aposentados de Osasco. Durante 6 dias, cerca de 1800 trabalhadores do Estado participaram das discussões e fizeram depoimentos nas 13 reuniões promovidas."

No número 58 da Tribuna Metalúrgica, de dezembro/80, e_{di} tado pela diretoria cassada, coloca-se a questão da estratégia a ser usada a partir do ano de 1981, na área da saúde e condições de trabalho:

"Esta matéria tem como objetivo alertar os companheiros para a campanha que iremos traçar no ano que vem denunciando os abusos contra os metalúrgicos, principalmente os da indústria au-

tomobilística. Iremos denunciar casos verdadeiros e montar esquemas para exames em todos os trabalhadores para acabar com a falta de respeito à nossa saúde. Quando entramos em uma empresa, somos submetidos a um exame médico completo para sermos admitidos em perfeitas condições. É importante que ao sairmos da (...) empresa a gente procure também fazer um exame médico no sindicato ou em qualquer lugar que não seja a empresa, para exigir que sejamos dispensados nas mesmas perfeitas condições em que fomos admitidos. Isso também nos permitirá saber o quanto a nossa saúde foi prejudicada nestes anos de trabalho ... Aguardem as denúncias para o começo do ano. "

Apesar da preocupação maior aqui evidenciada se relacionar com os efeitos provocados pelas condições adversas do trabalho esta estratégia deu origem posteriormente, a uma prática que foi adotada somente no ano de 82 porque o sindicato sob intervenção do Ministério do Trabalho de maio/80 a fevereiro/81, sendo dirigido por uma junta até a eleição da nova diretoria em meados de 81.

Tal prática consistiu na realização de exames médico-laboratoriais de trabalhadores de determinados setores das fábricas para subsidiar a luta contra a insalubridade na fábrica. Isto foi feito principalmente em algumas empresas automobilísticas multinacionais.

Em Osasco onde o trabalho não foi interrompido como ocorreu em SBC, deu-se prosseguimento à linha de atuação preconizada a partir das SEMSATs conforme mostram as notícias veiculadas na Visão Trabalhista a respeito dos Ciclos de Debates realizados em 80, 81, 82 e 83, além dos Congressos de Metalúrgicos de Osasco, de 79 e 80, nos quais a questão foi também discutida.

Nesta breve compilação de matérias da imprensa sindical dos dois sindicatos analisados, procurou-se mostrar que o problema da higiene e segurança do trabalho foi tratado de forma diferente em períodos distintos. Do início da década de 70 até a realização das SEMSATs em 79 quando a atuação era centrada nos processos de insalubridade e nos direitos pecuniários do adicional. Após as SEMSATs percebe-se um posicionamento positivo sobre a questão da saúde referida às condições de trabalho, que tende para a defesa da saúde no local de trabalho.

Finalmente, outro aspecto interessante sobre atuação dos sindicatos no campo da saúde no trabalho, prende-se à utilização das convenções coletivas de trabalho, celebradas por ocasião das campanhas salariais.

A partir de 1978, é nítida a preocupação em negociar cláusulas relativas à Higiene e Segurança do Trabalho. Dentre elas é interessante a que se refere à comunicação ao Sindicato pela empresa, da data da eleição das CIPAs; a que garante a estabilidade no emprego do acidentado ou doente do trabalho; a referente às medidas de proteção em relação às condições de segurança e de trabalho, a partir da qual o Sindicato pode "oficiar à empresa queixas dos associados. Em 30 dias a empresa deverá informar as medidas adotadas..." E, finalmente, a que se refere à atuação dos profissionais de segurança e medicina do trabalho, em que fica "vedado" o exercício de outras atividades durante a atuação nos serviços especializados de segurança e medicina do trabalho".

Frise-se que estas cláusulas representam a explicitação de preocupações concretas dos trabalhadores e tem servido de instrumento para fazer avançar o trabalho de conscientização e as reivindicações sobre a melhoria das condições de trabalho. Foi por exemplo, para garantir o cumprimento da cláusula relativa à estabilidade do acidentado, que o sindicato de SBC criou um serviço médico pericial, contratando um técnico do DIESAT que, hoje, além da atividade específica das perícias médicas dos trabalhadores acidentados atua também na organização dos cipeiros e de grupos de fábrica para discutir questões relacionadas com a insalubridade dos locais de trabalho.

Em Osasco, a cláusula sobre as eleições de CIPAs possibilitou que avançasse a formação de quadros sindicais para atuar na área da higiene e segurança do trabalho, através dos cursos de formação de cipeiros e de trabalhadores ativistas.

5. Considerações Finais:

A luta pela melhoria das condições de trabalho e, consequentemente, pela defesa da saúde no trabalho, não se dá descolada do momento político e da dinâmica do movimento social.

Procurou-se demonstrar que o avanço dessa luta nos dois sindicatos, se deu no bojo da retomada do movimento sindical o perário do seu papel no cenário político brasileiro. E, por se tratar de uma questão eminentemente ligada à realidade da fábrica, existem grandes barreiras a serem ultrapassadas para que o trabalho na área não retroceda.

Assim, a defesa da saúde no local de trabalho, envolve a questão de representatividade dos sindicatos a nível da empresa. Esta possibilidade é vedada pela estrutura sindical brasileira, que impede a existência de organismos de fábrica como as Comissões de Fábricas, o delegado sindical e os grupos de fábrica. Não é por acaso que as "principais reivindicações dos metalúrgicos da região do ABC em 1.980, além de (...) aumento salarial (...) foram: 1- estabilidade no emprego, 2- máximo de 40 horas semanais de trabalho e fim das horas "extras", e 3- direito da representação sindical na empresa com o reconhecimento do delegado sindical". (18) Estas reivindicações também aparecem com frequência a partir do início dos anos 80 nas pautas de negociações dos sindicatos estudados por ocasião das campanhas salariais. Em congressos realizados no final do anos 70 e início da década de 80 a questão também tem merecido grande destaque. É que, como observa Moises "(...) o baixo teor de representatividade do "sindicalismo político" dos anos 50 e 60, frequentemente impedia que os problemas da fábrica emergissem como tema das lutas operárias (grau de exploração no trabalho, ritmo de produção, disciplina, etc.) e quase fazia com que toda a atenção da militância sindical se dirigisse à questão da orientação do processo de desenvolvimento nacional". (19)

A estrutura sindical, atrelada e dependente do Estado, não foi modificada nem mesmo no período de democracia liberal de 1.946-64, apesar de "rebaixar-se de maneira geral a intervenção do Estado". Após 64 a "legislação inviabiliza a vida operá-

(18) Moises J.A. - "A estratégia do Novo Sindicalismo", in Alternativas Populares da Democracia: Brasil 1.980, Ed. Vozes, 1.981, p. 2.

(19) Moises, J.A. - op.cit., p.13.

ria independente (...) sindicatos assumem uma série de funções de caráter estatal (...) e ficam com a autonomia restrita". (20)

Além disso, o financiamento dos sindicatos pelo Estado, através do imposto sindical, garante a fonte mais substancial de seus orçamentos e, como apontam Lamounier & Souza:

"Em troca do monopólio da representação e do financiamento garantido, as leis trabalhistas concedem ao Ministério do Trabalho o direito de intervir unilateralmente nos assuntos internos de qualquer entidade sindical. O Ministério pode vetar candidatos, cancelar eleições, depor ocupantes eleitos de certos cargos e substituí-los temporariamente por delegados por ele no meados (...) e, em último recurso, dissolver o sindicato pela revogação de seu registro". (21) (grifos nossos)

No caso concreto do Sindicato de São Bernardo do Campo, em que ocorreram 3 intervenções no curto período de 04 anos, em 1.979, 1.980/81 e 1.983, todo o trabalho que era desenvolvido apresentou solução de continuidade e a atuação na área de higiene e segurança se viu prejudicada tendo que ser retomada em cada oportunidade em condições que atrasaram seu avanço e os planos traçados.

Assim, o impedimento da possibilidade de representação sindical na empresa, a perda da estabilidade no emprego e a dependência econômica e política dos sindicatos em relação ao Estado, representam um sério obstáculo para a conquista da melhoria das condições de trabalho e da saúde. Mesmo a CIPA, cuja Norma Regulamentadora foi modificada recentemente em outubro de 83, sem alterar substancialmente sua estrutura, tem sua atuação dificultada, pela precária estabilidade de seus membros, pela interferência patronal nas eleições e pela pouca autonomia executiva que tem, reproduzido de certa forma a própria limitação apresentada pelos sindicatos.

Por outro lado, a partir do final dos anos 70, quando se agudizou a crise econômica do capitalismo internacional que no Brasil provocou uma série de consequências, a questão da luta e defesa da saúde também sofreu limitações. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores diante da crise, a ameaça de de

(20) Viana, L.W. - op.cit., pp. 38-39

(21) Lamounier, B. & Souza, A. - "Governo e Sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80", Dados, Revista de Ciências Sociais, 24(2):139-159, Rio de Janeiro, p. 149.

semprego, a fome e a piora das condições de trabalho, contribuem para obstar a conquista de avanços na área da saúde e trabalho. Entende-se que a saúde no trabalho numa conjuntura de crise é prejudicada devido à profunda re-estruturação dos processos de trabalho com uma "crescente automatização e uma crescente divisão internacional do trabalho". Além disso, a crise econômica leva a "mudanças tecnológicas que reconstituem o exército industrial de reserva e transforma as condições de organização operária. A crise (...) significa assim, crescentes dificuldades para a luta operária reivindicativa (...)" (22)

Com a crise econômica piora o nível de vida da população trabalhadora e a defesa da saúde no trabalho em toda sua abrangência passa a ser dificultada dada a ocorrência de eventos mais dramáticos, como o aumento da incidência de acidentes, que aparece em função da intensificação do ritmo de trabalho, do aumento da jornada de trabalho e de piora da condição de alimentação e que têm profunda relação com a ameaça do desemprego.

Um exemplo dos reflexos da crise e do desemprego sobre as condições de trabalho, pode ser dado na resposta que o coordenador do Departamento de Higiene e Segurança e Medicina do Trabalho de Osasco deu à pergunta sobre a maior dificuldade para o avanço da luta na área da saúde e condições de trabalho:

"(...) é o próprio desemprego. Aqui em Osasco nós tivemos uma redução drástica do número de trabalhadores. Dentro da projeção de 1.980, era para ter 45.000 trabalhadores aqui esse ano (83) e estamos em torno de 35.000, na categoria metalúrgica. Isso fez com que muitas pessoas fiquem com medo de perder o emprego e aceitar os serviços mais desumanos possíveis. Tanto é que no ano passado (1.982), dentro das informações que temos do INPS, aqui na região aumentou o número de mortes por acidente. Em 1.981 houve 24 mortes e em 1.982, 36 mortes (...) Então, aumentou em quase 50% o número de mortes por acidentes de trabalho. Quer dizer o pessoal está trabalhando cada vez mais em piores condições sujeitos a riscos graves com medo de perder o emprego. Numa recessão dessas vamos ter muitas CIPAs semi-paralisadas por dispensas ou porque as empresas se colocam em posição contrária a ter autonomia a CIPA. Tem várias empresas com CIPAs para

(22) Laurell, A.C. & Serrano, M.M. - "A crise e saúde na América Latina", Revista CA de Ciências de la salud, 21, janeiro-abril de 1.982, pp. 21-22.

radas e isso é um problema sério" (grifos nossos)

Para Laurell, "a crise agudiza a competição inter-capitalista e tende a redefinir o tempo socialmente necessário para produção das mercadorias. Isto se logra através do aumento na produtividade que se implementa por meio da intensificação do trabalho (...) Em termos dos processos de trabalho concretos significa ritmos de trabalho mais intensos, uma tendência ao aumento do trabalho em turnos, (...) uma crescente perda de controle por parte do operário sobre sua tarefa e o manejo de tecnologia potencialmente mais perigosos" (23) (grifos nossos) Além disso, os danos para a saúde mais importantes, implícitos nos mecanismos de "transformação dos processos de trabalho impulsionados pela crise, seguramente não se encontram entre os que a lei define (...) especial atenção deve ser dada à patologia do stress (...) intimamente ligada às formas concretas de organização de trabalho (...) " (24)

Assim, a questão da saúde no trabalho, não pode ser resolvida descolada de outras questões como a jornada de trabalho, o ritmo de trabalho, as horas extras, que apresentam e feitos não perceptíveis de imediato.

Coloca -se pois, ao movimento sindical uma tarefa bastante árdua de aprofundar a luta que vem sendo travada pela defesa da saúde diante das condições adversas de trabalho cujos reflexos perceptíveis de imediato, como o aumento dos acidentes de trabalho por exemplo, representam apenas o traço mais marcante.

É pois, anível da luta mais geral por mudanças políticas amplas na sociedade brasileira inserindo nela a luta pela saúde na fábrica, que o movimento sindical operário poderá ultrapassar os limites impostos ao avanço da luta, lograr afirmações de conquistas já conseguidas e obter seu aprofundamento, no sentido de que a saúde assuma um estatuto positivo.

(23) Laurell, A.C. & Serrano, M.M. - op.cit., p. 32.

(24) Laurell, A.C. & Serrano, M.M. - op.cit., p. 39.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Abreu, M.P. - "Acidentes do Trabalho: a experiência brasileira recente - 1968-1976"
Revista de Pesq. Plan. Econ., 8(2):367-386, 1978, Rio de Janeiro.
- 2 ACGIH - Guia de Limites de Tolerância para substâncias químicas e agentes físicos no ambiente de trabalho, com as mudanças pretendidas para 1982
- 3 Almeida, M.H.T. - "O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", Debate e Crítica, 6:49-74, julho de 1975, p. 52.
- 4 Bagnara, S. Bioca, M. e Mazzonis, D.G. - "Trends in occupational Health and safety Policy in Italy", Int. J. Health Serv., 11 (3): 431-450
- 5 Basaglia, F. e outros - La salud de los trabajadores: aportes para una política de la salud, Ed. Nueva Imagen, México, 1981
- 6 Berlinguer, G. - Medicina e Política, Coleção Saúde em Debate, ed. Hucitec, 1978, São Paulo
- 7 _____ . A Saúde nas Fábricas, Ed. Cebes-Hucitec, 1983, São Paulo.
- 8 Berman, M.D. - Death on the Job, Baywood Publishing Co. Inc, 1978
- 9 BIT - "La prevention du Cancer professionnel", serie Sécurité et Médecine du travail, n° 39, Gêneve, 1978.
- 10 Bonciani, M. E Bonciani, R.D.F. - "Situação da Medicina do Trabalho em São Paulo", Saúde Ocupacional e Segurança, XVII (6) 255-260, 1982
- 11 Braga, J.C.S. E Paula, S.G. - Saúde e Previdência-Estudos de Política Social, Ed CEBES - HUCITEC, 1981, São Paulo
- 12 Cadernos do CEAS, "Movimento operário em ritmo de Resistência" n° 50: 32-42, jul/ago. de 1977, Salvador.
- 13 Camargo, C.P.F. e cols. - São Paulo 1975, crescimento e pobreza, CEBRASP, Ed. Loyola, São Paulo, 1976
- 14 Campanhole, A. - Consolidação das Leis de Trabalho e Legislação complementar, 46a. edição, 1977, Ed Atlas
- 15 Castleman, B.J. - "A exportação de fábricas poluidoras para países em desenvolvimento", Int. J. Health Serv., 9(4):569-603, 1979
- 16 _____ - "Duplo padrão para riscos industriais", Int. J. Health Serv., 13(1) 5 - 14, 1983

- 17 C.G.T. - "Les conditions de travail", col. Point par Point, Centre Confederal d'Etudes Economiques est Sociales & Centre Confederal d'Education Ouvriere de la C.G.T., 1982.
- 18 Chiappino, G. & Tomasini, M. - Medicina e Igiene del Lavoro, Edizioni Lillireria Contina, - 1979, Milano.
- 19 Clemente, D.S. - "O Retrato das CIPAS, em São Paulo", Revista de Saúde Ocupacional e Segurança, XVII - (4): 177 - 184, 1982.
- 20 Cohn, A. - Previdência Social e Processo Político no Brasil, Ed. Moderna, 1980.
- 21 Colacioppo, S. - Avaliação do risco de intoxicação industrial por vapores de mercúrio, tese de mestrado, Faculdade Saúde Pública da USP, 1976, - mimeografado.
- 22 Comissões de Fábrica: uma forma de organização operária, Editora Vozes, 1981, Rio de Janeiro.
- 23 Costa, M.R. - As Vítimas do Capital: os acidentados de trabalho, Ed. Achiamé, 1981, Rio de Janeiro.
- 24 Deane, W. - A Industrialização de São Paulo, Ed. Difel, 3a. edição, s.d.
- 25 DIEESE - "Dez anos de Política Salarial", Estudos Sócio-Econômicos, 03/08/1975.
- 26 _____ - Divulgação 9/80 - "Balanço anual - greves de 1979", monografia.
- 27 _____ - "Balanço anual - greves de 1980", monografia.
- 28 _____ - Boletim do - Edição Especial - "Salário Mínimo" - abril de 1983.
- 29 _____ - Boletim do - Ano 2, julho de 1983.
- 30 DIESAT - Documento final do Forum de Debates: Acidentes de Trabalho, uma questão política, econômica e social, fevereiro de 1981, monografia.
- 31 _____ - Boletim nº3: "Os efeitos das horas-extras, turnos e ritmo sobre os trabalhadores", set.- out. de 1981
- 32 _____ - Boletim nº11: "Incapacidade no trabalho", ag./set. e out. de 1983, no prelo.
- 33 Documento final da I Semana de Saúde do Trabalhador (SEMSAT). "Silicose e doenças causadas por poeiras", maio de 1979, monografia.

- 34 Faria, M.A.M. Ecols - "A triste condição dos operários de Cubatão", Boletim DIESAT, nº3: 13-18, set e out. de 1981.
- 35 _____ - "Saúde e Trabalho: acidentes do trabalho em Cubatão", Rev. Bras. de Saúde Oc., 11 (42), abr/jun. de 1983.
- 36 _____ - "Alguns aspectos sociais relacionados à ocorrência de acidentes do trabalho em município industrial de Cubatão", Rev. Bras. de Saúde Oc. 11 (43): 25-35, jul/ag/set. de 1983.
- 37 _____ - Relatório de pesquisa, Saúde e Trabalho industrial, 1983.
- 38 Ferrante, V.L.B. - FGTS: Ideologia e Repressão, Ed. Ática, 1978.
- 39 Fleury, C.C.A. & Vargas, N. - Organização do Trabalho, Ed. Atlas, 1983.
- 40 Fleury, C.C.A. - "Geração de Tecnologia e Processo de Trabalho" outubro de 1983, monografia.
- 41 Franco, A.R. - Estudo preliminar das repercussões do processo de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores de um hospital geral de Ribeirão Preto, capítulo I, tese de Doutorado, Departamento de Medicina Social, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 1982.
- 42 Frederico, C.- Consciência Operária no Brasil, Ed.Ática, 1978 São Paulo.
- 43 _____ - A Vanguarda Operária no Brasil. Ed.Símbolo, 1979, São Paulo.
- 44 Fundacentro - Brasil, 1980: Estatísticas de Acidentes de Trabalho, 1982, monografia.
- 45 Fundação Jorge Duprat Pigueiredo de Segurança de Medicina do Trabalho - Ministério do Trabalho. (Fundacentro): I Convenção de CIPAS do Estado de São Paulo - Documentos, S.P., 1983.
- 46 Garcia, J.C. - "A categoria trabalho na medicina", Cadernos Médicos Sociais do Centro de Estudos Sanitários e Sociais: 5-17, março 1983.
- 47 Gomes, J.R. - Condições de higiene do trabalho e incidência de cromomergopatias em trabalhadores de galvanoplastias sindicalizados do Estado de São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1970, mimeografado.

- 48 Gustavisen, B. - Melhoria do meio ambiente de trabalho: Uma nova estratégia?, Rev. Int. do Trabalho, - 99 (2): 173-188, abril-junho de 1980, pag. 174.
- 49 Humphrey, J. - Fazendo o "Milagre": controle capitalista e - luta operária na indústria automobilística brasileira, Ed. Vozes, Cebrap, 1982, São Paulo
- 50 Kowarick, L. & Ant, C. - "Violência: reflexões sobre a Banalidade do Cotidiano de São Paulo, - Seminário de Estudos Urbanos, 20/03/81, Rio de Janeiro.
- 51 Lamounier, B. & Souza, A. - "Governo e Sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80". Dados Revista de Ciências Sociais, 24 (2): 139-159, Rio de Janeiro.
- 52 Laurell, A.C. - "Processo de Trabalho e Saúde", Revista Saúde em Debate, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 12: 8-22, 1981.
- 53 Laurell, A.C. & Serrano, M.M. - "Crise e Saúde na América Latina", Revista CA Ciências de la Salud, 21, enero-ab. de - 1982, pp 2.
- 54 Leite, C.B. (conf.) - Seminário sobre a nova lei de acidentes de trabalho, in Revista de Saúde Ocupacional e Segurança, XII (2), 1977
- 55 Leite, M.P. - "Reivindicações Sociais dos Metalúrgicos", CEDEC, maio/junho de 1983, São Paulo.
- 56 Leser, W. - "Crescimento da população da cidade de São Paulo entre 1950-70 e seu reflexo nas condições de Saúde Pública", Ciência e Cultura, 27 (3):244-256, 1974.
- 57 _____ - "Problemas de Saúde em Áreas Metropolitanas", Anais do Seminário sobre situação de saúde nas - áreas metropolitanas brasileiras: 31-51, ag. de 1975, São Paulo.
- 58 Lopes, R.M. - Acidentes do Trabalho na Mão de Obra Volante empregada na Agricultura (Bóias-Frias), Botucatu, São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Medicina da USP, Departamento de Medicina Preventiva, 1983, São Paulo.

- 59 Lusciano, P. - "São os operários quem definem a insalubridade in Basaglia, F. (org.), A saúde dos trabalhadores: aportes para uma política de saúde, Ed. - Nueva Imagen, 1981.
- 60 Magano, O.B. (conf.) - Seminário sobre a nova lei de acidentes de trabalho, in Revista Saúde Ocupacional e Segurança, XII (2), 1977.
- 61 Mahon, J., Faria A. & Godoy, I.F. - Pesquisa sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais - condições de trabalho em três países - industrializados, dados - comparativos, novembro de 1982, mimeografado.
- 62 Malloy, J.M. - "Previdência Social e classe operária no Brasil (uma nota de pesquisa)", Estudos CEBRAP, - nº15, jan/fev/março de 1976.
- 63 Maroni, A. - A estratégia da recusa: análise das greves de 1978, Ed. Brasiliense, 1982.
- 64 Marx, K. - O Capital, tomo I, vol. 2, século XXI, 1975.
- 65 _____ - O Capital, Livro I, vol. 1, Ed. Civ. Bras., 6a edição, 1980.
- 66 Mendes, R. - A importância das pequenas e médias empresas industriais no problema dos acidentes do trabalho em São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1976, mimeografo.
- 67 _____ - Medicina do Trabalho & Doenças Profissionais, Ed Sarvier, 1980, São Paulo.
- 68 _____ - Trabalho e Saúde no Brasil: esboço histórico e - panorama atual, 1982, monografia.
- 69 Ministério do Trabalho/Fundacentro - Anais do XVI COMPAT - "A atuação sindical através das CIPAS", pp 315-319, 1977.
- 70 Ministério do Trabalho/Fundacentro - Introdução à Engenharia de Segurança do Trabalho (textos básicos para estudantes de engenharia), 1981, São Paulo.

- 71 Ministère du Travail - "La prévention des risques professionnels", Paris, France, 1982.
- 72 Moisés, J.A. - "A estratégia do Novo Sindicalismo", in Alternativas Populares de Democracia: Brasil, 1980, Ed. Vozes, 1981.
- 73 Morgan, K.G. & Seaton, A. - Occupational Lung Diseases, Ed., - W.B., Saunders Co., Phila, 1975.
- 74 Munakata, K. - A Legislação trabalhista no Brasil, Ed. Brasiliense, 1981.
- 75 Nascimento, A.M. - "Aspectos legais da insalubridade", in - Jornal de Prevenção de Acidentes, nº69, - fevereiro de 1982.
- 76 Navarro, V. & Assenato, G. - "Worker's participation and control in Italy: the case of Occupational Medicine", Int. J. Health Serv., 10 (2): 217-232, - 1980.
- 77 Navarro, V. - "The labor process and health: a historical materialist interpretation" - Int. J. Health Serv 12 (1): 5 - 29, 1982.
- 78 Neto Norman, J. - "Riscos de Doenças Profissionais no setor metalúrgico", 40 pp., maio de 1977, Editora União Ltda, Belo Horizonte, monografia.
- 79 Oliveira, F. - A Economia da Dependência Imperfeita, Ed. Graal, 3a edição, 1980.
- 80 Oliveira, J.A.A. & Teixeira, S.M.F. - "Medicina de Grupo: a - Medicina e a Fábrica", - in Saúde e Medicina no Brasil contribuição para um debate, org. Reinaldo Guimarães, Ed. Graal, 1978, Rio de Janeiro, pp. 182-184.
- 81 OPAS - Relatório final do "I Seminário Latino Americano de Saúde Ocupacional", 21 - 24, março de 1964, São Paulo 1965
- 82 Opitz, O. & Opitz, S. - Medicina Social e do Trabalho, Ed. Saraiva, 1977.
- 83 Osório, J. F. & Gonzalez, S.T. - "Condições de Trabalho na pequena e média empresa", Rev. CA Ciências de Salud, 14 -15 59 - 80, maio, agosto de 1980.

- 84 Pereira, A.C. - Surdez profissional em trabalhadores metalúrgicos: estudo epidemiológico em uma indústria da Grande São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1975, mimeografo.
- 85 Polletta, G. "Um balanço na luta pela saúde", in Basaglia, F. A saúde dos trabalhadores: aportes para uma política de saúde, Editora Nueva Imagen, 1981.
- 86 Possas, C.A. - Saúde e Trabalho: a crise da Previdência Social, Ed. Graal, 1981, Rio de Janeiro.
- 87 Prestes, A.L. - "A Formação do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil e suas Particularidades", Revista Temas de Ciências Humanas, 8: 41 -77, 1980.
- 88 Prunes, J.L.F. - Insalubridade e periculosidade no Trabalho, Edições LTR Ltda, 1974, São Paulo.
- 89 Quijada, E.M. - "Limitações da ação normativa no melhoramento do ambiente e condições de trabalho", Rev. Int. do Trab., 97 (4): 455 -466, Out/dezembro de 1978.
- 90 Rainho, L.F. - Os peões do Grande ABC, Ed. Vozes, 1980, Rio de Janeiro.
- 91 Rainho, L.F. & Bargas, O.M. - As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo, 1977/79, vol. 1, 1983, São Bernardo do Campo.
- 92 Rego, R.A. - "A Evolução da Legislação de Saúde Ocupacional - no Brasil", trabalho curricular do curso : Estado, Classes e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo, mimeografo, 1982.
- 93 Revista Saúde Ocupacional e Segurança - "Seminário sobre a nova lei de acidentes - de trabalho", vol. 12 (2), 1977.
- 94 Ribeiro, B.A. - "Conceituação e caracterização de insalubridade e suas implicações legais", Arg. Fac. Hig. São Paulo, 19 (1/2): 79 - 90; jun/dezembro de 1965.
- 95 Ricchi, R. - La muerte obrera: investigacion sobre los homicidios blancos y los accidentes de trabajo, Ed. Nueva Imagen, México, 1981.

- 96 Rodrigues, J.A. - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, DIFEL, 1968.
- 97 Rodrigues, L.M. - Industrialização e Atitudes Operárias, Ed. Brasiliense, 1970, São Paulo.
- 98 Roustang, G. - "Os trabalhadores e a higiene e segurança na França", Rev. Int. Trabalho, 102 (2): 247-261 abril/junho de 1983.
- 99 Salinas, J.S. - "Bases teórico-metodológicas para um estudo integral dos problemas de saúde dos trabalhadores e de um modelo de seguro social a seu serviço", Revista CA Ciências da Saúde, 20: 161 - 173, setembro/outubro de 1981.
- 100 Sato, A.K. - Estudos sobre acidentes de trabalho no Brasil, - relatório final, IPEA, 1980, Brasília.
- 101 SENAI - Dicionário de Ocupações Qualificadas - série II - Estudos Ocupacionais, nº1, 1977.
- 102 I Seminário Nacional sobre Moléstias Profissionais no setor Metalúrgico, Brasília, 25 a 29 de junho de 1977.
- 103 Simão, A. - Sindicato e Estado, Ed. Ática, 1981.
- 104 Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco - Operário Inteiro (OI) Informativo do Departamento de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho.
- 105 _____ Documentos finais do I e II Ciclo de Debates.
- 106 _____ Operário Inteiro (OI) informativo do Depto. de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho do Sindicato.
- 107 Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, resoluções do I, II e III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, cadernos 1,2,3, - maio de 1983.
- 108 _____ Texto básico para o debate do IV Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, caderno nº 3, maio de 1983.
- 109 Singer, P.I. - A Crise do "Milagre": interpretação crítica da Economia Brasileira, Ed. Paz e Terra, 1976.
- 110 Stellman, J.M. & Daum, S.M. - Trabalho e Saúde na Indústria, 3 vols., Edusp, 1975, São Paulo.
- 111 Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico - Anais do IX, X, XI Congressos, 1975, 1979, 1983.

- 112 Troyano, A.A. - Estado e Sindicalismo, Ed. Símbolo, 1978.
- 113 Viana, L.W. - Liberalismo e Sindicato no Brasil, p.51,- Ed. Paz e Terra, 1976.
- 114 - Wakamatsu, G.T. - Contribuição ao estudo da exposição profissional ao benzeno em trabalhadores de indústrias de calçados em São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1976, mimeografado.
- 115 Weffort, F.C. - "Participação e Conflito Industrial": Contagem e Osasco, 1968, Cadernos CEBRAP, nº 5, São Paulo, Mimeografado, 1972.
- 116 Witt, M. - "O trabalhador dos Estados Unidos e as substâncias perigosas", Rev. Int. do Trab., 98 (2): 155-170, abril-junho de 1979.
- 117 Yunes, J & Ronchezel, V.C.S. - "Evolução da mortalidade Infantil e Proporcional no Brasil " Revista de Saúde Pública, junho de 1974.

JORNAIS CONSULTADOS

- 1 Jornal Tribuna Metalúrgica, órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, nºs-01 a 66.
- 2 Jornal Visão Trabalhista, órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e adjacências, nºs 01 a 45.

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS CONSULTADAS

- 1 Decreto-Lei nº 7.036, de 10.11.44, DOU de 13.11.44.
- 2 Decreto-Lei nº 229 de 19.06.45, do Ministério do Trabalho.
- 3 Ministério do Trabalho e Previdência Social - Portaria nº 491 de 16.09.65, DOU de 05.10.65.
- 4 Ministério do Trabalho e Previdência Social - Portaria nº 122 de 22.02.67, DOU de 01.03.67.
- 5 Lei nº 5.316 de 14.09.67.
- 6 Lei nº 6.367 de 24.12.76.
- 7 Portaria nº 32 do DNESH, publicada no DOU em 25.03.69.

- 8 Portaria nº 3.237 de 27.07.72, do MIPS, DOU de 02.08.72.
- 9 Portaria nº 3.460 de 31.12.75, M.Tb.
- 10 Lei nº 6.514 de 22.12.77, que alterou o Capítulo V, Título II da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- 11 Ministério do Trabalho, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT), Portaria nº 3.214 de 08.06.78, DOU de 06.07.78.

ANEXOS

ANEXO 1

[]

reclamada

[]

reclamantes

processo nº /

JCF a de

lista nº /

data da inicial

setores de trabalho: _____

objeto (causas de insalubridade na inicial): _____

distribuição dos reclamantes:

setor	nº	função	nº

contestação da reclamada (resumo): _____

Peritos do

Juízo

[]
reclamantes

[]
reclamada

Exame da(s) perícia(s):

Julgamento 1ª instância: (/ /) Sentença:

recursos (datas):

SENTENÇA(S), datas:

Documentos na pasta:

☐ inicial	☐ quesitos reida.	outros:
☐ contestação reida.	☐ julgamento das preliminares	
☐ quesitos recites.	☐ laudos periciais	

observações:

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES COLHIDAS ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS-INSALUBRIDADE REALIZADO JUNTO AO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

<p>Numero de Ordem do processo por data de inicio; situação jurídica em dezembro de 1.982</p> <p>1*</p> <p>Inicio: 10/6/74</p> <p>Situação Jurídica: procedentes em 1.976 (*4 processos apresentados)</p>	<p>Ramo da indústria reclamada e origem do capital.</p> <p>Grupo(G): Metalúrgico de transporte</p> <p>Sub-Grupo(SG): Indústria de peças para automóveis</p> <p>Capital estrangeiro</p>	<p>Setor(es) de trabalho reclamado(s)</p> <p>Usinagem, retíficos de aços, espelheira</p>	<p>Agentes considerados dos causadores de insalubridade(s) reclamantes(s) (rectes.) (s)</p> <p>Calor</p> <p>Ruído</p> <p>Fumaças e vapores tóxicos provocados por máquinas: anchas, retíficas e espelheiras.</p>	<p>Data e resumo do laudo pericial das condições de trabalho reclamadas, realizado pelo perito do Juízo</p> <p>Data: 05/05/75</p> <p>Excesso de calor e ruído</p> <p>Insalubridade média</p>	<p>Tipo de processo, número total e qualificação do(s) reclamante(s) (rectes) (s).</p> <p>3 Processos: Individual</p> <p>1 Processo: Coletivo "mínimo"</p> <p>Total rectes.: 19</p> <p>Qualificado (Q): 1</p> <p>Semi-qualificado(SQ): 17</p>
<p>2</p> <p>Inicio: 18/10/74</p> <p>Situação Jurídica: Procedentes em 05/82</p>	<p>G-Material de transporte</p> <p>SG-Indústria automobilística</p> <p>Capital estrangeiro</p>	<p>Pressões, ferramentaria e funilaria</p>	<p>Ruído excessivo (Laudo da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) atestou ruído, descharacterizado pelo uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI)</p>	<p>08/05/75-Existe excesso de ruído, apesar da empresa fornecer o EPI, Insalubridade média.</p>	<p>1 processo coletivo "mínimo"</p> <p>Total rectes.: 54</p> <p>Q - 51</p> <p>Não qualificado (NQ) - 3</p>
<p>3</p> <p>Inicio: 28/02/75</p> <p>Situação Jurídica: Procedentes em 12/07/76</p>	<p>G-Metalurgia</p> <p>SG-Indústria de fundição</p> <p>Capital nacional</p>	<p>Rebarbação e fundição</p>	<p>Ruído</p> <p>Calor</p> <p>Poeiras</p> <p>Fumaças</p> <p>Vapores Tóxicos</p>	<p>05/11/75-Copiosa concentração de poeira, ruído e calor excessivo. Insalubridade média</p> <p>Obs.: Na época da perícia os rectes, tinham sido demitidos.</p>	<p>1 processo coletivo "mínimo"</p> <p>Total rectes.: 20</p> <p>Q - 7</p> <p>SQ - 8</p> <p>NQ - 5</p>

b.

<p>4 Início: 29/11/76 Situação jurídica: ca: Procedente em 1.981</p>	<p>G-Mecânica SG-Cuteleria Capital nacional</p>	<p>Polimento e esmerilhagem, fubilaria</p>	<p>Ruído Poeira Substâncias químicas emanadas das poeiras e lixadeiras</p>	<p>17/2/77 - Pericla realizada nas instalações de reclamada (recda) Insalubridade por ruído e poeira, grau médio (20%)</p>	<p>1 processo coletivo "nominal" Total rectes: - 8 SQ - 8</p>
<p>5* Início: 11/01/77 Situação jurídica: ca: Procedente (perícia contábil em 16/12/82) (*2 processos apensados)</p>	<p>G-Material eléctrico e de comunicação SG-Indústria de aparelhos eléctricos, eletrónicos e similiares Capital nacional</p>	<p>Fundição</p>	<p>Excesso de calor Ruído Poeiras Fumaças Vapores tóxicos</p>	<p>24/5/77 - Poeira preta dos fornos, vapores irritantes respiratórios. Ventilação pesada. Insalubridade por calor e aerodispersóides. Grau médio (20%)</p>	<p>2 processos: coletivo "nominal" Total rectes: - 19 SQ - 19</p>
<p>6* Início: 07/04/77 Situação jurídica: ca: em andamento recurso dos recortes. em 24/3/82. (*2 processos apensados)</p>	<p>G-Material eléctrico e de comunicação SG-Indústria de eletrodomésticos Capital nacional</p>	<p>Esmeltação</p>	<p>Pó de esmalte Ácido sulfúrico Carbonato de Cálcio Cloreto de Potássio Vapores Gases Poeiras tóxicas Ruído Calor</p>	<p>02/04/81 - Ruído não ultrapassa os limites de Tolerância (LTA) Solventes: Benzeno, abaixo do LI, outros produtos não apresentam risco [SiO₂, CaO, MgO, Na₂O e K₂O]. Não há insalubridade</p>	<p>2 processos: coletivo "nominal" Total rectes: 22 SQ - 20</p>
<p>7 Data de início: 28/07/77 Situação jurídica: ca: Procedente em 20/04/79</p>	<p>G-Material eléctrico e de comunicação SG-Indústria de lâmpadas e aparelhos de iluminação Capital nacional</p>	<p>?</p>	<p>Calor Ruído Vapores Fumaças Tóxicas</p>	<p>Insalubridade por ruído, calor e vapores tóxicos de tintas e solventes</p>	<p>Processo Coletivo "nominal" Total rectes: 10 0 - 3 SQ - 1 MQ - 6</p>

<p>8 Data de início: 01/03/78 Situação Jurídi- ca: ainda não juigado em de- zembro de 82</p>	<p>G-Material de transporte SG-Indústria automobilísti- ca Capital estran- geiro</p>	<p>Tretamento té- mico e caldeai- re</p>	<p>Excesso de Calor Ruído Poeira de Granalha Fumaça Gases Tóxicos Contato com ácido clorídrico, nítri- co e cianetos</p>	<p>03/12/81-Não há insa- lubridade Obs.: Todos os rectes. demitidos. Sindicato requer peritola médica complementar nos rec- tes.</p>	<p>Processo coletivo "nômi- nal" Total de rectes.: 9 Q - 6 SQ - 1</p>
<p>9 Data de Início: 06/78 Situação Jurídi- ca: recurso da recda. em 12/03/ 82 ao Tribunal Regional do Tra- balho (TRT).ele sa que fornece EPI</p>	<p>G-Material de transporte SG-Indústria automobilísti- ca Capital estran- geiro</p>	<p>Soldo e arma- ção de chas- sis</p>	<p>Fumaça de solda Ruído Calor Vapores de tintas em suspensão</p>	<p>26/3/81-Não há aera- dispersóides, gases, vapores acima do L.T. Ventilação boa, calor nos limites normais Insalubridade média por ruído e baixa ilu- minação</p>	<p>Processo coletivo "nômi- nal" Total rectes: 55 Chefia (CH) : 3 Q - 34 SQ - 18</p>
<p>10 Data de início: 31/10/78 Situação Jurídi- ca: Procedente em 01/02/82 pa- ra 24 dos 36 rectes. (2 processos apensados)</p>	<p>G-Material de transporte SG-Indústria automobilístice Capital estran- geiro</p>	<p>Tempera</p>	<p>Calor Ruído excessivo Ácidos Seis de cianato Consta manuscrito dos rectes. sobre produtos manipula- dos: CND, KCN, CO₂, HCl, ácido fósfori- co.</p>	<p>Avallados fornos de banhos de sais, estu- fas, prensas, Produ- tos químicos dos ba- nhos: Cloreto de Bá- rio, Estroncio, NaCl KCl, KCN, NaCN, Pb, CO, N₂, H₂. Pesquisa de afofidispersóides não foi feita, venti- lação e exaustão boas. Insalubridade por ilu- minação fraca e calor.</p>	<p>2 processos coletivos "nô- minal" Total de rectes. - 36 CH - 2 Q - 2 SQ - 28 AQ - 3</p>
<p>11 Data de início: 10/11/78 Situação Jurídi- ca: ainda não juigado em dez/ 82.</p>	<p>?</p>	<p>Pintura, gal- vanoplastia, cromação e banho de zin- co</p>	<p>Emanação de gases (Não tem exaustor) Manuseio de ácidos; Calor, operação de cromagem: acetona, H₂SO₄, ácido crômi- co, NaOH, tinta li- quida, Produtos P- P2-P3, altamente de- rigosos.Reclamam do</p>	<p>25/11/80. Gases devido aos ácidos nítrico, sul- fúrico, crômico e fosfo- rico, são eliminados pelos exaustores, mas não descaracteriza a insalubridade. Esses a- gentes podem destruir a cartilagem do nariz. Não foi feita medição</p>	<p>Processo coletivo "nô- minal" Total de rectes. - 8 SQ - 8</p>

<p>12 Data de início: 21/11/78 Situação jurídica: recurso da Tribu- nal Superior do Trabalho (TST) em 13/08/82. ne- gado pelo IRI.</p>	<p>6- Mecânica SG- Indústria de máquinas Capital na- cional</p>	<p>Soldagem elé- trica (turno noturno)</p>	<p>rítmo de trabalho excessivo.</p>	<p>porque seu custo era alto. Insalubridade média. Perícia não realiza- da, recda. negou-se a depositar honorá- rios do perito.</p>	<p>Processo coletivo "no- minal" Total rectes.: 5 Q - 5</p>
<p>13 Data de início: 20/05/79 Situação jurídica: ca: ainda não juizado</p>	<p>6 - Mecânica SG- Indústria de máquinas Capital nacio- nal</p>	<p>Solda elétri- ca (turno no- turno)</p>	<p>Idem anterior</p>	<p>Perícia ainda não realizada, perito questionado pelo Sin- dicato pelo atrosos. estava há 1 ano e meio com o processo</p>	<p>Processo coletivo "no- minal" Total rectes. - 4 Q - 4</p>
<p>14 Data de início: 05/02/79 Situação jurídica: ca: não julgado, aguardando laudo de Secretaria do Trabalho em 22/ 07/82</p>	<p>6. Material de transporte SG- Indústria au- tomobilística Capital estrea- ngeo</p>	<p>Montagem e teste de motores</p>	<p>Excesso de ruído Color, não há ven- tilação Fumaças tóxicas dos motores, não há exaustão Óleo Gasolina Umidade</p>	<p>05/05/80 - Laudo e- presentado pela Se- cretaria do Trabalho é de outro setor</p>	<p>Processo coletivo "sin- dicato" Total de rectes. - 158 Não consta a qualificação</p>
<p>15 Data de início: 02/03/79 Situação jurídica: ca: procedente, leilão de bens da recda. em 9/ 11/82 para pesa- mento.</p>	<p>6-Material de transporte SG-Indústria automobilística Capital nacio- nal</p>	<p>Pintura e funilaria</p>	<p>Trabalhem na cabine de pintura e não há cortina de águas e exaustor é insufi- ciente. Pó de tinta. Vapor solventes(thi- ner) Pó de fibra de vidro</p>	<p>Sector de pintura - in- salubridade máxima - Sector de funilaria - insalubridade média</p>	<p>Processo coletivo "no- minal" Total de rectes. 5 SQ - 1 NQ - 4</p>

<p>16 Data de início: 29/5/79 Situação jurídica: ca: recda. recor. rev da sentença. Sindicato contra -arrazou em 28/5/ 82</p>	<p>G-Material de transporte SG-Indústria de peças de ou tôrnovas Capital estran geiro</p>	<p>Retífica de enéis</p>	<p>Trabalham com en chas, retíficas e espelhadeiras a óleo e querosene que provoca calor e gases tóxicos e doenças de pele Ruído</p>	<p>29/9/80 - Luminosidade deficiente, insalubri- dade de 20%, contato com óleos minerais - 40%. Perito assistente da recda. nega e insa- lubridade porque em- presa fornece EPI e cre- me protetor para a pele</p>	<p>Processo coletivo "sin- dicato" Total rectes. - 11 SQ - 7 RQ - 4</p>
<p>17 Data de início: 18/08/79 Situação jurídica: ca: Recurso do Sindicato contra e sentença de 1e. instância em 2/ 12/82</p>	<p>G-Material de transportes SG-Indústria automobilística capital estrangei ro</p>	<p>Modelação</p>	<p>Vapores e gases tó- xicos. Ao misturar o endurecedor com a resina, há reação que provoca tosse, alergia, tontura. Produtos usados: Tricloro-etileno, quertzos, thiner, querosene, resina epoxi, álcool etilí- co, lã de vidro, ieo- por, alumínio</p>	<p>14/12/79 - Reações entre as substâncias expeliam Gases não identificados vérios operários com dei- matose. Substâncias não identificadas e não re- tidas na Portaria n.º 32 14/78- Insalubridade por ruído (20%)</p>	<p>Processo coletivo "sin- dicato" Total de rectes. 7 Não conste a qualifica- ção.</p>
<p>18 Início: 14/08/79 Situação jurídica: ca: improcedente em 02/04/82</p>	<p>G-Material de transportes SG-Indústria au- tomobilística capital estran- geiro</p>	<p>Galvanoplas- tie Rectes. apre- sentam exten- so relatório sobre es con- dições da tra- balho</p>	<p>Fumaça despreendida de produtos quími- cos-Gases e vapores tóxicos. Calor por falta de ventilação Produtos usados: aci- do nítrico, cromoico, sulfúrico, cianeto de sódio, potássio tricloro-etileno, a- moníaco, carvão ati- vado, kilol, ciane- to de cobre, croma- to de potássio, hi- dróxidos Na, K, Zn, Cu, ção.</p>	<p>Janeiro/81 - A recda. fornece EPIs: bates, e- ventais, sapatos e rou- pas. Aerodispersóides sólidos não há fonte. Gases e vapor não há contaminação acima dos LIs. Insalubridade por iluminação insuficien- te, a recda. está pro- videnciando revolver. Nova pericia em 18/03/ 82 - Não há mais insa- lubridade. com ilumina- ção.</p>	<p>Coletivo "sindicato" Total rectes.: 29 Ch - 4 G - 2 SQ - 23</p>

<p>19 Início: 29/8/79 Situação Juridica: Improcedente mes desarquivado para averiguações em 17/01/83</p>	<p>G-Material de transportes SG-Indústria automobilística capital estrangeiro</p>	<p>Modelação</p>	<p>Reotes. trabalham com tecidos de vidro, fio de vidro, lâ de vidro, corantes, pó de ferro, grafite, thinner, querosens, tricloroetileno, oleos anti-corrosivos. Os produtos fazem surgir vapores e gases tóxicos que provocam doenças respiratórias e digestivas, tosse, alergia falta de ar, desmaio.</p>	<p>Não consta de cópia arquivada no Sindicato Parficia concluiu pela ausência de insalubridade. 12/02/80 - Sindicato apresenta recurso à pericia, porque perto não esclarece sobre as poeiras de ferro, alumínio, quartzo vidro. Anexa estudo da recda. que refere que os produtos Bisfenol e epiclohidrina são perigosos (insalubridade máxima pelo NR-15)</p>	<p>Processo coletivo "sindicato" Total rectes. 53 Não consta a qualificação</p>
<p>20 Início: 17/09/79 Situação Juridica: Improcedente em 28/08/82</p>	<p>G-Material de transportes SG-Indústria automobilística Capital estrangeiro</p>	<p>Solda</p>	<p>Operações de lixamento, polimento e soldagem elétrica e oxiacetileno. Ruído Poeira de abrasivos Solda ofusca a vista</p>	<p>17/09/80-aerodispersões dos sólidos, não existe. Fumos metálicos, concentração abaixo dos limites de tolerância, boa exaustão e ventilação. Insalubridade por deficiência de iluminação.</p>	<p>Processo coletivo "sindicato" Total rectes. - 15 Não consta qualificação</p>
<p>21 Início: 28/8/79 Situação Juridica: Procedente em 25/05/81</p>	<p>G-Material de transportes SG-Indústria automobilística capital estrangeiro</p>	<p>Limpeza de cobines de pintura. (turno noturno)</p>	<p>Limpe a "casa de tintas", exaustor, manuseio das revolvedores de tinta, e filtros das máquinas. Usava thinner e graxa em grande quantidade. Suportava forte cheiro de tinta.</p>	<p>13/03/80 - Rectarespirava solventes de hidrocarbonatos aromáticos e manuseava tintas. Ruído acima dos LTe. Insalubridade máxima por uso de solventes orgânicos.</p>	<p>Processo individual Recte - 1 SQ - 1</p>

<p>22 Data de início: 05/10/79 Situação Jurídica: Recda e contra-rezões do Sindicato em 23/11/81</p>	<p>G-Material de transporte SG-Indústria automobilística Capital estrangeiro</p>	<p>Pintura, montagem de silêncio, fornos, usinagem e montagem de cores.</p>	<p>Ruído (teste de motores). Fumaça tóxica devido a soldagem em local com pouca ventilação, sem proteção coletiva e individual. Vários recortes, apresentam deficiência auditiva pelo excesso de ruído.</p>	<p>Não há ruído de impacto. Insalubridade de grau médio por iluminação deficiente níveis de ruídos elevados, sem proteção individual. Agentes químicos, benzeno, ozônio, amoníaco clorídrico, e suas concentrações estavam abaixo dos LTA</p>	<p>Processo coletivo "Sindicato" Total recdes. 197 CH - 9 Q - 107 SQ - 80 RQ - 1</p>
<p>23 Data de início: 07/11/79 Situação Jurídica: já ainda não julgado. Sindicato recorreu da 2a. pericia</p>	<p>G-Mecânica SG-Indústria de cutelaria Capital nacional</p>	<p>"Metal duro" fabricação de pastilhas</p>	<p>Recdes. manuseiam os metais variados produtos químicos tóxicos, além de ficarem expostas à poeira e excesso de calor de fornos e estufas. Matéria prima: cetona, váselina, benzeno, parafina, cabelo, negro de fumo, tungstênio, pó azul. Estufa a 1000 de calor.</p>	<p>1a. pericia-10/09/80 Existe no local <u>um</u> <u>gru</u> <u>do</u> <u>fumo</u> <u>que</u> <u>é</u> <u>cancerígeno</u>, <u>mas</u> <u>caras</u> <u>fornecidas</u> <u>não</u> <u>são</u> <u>eficientes</u>. <u>Insalubridade</u> <u>máxima</u>. 2a. pericia -28/09/81 O produto fabricado no setor provem da combinação química de carbureto de tungstênio, Cobalto e acetato na em cilindro fechado. Não manuseiam o pó. A recda. fornece EPI: luvas, máscaras, protetores auriculares, Não há poeira visível. Ausência de insalubridade. Ruído e calor abaixo dos LTA.</p>	<p>Processo coletivo "nominel" Total recdes. - 4 SQ - 4</p>

<p>24 Início: 18/12/79 Situação Juridica: Recurso ao TRT em 17/08/82</p>	<p>G-Material de transportes SG - Indústria automobilística Capital estrangeiro</p>	<p>Prensas, ferragem, mentaria, manutenção, elétrica, mecânica e controle de qualidade</p>	<p>Ruído acima dos LTRs. Muitos trabalhadores ficam com surdez profissional ou problemas de sistema nervoso. Que providências a recda. toma para atenuar os ruídos? A que controle médico estão submetidos os empregados que recebem os EPIs para ruído</p>	<p>02/06/81-Foi constatado ruído acima dos LTRs: manutenção, ferramentas, operação empilhadeira, mas a empresa dá EPI, oriente e obriga o seu uso. Não uso deve-se a negligência do operário e in-disciplina. Quanto à proteção coletiva não foram adotadas medidas devido as próprias restrições das operações realizadas nos locais. Não há antecedentes de surdez profissional nos registros médicos da empresa. Ruído 104dB. Obs. Sindicato contestou o laudo. O médico do trabalho do sindicato convocou 22 rectas, demitidos e constatou 12 com problemas de audição. Refutava informação de que a recda. fazia exames periódicos. Anexa relatório da recda. que estima em 8.000 o número de operários com indícios de danos auditivos datado de 9/79</p>	<p>Processo coletivo "Sindicato" Total rectas. 938 TR - 61 Técnicos - 3 Q - 202 SQ - 543 NQ - 28</p>
<p>25 Data de início: 04/3/80 Situação Juridica: Recurso ao TRT em 04/08/82</p>	<p>G-Material de transportes SG-Indústria automobilística Capital nacional</p>	<p>Pintura</p>	<p>Betor insalubre e com produtos químicos tóxicos como tintas e ruído. Local pouco ventilado.</p>	<p>30/10/80-Aa substâncias usadas na pintura são hidrocarbonetos aromáticos, elifáticos e olefáticos, capazes de produzir intoxicações graves. Insalubridade máxima.</p>	<p>Processo coletivo "nominal" Total rectas. - 2 SQ - 6 NQ - 1</p>

ANEXO III

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES COLHIDAS PELO LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS-INSALUBRIDADE REALIZADA DO JUNTO AO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE OSASCO

Nº de Ordem do processo, conforme data de início e situação jurídica em dezembro de 1.982	Ramo da indústria e capital	Sector(es) de trabalho realizado(s)	Agente(s) considerado(s) insalubre(s) pelo(s) reclamante(s)	Data e laudo pericial das condições de salubridade realizado pelo perito do juízo	Tipo de processo número de reclamante(s) e qualificação
1* Início: 29/3/73 Situação Jurídica: Procedente (foram apensadas 2 processos)	Grupo: Material (G) de transporte Sub-Grupo: Indústria automobilística capital estrangeiro	Fundição	Calor Poeiras (areia e ferro) Ruído Solda (elétrica e oxiacetileno)	Insalubridade média por ruído	Coletivo "nominal" (2) Total reclamantes (rectes) 196 (*) qualificação: Técnicos (T) - 1 Qualificado (Q) - 11 Semi-Qualificado (SQ) - 56 (*) dados para 1 processo somente
2 Início: 1.973 Situação Jurídica: Procedente	C-Metalurgia SG-Forjaria Capital Nacional	Matrizeria	Poeiras Gases Ruído Calor Iluminação deficiente	Insalubridade média por ruído Não há aerodispersões no ambiente, iluminação e temperatura normais	Coletivo "nominal" Total rectes. - 24 Q - 24
3 Início: 25/03/74 Situação Jurídica: procedente	G-Material de transporte SG-Indústria automobilística Capital estrangeiro	Macharia, fornos, acabamento, moldagem manual, armazéns e almoxarifado	Poeiras (areia e ferro) Calor Ruído	Data: 19/06/74 Insalubridade grau médio por ruído	Coletivo "nominal" Total rectes. - 19 Q - 4 SQ - 14 NQ - 1

<p>4 Início: 14/5/74 Situação Juridica: Procedente</p>	<p>G-Material de transporte SG-Indústria automobilística Capital estrangeiro</p>	<p>Manutenção elétrica, mecânica rebarba e fornos</p>	<p>Gases tóxicos Poeiras Color Ruído</p>	<p>Insalubridade grau médio por calor e ruído. Equipamentos de proteção não eliminam ou atenuam os efeitos insalubres.</p>	<p>Coletivo "Nominal" Total rectes. - 10 Q - 7 SQ - 2</p>
<p>5 Início: 28/7/76 Situação Juridica: procedente</p>	<p>G-Metalurgia SG-Fundição Capital nacional</p>	<p>?</p>	<p>Excesso de peso Contato com óleos e resina</p>	<p>Insalubridade grau médio</p>	<p>Coletivo individual NQ - 1</p>
<p>6 Início: 24/10/76 Situação Juridica: pericia com tábil em 13/10/82</p>	<p>G-Material de transporte SG-Indústria automobilística Capital estrangeiro</p>	<p>Moldagem e Mecheria</p>	<p>Pó de esmeril Ruído marteleiros pneumáticos Color Produtos Químicos: tintes, thinner, ácidos, gás de batéria</p>	<p>Pó de sílica Ruído (que o EPI atenua mas não resolve) aerodispersóides, gases e vapores. As máscaras usadas não são próprias para gases e vapores. Formaldeído provoca lacrimação métrica. Insalubridade média.</p>	<p>Coletivo "nominal" Total rectes. - 53 Chefia -(ch) - 5 Q - 13 SQ - 27 NQ - 2</p>
<p>7 Início: 1977 Situação Juridica: procedente</p>	<p>G-Metalurgia SG-Fundição Capital nacional</p>	<p>?</p>	<p>Trabalho em ambiente insalubre</p>	<p>28/02/80 - Pericia da Divisão de Higiene e Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho (ORT) Insalubridade grau médio.</p>	<p>Coletivo "nominal" Total rectes. - 5 Não consta a discriminação da qualificação.</p>
<p>8 Início: 15/8/76 Situação Juridica: procedente</p>	<p>G-Metalurgia SG-Fundição Capital nacional</p>	<p>?</p>	<p>Nada consta</p>	<p>DRT não procedeu a pericia conforme solicitação do Juiz.</p>	<p>Coletivo "nominal" Total de rectes. - 50 CH - 6 Q - 16 SQ - 13 NQ - 10</p>

<p>9</p> <p>Início: 6/2/79 Situação Jurídi- ca: Recurso da reclamada ao Tri- bunal Regional do Trabalho (TRT) negado em 28/1/82</p>	<p>G-Mecânica</p> <p>SG-Indústria de Máquinas Capital nacio- nal</p>	<p>Montagem usina- gem, escritório obras, técnica, manutenção elé- trica, almoxari- fado, administra- ção e cozinha.</p>	<p>Associados do sindi- cato encontram-se expostos à ação de agentes insalubres.</p>	<p>Insalubridade grau má- ximo na pintura a pis- tola (4 trabalhadores) Insalubridade grau mé- dio na pintura a pin- cel (8 trabalhadores) Insalubridade grau mé- dio por deficiência de iluminação (122 traba- lhadores).</p>	<p>Coletivo "sindicato" Total rectes. - 160 Q - 48 SQ - 54 NQ - 55</p>
<p>10</p> <p>Início: 6/2/79 Situação Jurídi- ca: Recurso da reclamada ao TRT em janeiro de 1.982</p>	<p>G-Material de transporte</p> <p>SG-Indústria de peças para automóveis capital nacio- nal</p>	<p>Portaria, admi- nistração, acu- bamento, vulca- nização, pré- usinagem, pré- moldagem, usi- nagem, prepara- ção expedição, almoxarifado</p>	<p>Associados diretos ou reflexivamente estão expostos à ação de agentes insalubres</p>	<p>Administração: insalu- bridade por deficiên- cia de iluminação Acabamento, pré-usina- gem, pré-moldagem, usi- nagem: insalubridade máxima por presença de fibras de asbestos aci- ma dos limites de tole- rância Vulcanização: ruído e calor Preparação: insalubri- dade máxima, asbestos Caldeiras: insalubridade de por ruído</p>	<p>Coletivo "Sindicato" Total rectes. - 138 CH - 14 T - 3 Q - 23 SQ - 81 NQ - 16</p>
<p>11</p> <p>Início: 2/5/79 Situação Jurídi- ca: improceden- te</p>	<p>G-Metalurgia</p> <p>SG-Indústria de ferro (si- derurgia) capital nacio- nal</p>	<p>Cebos, retífi- ca, decapagem, galvanização, embelagem</p>	<p>Ruído Calor Poeira Gases Aerodispersóides</p>	<p>Fabricação de fios de arama por processo to- talmente automatizado, e enclausurado. Não há insalubridade, só even- tualmente na operação de manutenção e limpe- za.</p>	<p>Coletivo "nominal" Total rectes. - 35 CH - 1 Q - 1 SQ - 8 NQ - 25</p>

<p>12 Início: 21/8/79 e 7/2/80 Situação Jurídica: ainda não julgada (3 processos (apensadas))</p>	<p>G-Metalurgia SG-Fundição Capital Nacional</p>	<p>Vários setores não discrimina dos</p>	<p>Associados sob efeito de insalubridade, postula-se insalubridade grau médio</p>	<p>Ruído excessivo em várias seções Pintura - é insalubre por presença de vapores de solventes e tintas, hidrocarbonetos aromáticos e alifáticos. Soldadores usam máscara que não protege contra gases de solda</p>	<p>Processo individual (1) Coletivo "Sindicato" (2) Total rectes. - 149 Idem 7</p>
<p>13 Início: 27/2/79 Situação Jurídica: ainda não julgada</p>	<p>G-Material de transporte SG-Indústria automobilística Capital estrangeiro</p>	<p>Vários setores não discrimina dos</p>	<p>Color Ruído Gases Vapores Poeiras</p>	<p>Insalubridade nos seguintes setores: mochario, moldagem, carpinterie, jatos de abrasivos, rebarbação manutenção, fornos e solda, por ruído, calor e fluminamento eficiente.</p>	<p>Coletivo "sindicato" Total rectes. - 500 Idem 7</p>
<p>14 Início: 26/10/79 Imprecedente</p>	<p>G-Metalurgia SG-Indústria de ferro capital nacional</p>	<p>Vários setores não discrimina dos</p>	<p>Sindicato postula em nome do grupo de associados adicional de insalubridade, por que estão expostos a agentes insalubres</p>	<p>Não há insalubridade Ruído e calor dentro dos limites de tolerância</p>	<p>Coletivo "Sindicato" Total rectes. - 36 SQ - 7 MQ - 28</p>
<p>15 Início: 30/11/79 Situação Jurídica: Recursos do recte. ac. TAT</p>	<p>?</p>	<p>?</p>	<p>Ruído Calor Fumaça</p>	<p>Adicional de grau médio. Não consta cópia do laudo no processo arquivado no Sindicato</p>	<p>Processo individual Q - 1</p>
<p>16 Início: 07/02/80 Recurso do reclamado ac. TAT</p>	<p>G-Mecânica SG-Indústria Serralheria Capital estrangeiro</p>	<p>Pressas, serras metálicas, pintura, montagem, soldagem, manutenção mecânica</p>	<p>Sindicato postula.</p>	<p>Insalubridade sonora em grau médio e pela presença de vapores de enxofre, manganes, cádmio, pó de sílica, causticos. EPIs insatisfatórios para eliminar e insalubridade</p>	<p>Coletivo "sindicato" Total rectes. - 92 Idem 7</p>

17 (ação revisio- nel) Início: 1.982	Idem anterior	Idem anterior	Empresa contra o Sin- dicato para cessar o pagamento do adicio- nal corrigiu os seto- res insalubres e foi neces. EPis novas ...	Insalubridade grau me- dio, não há referên- cia ao agente insalu- bre.	Processo individual SQ - 1
18 Início: 23/4/80 Ainda não jul- gado	G-Mecânica SG-Indústria de máquinas capital es- trangeiro	Rebarbação	Função do rebarbedor considerada insalu- bre nos termos de lei	Insalubridade por de- ficiência de ilumina- ção no armazenamento, usinagem, polimento	Coletivo "Sindicato" Total rectes. 45 Q-5 SQ-32 NR-4
19 Início: 14/5/80 Procedente	G-Mecânica SG-Cutelarria Capital na- cional	Expedição, el- moxerifado, ing- peção, prensas, ferramentarias, fundição, usi- nagem, adminis- tração, poli- mento, galvanop- lastia, pon- teadeira	Sindicato postula...	Insalubridade por ruí- do no setor de pren- sas, ponteadeira Insalubridade média por agentes químicos na galvanoplastia	Coletivo "Sindicato" Total rectes. 120 Idem 7
20 Início: 14/5/80 Ainda não jul- gado	G-Material de transporte SG-Indústria de peças de automóveis capital estran- geiro	Vários setores não discrimina- dos	Sindicato postula...	Laudo pericial ainda não realizado até da zembro de 1.982.	Coletivo "Sindicato" Total rectes. - 24 Idem 7
21 Início: 14/5/80 Recurso da re- clamação ao TRT em 20/82	?	Vários setores não discrimina- dos	Sindicato postula...	Perícia não realizada	Coletivo "Sindicato" Total rectes. - 232 Idem 7
22 Início: 14/5/80 Processo arqui- vado. Sindicato to recorreu em 13/10/81	G-Material de transporte SG-Indústria de peças de automóveis capital estran- geiro	Vários setores não discrimina- dos	Sindicato postula...	Perícia não realizada	Coletivo "Sindicato" Total rectes. - 232 Idem 7

29 Início: 20/2/81 Precedente	?	Salda	Idem ao anterior	Insalubridade Grau médio Idem 25	Coletivo "Sindicato" Total rectes. 8 Q - 6 SQ - 2
30 Início: 26/8/81 Imprudente	G-Mecânica SG-Indústria de balanças pesos e medi- das	?	No exercício de suas funções o re- clamante trabalha- va em local insalu- bre.	Não há insalubridade Não consta a cópia do laudo no processo arquivado no sindicá- to	Individual Q-1
31 Início: 7/12/81 Ainda não jul- gado	G-Material de transporte SG-Indústria de paças para automó- veis copilot es- trangeiro	Tratamento térmico	Caloria Ruído Poeira	Reclamantes trabalham nos fornos, ruídos a- cima dos LTs, mas é neutralizado pelo EPI Usam EPIs para poeira de sílica, cal, cimen- to, talco. Não fazem juz ao edi- cional.	Coletivo "nominal" Total rectes. - 2 SQ - 2

PROCESSO DE INSALUBRIDADE

reclamada

reclamantes

processo nº _____ /
JCI _____ a de _____
peça nº _____ /
data da inicial _____

setores de trabalho: _____

objeto (causas de insalubridade na inicial): _____

distribuição dos reclamantes:

setor	nº	função	nº

contestação da reclamada (resumo): _____

Peritos do

Juízo

reclamantes

reclamada

perícia(a):

juízo la. instância: (/ /) Sentença:

recursos (datas):

SENTENÇA(S), datas:

documentos na pasta:

- inicial
- contestação relda.
- quesitos reldes.
- quesitos relda.
- julgamento das preliminares
- laudos periciais
- OUTROS:

observações:

Questionário nº	Local	Data de início
Processo nº	Coletivo "nominal" ()	
	Coletivo "sindical" ()	
	Individual ()	
Nome da empresa recda.:		
I. Identificação, situação de emprego e formação profissional do recte.:		
Naturalidade	sexo	idade
cidade--Estado		
Estado marital, na época do processo:		
Procedência	cidade--Estado	
Endereço:		
Ocupação (função) na recda., na época do processo: .		
Secção em que trabalha(va) na recda.:		
Ocupação (função) atual:		
Nome da firma em que trabalha atualmente:		
Salário que ganhava na época do processo: R\$		
Formação profissional, na época do processo:		
Formação escolar, na época do processo:		
Formação profissional atual:		
Formação escolar atual:		
Tempo de trabalho na recda.: de a .		
Nº de trabalhadores na secção em que trabalha(va) na recda., na época do processo:		
Nº de trabalhadores na empresa recda., na época do processo:		
Experiência(s) de trabalho antes da recda.: (enumerar)		

11. O processo insalubridade, o adicional e as condições de trabalho: como são analisados pelos rectes..

1. Qual(is) situação(ões) de trabalho o Sr. considerava causadoras de insalubridade quando abriu o processo?

2. Quando e como o Sr. teve conhecimento da existência do adicional de insalubridade?

3. Na sua opinião é(era) interessante, vantajoso, receber o adicional de insalubridade? Sim() Não() Não, deveria não existir() Não, deveria ser aumentado() Por que?(explique sua opinião)

...anda abelw o processo e Sr. sabe quais os problemas (e/ou) que
...asabltavam a obtenção da adretonal de insalubridade? (relacione)

4. Conhecia a legislação que regulamentava as condições de higiene e segurança no Trabalho? Sim () Não ()

5. Antes do processo, houve tentativa(s) de negociação com a empresa para melhorar as condições de trabalho? Não () Por que não?

Sim () Explique como se deu isso:

6. Por que, qual(is) motivo(s) o(s) levou(ram) a mover o processo-Insalubridade contra a empresa?

7. Em caso de processo coletivo, perguntar: Como vocês rectes. do proces-
so se organizaram para abrir o processo-insalubridade? Houve discussões
prévias entre vocês? Sim() Não(); reuniões com o Sindicato? Sim()
Não(); reuniões prévias com técnicos? Sim() Não(); com a CIPA? Sim()
Não(). Explique o que houve?

8. EM CASO DE PROCESSOS COM "RIQUEZA" DE INFORMAÇÕES NA "INICIAL", PER-
GUNTAR: Como foi elaborado o levantamento inicial sobre as condições
de trabalho, que faz parte do processo, como os agentes químicos utili-
zados, as queixas, os problemas do ambiente de trabalho, etc?.

Por que o processo-insalubridade foi levado através do Departamen-
Jurídico do Sindicato?

10. Pela ordem de importância quais as causas que influenciaram na abertu-
tura do processo-insalubridade?

salário() Por que?

solidariedade() Por que?

melhoria das condições ^{insalubres} ~~genuínas~~ de trabalho() Por que?

ritmo de trabalho() Por que?

acidentes de trabalho() Por que? Quais?

enças do trabalho()Quais?Por que?

6

outra()Qual?Por que?

14. Na época da abertura do processo o Sr. - e os companheiros - achavam /
que existiam medidas de prevenção (neutralização) da insalubridade em re
lação a:

a) condições de trabalho em geral, sobre o ambiente de trabalho? ~~condições~~
~~condições~~ Não() Sim() Quais?

b) agentes físicos como calor, ruído, vibração, irradiações... Não() Sim
() Qual(is)?

c) agentes químicos como gases, vapores, solventes, poeiras... Não() Sim
() Qual(is)?

12. Quando entrou(ram) com o processo, achava(m) que os gastos com o paga/o
do adicional de insalubridade, poderiam ~~ser~~ forçar a implantação
destas medidas de proteção pela empresa-recda.? Sim() Não() Por que?

insalubres de trabalho? Como agiam?

16. Existia CIPA na recda. quando se iniciou o processo? Não() Sim()

Como atuava no sentido de mudança das condições de trabalho prejudiciais à saúde?

16.1. O Sr. participava da CIPA, era cipeiro? Sim() Não()

17. A CIPA teve influência e participação no "movimento" pela abertura do processo? Não() Sim() Qual foi?

17.1. O Sr. entende que a CIPA, da forma como se estrutura e atua, exerce papel efetivo de melhorias no campo da segurança e medicina do trabalho? Sim() Explique porque:

Não() Qual(is) mudança(s) proporia o Sr., para torná-la atuante?

A CIPA deve deixar de existir() Por que?

18. A empresa-recda. fornecia Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)?

Não() Sim() Qual(is) tipo(s) de EPIs?

19. CASO A RESPOSTA ANTERIOR SEJA AFIRMATIVA, PERGUNTAR: Vocês usavam os EPIs por ocasião da abertura do processo-insalubridade? Sim() Qual(is)? Por que usavam?

Não() Qual(is)? Por que não usavam?

20. CASO PERGUNTA Nº 18, TENHA RESPOSTA AFIRMATIVA, PERGUNTAR: Como a empresa-recda. fazia a orientação do uso dos EPIs? (havia treinamento prévio, por ex.?)

21. CASO PERGUNTA Nº 18, TENHA RESPOSTA AFIRMATIVA, PERGUNTAR: Como a empresa-recda. fazia a fiscalização do uso dos EPIs?

22. O Sr. acha que o uso de EPIs é uma maneira eficaz de neutralização da insalubridade? Sim() Não() Explique sua opinião:

23. Como era o exame pré-admissional na empresa-recda.? Exame clínico geral, ^{exame de sangue, exame de urina, exame de fezes, ECG, EEG, audiometria, ~~exame de acuidade visual, provas de função respiratória, exame neurológico, testes psicológicos e psicotécnico.~~} ~~exame de acuidade visual, provas de função respiratória, exame neurológico, testes psicológicos e psicotécnico.~~ (grifar o que for referido)

24. Havia exames médicos periódicos? Sim () Com que periodicidade? _____
Não ()

25. Os exames periódicos eram como foi o exame pré-admissional? Comparar: _____

26. EM CASO DE RECTE; DEMITIDO DA RECDA., PERGUNTAR: Quando o Sr. foi demitido pela recda., passou por exame médico, no Serviço de Medicina do Trabalho da recda.? Sim () Explicar se foi semelhante ao exame pré-admissional (comparar) _____

.Não ()

IV. A fiscalização e o controle das condições de Segurança, Higiene do Trabalho na empresa-recda., seus reflexos sobre a saúde dos rectes..

27. Durante o tempo em que se desenrolou o processo-insalubridade, houve na recda., avaliação e fiscalização da Secretaria do Trabalho ou da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) sobre as condições de Higiene e Segurança no trabalho? Sim () Quantas vezes? _____
O que foi feito nestas avaliações/fiscalizações? _____

Não teve() Não sabe()

28.
28.0 Sr. sabe de exigências feitas à empresa-recda. nesta(s) avaliação (ões) visando a melhoria das condições de trabalho? Não() Sim() Qual (is)?

28.1. De que forma a empresa-recda. cumpriu as exigências?

29.
29. Houve, em caso da empresa-recda. não ter cumprido às exigências, punição a ela? Sim() Que tipo de punição?

. Não() Não sabe()

30.
30. Sabe de alguma atuação do Sindicato no sentido de procurar avaliar as condições de trabalho no campo da Higiene e Segurança do Trabalho, dentro da empresa-recda.? Sim() Quando ocorreu e de que forma?

.Não() Não sabe()

34. CASO PERGUNTA ANTERIOR SEJA RESPONDIDA AFIRMATIVAMENTE, PERGUNTAR:
Como foi a participação dos trabalhadores da empresa-e de você(s) /
recte.(s) nesta(s) ação(ões) do sindicato?

32. Quando da época da abertura do processo, o Sr. sofria de algum /
problema de saúde? Não() Sim() Qual(is)?

32.1. O Sr. acha(va) que o(s) problema(s) acima referido(s) tinha(m) re-
lação com as condições de trabalho da recda.? Sim() Por que?

.Não()

32.2. Como está(ão) este(s) problema(s) atualmente? O Sr. teve que ir pa-
ra a Caixa?

V. O processo-insalubridade: seu desenrolar e suas repercussões a nível da empresa-recda..

³³ 33. Como, de que forma, o(s) Sr.(s) acompanhou(ram) o desenrolar do processo-insalubridade?

34. As chefias mudaram o tratamento em relação a você(s) recte. (s)?
Não() Sim() O que ocorreu?

³⁵ 35. Na sua opinião, ocorreram melhorias das condições de trabalho reclamadas, em função da abertura do processo-insalubridade? Sim() Que medi-

da(s) para isso foi(ram) adotada(s) pela recda.?

não ocorreram?

.Não() Por que acha que

36. Houve demissão(ões) após a abertura do processo, entre os rectes, motivadas por esta iniciativa? Não() Não sabe() Sim() Quantos companheiros rectes, foram demitidos?

37. Após a abertura do processo, percebeu(ram) modificação no controle do ritmo da produção? Controle das idas ao banheiro? Não() Sim()
 Controle das pausas de descanso? Não() Sim()
 Aceleração da velocidade das máquinas? Não() Sim()
 Cronometragem mais apertada dos movimentos? Não()
 Sim() Explique mais detalhadamente o que aconteceu:

CASO PERGUNTA Nº 45 TENHA RESPOSTA AFIRMATIVA, PERGUNTAR:

o Sr. notou, após a abertura do processo, maior empenho por parte da recda. para obrigar o uso dos EPIs? Não () Eu já havia sido demitido () Sim () Como isso ocorreu?

39. Ocorreu (ram) punição (ões) de rectes. do processo, que na sua opinião / se relacionou (ram) diretamente com a iniciativa da abertura do processo? Não () Não sabe () Sim () Que tipo de punição (ões)?

40. O Sr. sabe se houve desistência(s) de companheiros rectes. do processo? Não () Sim () Quantos companheiros?

46.1. Sabe o(s) motivo(s) da(s) desistências? Não () Sim () Qual(is)?

41. EM CASO DE PROCESSO CONSIDERADO PROCEDENTE, COM GANHO DE CAUSA DO(S) RECLAMANTE(S), PERGUNTAR: Quanto tempo levou para receber o adicional?

Quanto recebeu de atrasados? R\$ _____

Os atrasados correspondiam ao montante de quantos anos?

42. Na opinião de certas pessoas as greves são julgadas em poucos dias pela Justiça e os processos-insalubridade demoram anos. Isto é verdade? Não() Sim() Por que acha que isso ocorre desta forma?

43. EM CASO DE PROCESSO JA ENCERRADO E JULGADO, PERGUNTAR:

Na sua opinião, qual(is) pessoa(s) mais influenciou(ram) no resultado do processo? Juiz? Sim() Não(); Perito? Sim() Não(); Advogado do Sindicato? Sim() Não() Advogado da empresa? Sim() Não() Recte.(s)? Sim() Não(); Outro() Qual(is)?

Explique sua opinião:

VI. Participação do Sindicato no processo-insalubridade, o recte. e sua relação com o Sindicato.

... sua opinião o Sindicato deu (está dando) retaguarda satisfatória ^{1º}
você(s) durante o andamento do processo? Sim () De que forma?

... Não () Por que não, o que de-
veria fazer?

45. EM CASO DO SINDICATO SER O AUTOR DO PROCESSO, PERGUNTAR:

... s rectes. participaram da discussão sobre a iniciativa de aber-
tura do processo-insalubridade?

45.1.
... Como o Sindicato informa(va) os associados representados, sobre o
desenrolar do processo, sobre o andamento do processo?

46. EM CASO DE PROCESSO INDIVIDUAL, PERGUNTAR: Em se tratando de processo individual, houve facilidade por parte do Sindicato, quanto à sua abertura, assistência jurídica e acompanhamento? Sim() Não() Explique o que ocorreu:

47. O Sr. acha que o Sindicato procura encaminhar satisfatoriamente a luta pela melhoria das condições insalubres de trabalho? Sim() Explique sua opinião:

.Não() Escla

reça suas críticas e explique o que deve o Sindicato fazer, na sua opinião:

47.1. Na sua opinião, qual(is) a(s) razão(ões) do Sindicato não atuar satisfatoriamente nesta área?

46. Na sua opinião o Sindicato deve lutar, por ordem de prioridade, nas condições legais e políticas de atuação atuais, pelo(a):

() melhoria das condições de trabalho e pelo fim do adicional de insalubridade. Por que? _____

() taxaço cada vez maior do adicional de insalubridade, caso a empresa não melhore as condições de trabalho, após prazo determinado. Por que? _____

() ampliação da possibilidade de se conseguir obter o adicional de insalubridade e por seu cálculo sobre o salário real recebido. Por que? _____

Não() Não sabe()

41. EM CASO DE PROCESSOS DOS SINDICATOS DE OSASCO E SÃO BERNARDO, PERGUN-

TAQ: Nas grandes greves de 1978/79 (~~1980/81~~) as reivindicações sobre melhoria das condições de Higiene e Segurança no Trabalho fizeram parte das exigências dos grevistas (e do Sindicato)? Não() Sim() Não sabe()

49.1.

Qual(is) reivindicações, nesta área, foram feitas na recda.?

49.2.

Conseguiu-se conquistas, na recda., neste sentido? Sim() Qual(is)?

49.3.

Estas conquistas persistiram após o término das mobilizações e / continuam até os dias atuais? Sim() Não() Não sabe, foi demitido() Somente algumas() Qual(is)?

Persistiam até quando fui demitido() _____

50

50. Há quanto tempo o Sr. sindicalizado?

.Data em que se sin-

dicalizou _____

501

501. Por que o Sr. se sindicalizou?

502

502. Na sua opinião, para que serve o Sindicato?

51

51. O Sr. costuma (vai) participar das atividades promovidas pelo Sindicato, na época do processo? Sim() Quais atividades?

.Não() Por que não? _____

E atualmente?

Deixei de ser sindicalizado()Por que razão?

51.

62. O Sr. já ouviu falar como os Sindicatos tem atuado, em outros países nesta área? Não() Sim() Explique o que sabe a respeito: